

edições
Avante!

TEXTOS DE ESCRITORES COMUNISTAS

ABRIL
ABRIL

869.0-
-94
ABR

ABRIL, ABRIL

AVANTE!

Organização e arranjo gráfico: *Colectivo das Edições «Avante!»*

Copyright

EDIÇÕES «AVANTE!»

Lisboa, 1975

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

ABRIL, ABRIL

Textos de Escritores Comunistas
(DORL)



Nº 1181

edições
Avante!
Lisboa, 1975

ÍNDICE

Alexandre Babo	9
Alexandre Cabral — <i>Episódios da Vigilância Popular no «28 de Setembro»</i> ...	15
Altino Tojal — <i>Quadros do 25 de Abril</i>	25
António Borges Coelho — <i>Os Modelos e a Revolução Portuguesa</i> ...	33
Armando Silva Carvalho — <i>D. Florinda e a Administração Pública</i> ...	41
Armindo Rodrigues — <i>Duas Poesias: Portugal, Cravo Vermelho; Meu Glorioso Partido</i>	47
Baptista-Bastos — <i>Contar de Abril</i>	53
Carlos Porto — <i>O Teatro Português à Procura da Liberdade</i> ...	57
Casimiro de Brito — <i>Fragmento do poema «Algum Canto de Alguém» escrito quando em Portugal não havia o mês de Abril</i> ...	63
E. M. Melo e Castro — <i>Porg/Praqê</i>	71
Eduardo Prado Coelho — <i>Sobre o Trabalho Teórico, a Prática Estética e a Luta Ideológica — I</i>	81
Faure da Rosa — <i>O Filho Pródigo</i>	93
Fernando Luso Soares — <i>Como Escrever Revolução</i> ...	101
Franco de Sousa	109
José Saramago — <i>Nunca Tão Perto de Possuir uma Pátria</i> ...	117
Júlio Graça — <i>Ao Nascer do Dia</i>	125
Maria Alzira Seixo — <i>Reflexão Sobre a Escrita</i> ...	133
Maria da Graça Varella Cid — <i>Seis Poemas Dispensáveis para uma Palavra Exacta</i>	139
Maria Lamas — <i>25 de Abril</i>	145
Maria Velho da Costa — <i>Vinte Falas Portuguesas para uma Revolução</i> ...	149
Mário Castrim — <i>A Oficina</i>	155
Miguel Urbano Rodrigues — <i>Do Presente Para o Futuro</i> ...	161
Orlando da Costa — <i>Canto Civil</i>	169
Orlando Neves — <i>Poema de Um Ano</i> ...	173
Serafim Ferreira — <i>Fragmentos de um «Diário da Revolução»</i> ...	177
Urbano Tavares Rodrigues — <i>De Abril a Abril</i> ...	185
Vasco Costa Marques	189
Virgílio Martinho — <i>Catarina</i>	193

Alexandre Babo

Primeiros dias de Maio, ainda sem fôlego. Uma semiconsciência da realidade — realidade imediata. Terra alentejana de senhorios e latifúndios, onde o medo ainda ronda. Os amigos falam em surdina de clandestinidade, andam de casa em casa, na preparação da noite por que se interrogam.

— Não sei, amigo. Há dezasseis anos que não se faz aqui comício ou reunião política, mesmo para a farsa das eleições. É capaz de vir pouca gente.

Falam de influentes fascistas, dos donos da terra que dispõem dos braços e das barrigas das gentes.

Deixo-me contagiar pelo nervosismo e a incerteza. Enquanto o dia cai, vou ruminando palavras, frases, elaborando um esquema. Até que a noite chegou e me levaram à sala para onde convocaram a reunião. Ao contrário do que se esperava, meia hora antes a sala estava cheia. Trezentas ou mais pessoas. Há mesas velhas encostadas a uma parede onde pregaram um retrato de Lénine e outro de Che Guevara.

O amigo apresenta-me — um nome que não conhecem, palavras que ficaram no ar e nada significam. Levanto-me e começo a debitar aquelas frases iniciais, pensadas durante a tarde. Como se falasse para uma grande mancha cinzenta. Muralha não de pedra mas de homens e mulheres, algumas com os garotos ao colo, velhos e novos, todos marcados de cansaço, pobreza e nenhuma esperança. Botas e sapatos gastos pelos carreiros do tempo, fatos no fio, caras queimadas. Fantasmas como em tropel vindo dos séculos, fartos de palavras sem pão, de promessas sem água. As minhas palavras caem no silêncio fechado, partem-se em letras, sílabas, sons. Olhos sem calor nem raiva, só indiferença fria.

Não sou deles, as minhas palavras não lhes pertencem. Escassos minutos que parecem horas. O tempo de sentir a força viva daquela multidão de explorados, sofrimento colectivo que raras vezes vira. É o frio, o calor, o suor dos braços e das pernas na faina que não pára, estômagos vazios a encher estômagos de quem não sua, trapos a embrulhar pequenas vidas para suar e desgastar, doenças que não podem ser se não são morte, horizontes murados, mesmo nos confins dos dias soalheiros ou das noites luarentas. É essa força que se me transmite e faz espezinhar palavras engomadas na serenidade dos esquemas. Palavras que talvez tivessem sentido não aqui. Aqui, é carne viva doutras palavras quotidianas.

Consigo então dizer as palavras que aqueles homens irmãos esquecidos me emprestaram. Sem arquitecturas nem adornos. E o muro frio desfez-se, nos olhos há um brilho ainda incerto mas a pouco e pouco interessado. De súbito, é como um vulcão que rebenta. As palavras deles são lava, são súplicas, são raivas.

— Nós passamos fome. Os médicos deixam-nos morrer. Não temos roupas nem casas. O salário não chega a nada. Tenho três filhos. Casa do Povo, para quê? Estão todos feitos. Despedem-nos. Não temos remédios. Mas alguém nos ajuda? Alguém nos ajudou? Que é isso da democracia? E socialismo? Explique-nos. Pagamos as rendas que não podemos e não há esgotos nem água. Que fazer?

De todos os lados bocas que se abrem e cospem as mordanças inconscientes. Também tenho raivas dentro de mim.

Vou explicando que agora é diferente. Alguém está com eles. Exijam. Tomem conta da Casa do Povo. Não paguem as rendas enquanto não ligarem os esgotos e a água. Vão todos à Câmara e exijam a saída dos fascistas. Queixem-se ao MFA. As mulheres despedidas têm que continuar a trabalhar. Vão todos. Só a união e os soldados do povo vos podem ajudar.

Explicar democracia, socialismo? Tento apenas, mas o essencial é transmitir-lhes a força imediata. Formem comissões, procurem os camaradas em que mais confiem. Amanhã saiam todos para a rua. Ninguém vos dará nada se não se unirem, se não exigirem.

Esqueceram o meu fato domingueiro, o meu ar de outra classe, estamos juntos uns dos outros.

Uma pergunta: — Qual é o seu partido?

Durante segundos, hesito. É a primeira vez assim. Devo ou não dizer? Seria traí-los e traír-me... Sai-me quase um berro que é uma raiva contra anos de esconderijo, contra vidas escondidas, e uma alegria também e orgulho e não sei que mais.

— Eu sou do Partido Comunista Português.

Um silêncio — silêncio de espanto, e logo uma algazarra. Então apertaram-me, puxavam-me os braços, todos faziam perguntas. Quem é aquele? Che Guevara. E aquele? Lénine.

Nos amigos havia lágrimas de esperança nos olhos cansados de anos de espera.

Soube depois que muitos milhares se juntaram, de manhã cedo, no centro da vila e foram à Câmara e à Casa do Povo e ao latifundiário e conseguiram. E eu... bom... foi muito bom para mim.

Alexandre Cabral

EPISÓDIOS DA VIGILÂNCIA POPULAR NO «28 DE SETEMBRO»

A suspeita de que os «reacças» tramavam uma manobra de envergadura para breve achava-se a bem dizer disseminada na atmosfera que as populações respiravam e reflectia-se no comportamento dos activistas, demasiado excitados para o que era habitual; reflectia-se também na ansiedade do olhar inquiridor e das perguntas atropeladas que brotavam irreflectidas dos espíritos alvoroçados.

Os acontecimentos viriam a confirmar que, de facto, a jovem Democracia Portuguesa estava em perigo!

Uma onda de boatos alarmistas, soprados à falsa fé de casa do diabo, corria célere a cidade de lés a lés e, como era inevitável, encontrara entrada franca na sede da Gama Barros. Simplesmente, ao mesmo tempo que despertava difusos receios nas consciências simples, o boatério, por estranho que pareça, tornara mais denso e coeso o núcleo de cedecistas do sector.

Com efeito, durante o período da crise, as três exíguas salinhas mais do que modestas do rés-do-chão de um prédio em ruínas, a servirem de sede local do MDP/CDE, enchiam-se, a transvazar para a rua, de gente ansiosa que queria saber notícias, que vinha oferecer-se para trabalhar (proceder às colagens e à distribuição de volantes à porta dos cinemas, cafés e estações do metropolitano), que ficava em suma a pé firme horas e horas ao frio pronta a defender com o corpo, se necessário, as liberdades democráticas conquistadas na madrugada vitoriosa do «25 de Abril».

Desde o começo do processo revolucionário que a Comissão Coordenadora das quatro freguesias se preocupava com o problema da vigilância popular, quer promovendo debates públicos, quer montando uma incipiente organização para centralizar as informações e dar-lhes adequado destino. Ao registarem-se as primeiras e ainda indefinidas provocações contra a sede local e grupos de activistas (chegou a tais extremos que houve a necessidade de pedir a intervenção do Copcon), a Coordenadora decidiu estabelecer um sistema de segurança para as instalações.

Passados dias, a experiência demonstrou o quixotismo da iniciativa. Para quê, permanecerem uns quantos indivíduos barricados lá dentro, madrugadas sucessivas, sem a mínima hipótese, em caso de provocação, de ligação com o exterior, pois nem sequer telefone havia na altura? Desmobilizou-se a segurança, depois que alguém tivera o cuidado de transferir para local seguro os ficheiros e outros elementos de trabalho da Coordenadora e das Comissões que estavam em funcionamento. Por precaução, nesse centro clandestino, para empregar a palavra exacta (com telefone e permanência contínua), instalou-se um serviço de controlo e informação.

Inesperadamente (ou não), os acontecimentos adquiriram uma cadência galopante, a lamentável entrudada da praça de toiros, no decorrer da qual os «reacças», seguros de apanharem o ovo no cu da galinha, refinaram na provocação, agredindo os democratas, dentro e fora do recinto; a réplica imediata das massas populares, que organizaram uma manifestação espontânea a partir do Campo Pequeno; a convocação urgente dos Delegados para uma reunião da Executiva, que se prolongou pela madrugada e donde emanou a ordem de mobilização e vigilância permanente.

Ninguém mais duvidou — e só os ingénuos se deixariam enganar! — das verdadeiras intenções contra-revolucionárias da manifestação autodenominada de «maioria silenciosa», marcada para o dia 28 de Setembro de apoio ao Spínola, então presidente da República.

Ao recordar agora a sucessão dos acontecimentos, é-me praticamente impossível reconstituir com rigor a cronologia dos factos, que se empastelam na memória, sem contudo perderem o recorte vigoroso e a individualidade, mas foi nessa madrugada, creio eu, que a rádio emitiu os comunicados dos Sindicatos para a concentração dos filiados em pontos estratégicos, a pretexto de reuniões desportivas, de convívios e piqueniques, para «acerto de agulha» sobretudo, como afirmavam espiritualmente os ferroviários, com a recomendação expressa de não se esquecerem das respectivas ferramentas do ofício.

Não houve um único trabalhador, directa ou indirectamente ligado ao processo revolucionário, que não tivesse entendido com toda a clareza, no chiste bem humorado, o significado da convocatória.

Com umas quantas noites seguidas sem lhe ferrar o competente galho regenerador, meti-me na cama e adormeci de imediato, sem me preocupar com outra coisa que não fosse fruir o gozo de distender o corpo macerado por entre a frescura dos lençóis.

Pela madrugada, o telefone retiniu estridentemente o sinistro grito de alarme que as paredes já conheciam de tão repetido. Confesso que não o ouvi, mas a Elisa, que é sensível aos mais pequenos ruídos e, sem mo dizer claramente, andava confundida com a gravidade do que se estava a passar, levantou-se e foi corredor fora, aos tombos, ensonada e aflita. Eu devo ter-me apercebido vagamente dos seus movimentos, porque conjecturei para comigo, no meio do cerrado nevoeiro da dormência, «que diabo teria mais acontecido?»

Ela voltou pouco depois e acendeu a luz do tecto.

— Pedem para irmos já para a Gama Barros. Concentração urgente de todos os activistas!

Sem plena consciência da situação, morto de sono, a minha reacção foi intempestiva:

— Apaga a luz e deita-te!

Repuxei o lençol e os cobertores para o pescoço, para que o calorinho ficasse concentrado bem junto ao corpo, e murmurei por entre dentes:

— Que se lixem!

Antes de mergulhar outra vez no sono profundo, e porventura para me desculpar da fria indiferença pelo alarme (se é que cheguei a ter consciência disso e não estou agora a manipular caprichosamente a realidade dos factos), firmei-me na convicção de que a ordem despropositada (a mobilização tinha sido marcada para as oito da manhã!) proviera de certeza ou do Iglésias, ou do António Redol, ou do Morais Rocha, companheiros da Coordenadora que estavam permanentemente ligados à electricidade.

Por volta das cinco da madrugada (ou seriam já seis horas?, não consigo recordar-me com exactidão), acordei em sobressalto, estremunhado ainda mas com uma estranha lucidez de espírito. O apelo telefónico de há pouco, ou de há horas?, massacrava-me com inflexível pertinácia.

«Que se estará realmente a passar?»

A inquietação angustiante que me tomou instantaneamente significava estar a reconhecer a leviandade irresponsável do procedimento, no caso de ter havido alteração do programa. Eu não ignorava o projecto de, ao romper da alvorada, se formarem barragens populares nos pontos de acesso à capital, impedindo o trânsito clandestino de armas; não ignorava tão-pouco que o nosso sector fora encarregado de organizar a vigilância móvel em toda a cidade (estivera precisamente a trabalhar com o Flávio na elaboração dos respectivos planos e escalonamentos), através da qual se devia detectar e transmitir ao Centro responsável, sem perda de tempo, todos os movimentos suspeitos observados junto dos quartéis, das esquadras de polícia, dos postos emissores e até das casas dos maiorais fascistas ainda em liberdade.

Pensava nisto tudo e em outras coisas (nas informações da Fernanda, por exemplo), com crescente ansiedade, enquanto chafurdava na água, longamente, a sentir um inexplicável prazer. Com as abluções, as nuvens da sonolência dissiparam-se, desfazendo o denso anel de bruma que me envolvia a cabeça.

Ao recuperar a serenidade, gritei da casa de banho, como é meu costume, para a Elisa, que cirandava na cozinha com o credo na boca:

— Querida, prepara-me um café bem quente!

Depois da brusquidão, quase sempre me dá para as ternuras, no jeito de quem pede desculpa.

A Elisa já estava pronta, preocupada apenas com o desarranjo em que deixava a casa.

— Estamos ou não em processo revolucionário? — atirei, galhofeiro.

E, sabendo que a enraivecia com as minhas exigências, pedi-lhe outro cafezinho, com a mais desavergonhada untuosidade:

— O último, vá!, para despertar completamente!

As informações da Fernanda sobre o golpe armado da reacção não me saíam da cabeça. Ciente de que o seguro morreu de velho, mas não sem hesitações, dirigi-me ao escritório, percorri com nervosismo os apontamentos do meu *dossier* e destruí implacavelmente os elementos que considerava não essenciais ou fáceis de reconstruir, sobretudo as listas dos nomes dos activistas inscritos na vigilância móvel, onde se encontravam registados também os respectivos números de telefone e as matrículas dos carros.

«Como no tempo da ditadura terrorista-fascista! Como se não tivesse existido o 25 de Abril!»

Da agenda pessoal arranquei todas as folhas correspondentes aos meses anteriores, onde gatafunhara, além dos locais e horas das reuniões, uma ou outra nota sobre as actividades quotidianas. Conservei apenas os planos da vigilância móvel (os pontos nevrálgicos a manter sob controlo popular). Mesmo assim, dobrei-os cuidadosamente, até reduzi-los a ínfimas dimensões, para poderem caber no bolsinho das calças, junto ao cinto.

Demonstrava à evidência, com as porventura excessivas precauções, que tinha sido bem tocado pela envenenadora boataria.

Adiante! Deitei os despojos na sanita, puxei o autoclismo e saí com a Elisa para a friagem da manhãzinha. À porta, os olhos de «antigamente» varreram a rua de ponta a ponta a fim de detectarem as presenças suspeitas. Não vi ninguém. Atravessei calmamente os Estados Unidos em direcção à sede, fazendo o percurso que era habitual. Nada de extraordinário a registar: as viaturas ligeiras aproveitavam a avenida desimpedida àquela hora tão madrugadora e, de longe a longe, gente de trabalho que, indiferente, abandonara o conchego da cama para se dirigir às ocupações quotidianas.

Encontrei a sede já aberta, com duas ou três pessoas na sala de recepção.

— A malta está atrasada!

Percorri, com certo confrangimento, os quartitos minúsculos, agora desertos e frios, onde no entanto se realizaram tantas e tantas acaloradas sessões de esclarecimento. Não me espantou a ausência dos restantes membros da Comissão Coordenadora, que eu sabia ocupados em tarefas específicas: o Casquilho, o Aguiar, o Iglésias, o Morais Rocha, o Lima, o António Redol. Mas os outros, os amigos dedicados de velha data: os Vascos, os Baratas, os Esteves, os Lombas!

«Que se passava, finalmente?»

A Fernanda, que pertencia também à Coordenadora, entrou e raspou-se como rajada de vento numa tarde outoniça, dinâmica como sempre, mas de olhos encovados pela vigília, a confirmar a eminência do golpe. Passara a noite de tocaia à estação telefónica, com um grupo da UEC, e voltava para lá.

Indaguei pelo Vítor. Já na escada, respondeu-me qualquer coisa que eu não entendi.

O Alexandre, que fazia parte dos móveis desde a inauguração da sede, sem nada lhe ter perguntado, veio informar-me de que telefonara a todos os amigos, como combinado.

— Dorminhocos do catano!

Retirei-me para a sala do fundo, a reflectir em coisas várias, enquanto acendia mais um cigarro. Instantes depois, o cigarro queimava-me os dedos e eu não sentia, isto é, sentia uma alegria imensa. De orelha arrebitada, dava-me ao gozo de interpretar o burburinho crescente na sala da entrada: a malta começava a chegar!

«Claro, que a malta começava a chegar!»

Mas a primeira surpresa dessa manhã, agradável até às lágrimas, ocorreu quando um grupo de trabalhadores da Profabril se apresentou com estas palavras singelas e comoventes:

— Conhecedores da gravidade da situação, fechámos a empresa. Estamos aqui para o que for preciso!

Nem todos estavam ligados ao sector, e alguns estavam por outras razões; entenderam no entanto ser mais vantajoso acudir de imediato à Gama Barros do que perderem tempo nas deslocações para os seus núcleos organizativos.

Ah, Leandro!, ah, Costa, ah, camaradas, se vocês pudessem adivinhar a álaçre luminosidade que a vossa presença introduzira naquela manhã tão tristonha e fria!

Há coisas (pessoas e sentimentos) que dão mais e melhor calor do que o sol.

As salas começaram a encher. Lá estavam os rostos confiantes dos amigos certos e dos que só recentemente chegaram à luta pela Democracia. Esperava-se agora o elemento de ligação com a Executiva, que devia trazer instruções. O Veiga, irrequieto e nervoso, disse não estar disposto a esperar mais tempo. Era um homem de acção, acrescentando que «a revolução se pode perder num minuto de inactividade!» Não houve argumentação que o demovesse da atitude individualista. Abalou, não sabia bem para onde, arrastando o Cipriano.

— Não tens razão, amigo, mas boa viagem e bom trabalho!

O Aguilar chegou esbaforido, ou foi o Lima? As indicações eram precisas: enviar de urgência reforços para a Calçada de Carriche, Sacavém e Quatro Caminhos. Num ápice se organizaram as brigadas a serem encaminhadas para aqueles destinos. Não saía nenhuma brigada que não levasse um batedor motorizado, com a obrigação de contactar a sede de hora a hora, de modo a que o sector, sendo necessário, pudesse deslocar os seus efectivos para outros locais. O esquema falhou, como era de

prever. Assim que se achavam soltos do controlo, os menos conscientes não resistiam à curiosidade de cirandar de barragem em barragem, «só para ver como era!»

Alegrava no entanto verificar que, mesmo depois da saída de algumas brigadas, as salas não se esvaziaram. No sentido de não desperdiçar as oportunidades de mobilização, a Coordenadora tomou a iniciativa de, em cada uma das salas disponíveis, organizar assembleias para debater a situação: o Iglésias, numa sala; o Aguilar, noutra; o Morais Rocha, no corredor.

A malta trocava olhares de satisfação, não sendo difícil encontrar-lhe o significado:

«Bom trabalho, camarada!»

A dada altura (ao fim da tarde, talvez), chegou a notícia de que os ardinas se recusavam a ir buscar os jornais. O Aguilar, ou outro, encarregou-se de montar um sistema de postos de venda na zona. Os próprios activistas se ocupariam em ir buscar os jornais e vendê-los. O público é que não podia ficar sem jornais.

A meio da manhã, se a memória não está a ser traçoceira, entrou na Gama Barros, de roldão, um grupo numeroso de homens e mulheres, encabeçado pelo Edmundo Pedro e o Rolim. Eram militantes das Brigadas 25 de Abril que se propunham colaborar com o movimento.

O Edmundo Pedro, que estivera ligado ao sector antes da constituição das Brigadas, muito emocionado, agarrou convulsivamente nas mãos de um amigo da Coordenadora:

— É pá, temos que estar unidos. Não há divergências que nos possam separar. Unidos, a reacção não passa! A reacção não pode passar!

E as lágrimas, que se adivinhavam, não chegaram a desprender-se porque secaram no incêndio do olhar.

Evacuada a salinha do fundo, fez-se uma reunião com os novos colaboradores.

— Dispomos de cinquenta pessoas, mais ou menos!

— E quanto a automóveis?

— Aí uns vinte!

— O sector está encarregado da vigilância móvel de toda a cidade. Podemos contar convosco? A tarefa é dura!

— Evidentemente!

— A vigilância começa às dez da noite e prolonga-se ininterruptamente até às oito da manhã, em períodos de duas em duas horas. Bom, o mais

prático é fornecerem a relação dos automóveis (com o número de matrícula e, está claro, o nome dos ocupantes e número de telefone do responsável). Os pormenores, ver-se-ão depois.

Até ao começo da noite, foi intensa a actividade na Gama Barros. No meio do burburinho desordenado, as ligações essenciais mantinham-se intactas e eficientes, a despeito das inevitáveis acções individualistas.

Foi quando começaram a entrar cabazes e cabazes de comida destinada aos populares e aos militares que se mantinham a pé firme nas barragens. O alarido era enorme e não menor a satisfação em se cumprir um dever de solidariedade democrática. Descobria-se na iniciativa a solicitude feminina. De facto, a Dulce, a Vitória, a Velo, andavam num afã desusado.

Desde as nove da noite que na salinha do fundo estava pendurado um letreiro na porta com estes dizeres: «Proibida a entrada». Estavam lá os amigos responsáveis pela vigilância móvel. Às dez em ponto começavam a sair as brigadas do primeiro turno.

Altino Tojal

QUADROS DO 25 DE ABRIL

O cidadão melancólico sai de casa e ainda não se apercebeu desta esdruxularia: sendo quinta-feira — dia de trabalho — e três da tarde — hora de movimento — as lojas estão fechadas, as ruas estão quase desertas. Mais parece um domingo de Verão. Os raros transeuntes esgueiraram-se com olhos de incerteza; outros, aparafusados ao chão, lêem concentradamente o jornal.

Que potência estará subvertendo a velha rotina? Na verdade, o ar é excessivamente calmo — uma calma profunda, estagnada, onde fervilha germes de expectativa.

Soam algures uns estouraços.

No Rossio, o cidadão melancólico vê um ruidoso grupo de jovens estilhaçar à pedrada, fugidamente, a ampla vidraça dum banco, ante a censura ou o aplauso de lisboetas que se juntam em grupos silenciosos, sobraçando ou lendo cada seu jornal, e que, não raras vezes, esboçam repentinos movimentos de fuga.

Cabisbaixo, de rosto ausente, o cidadão melancólico sobe agora a Rua do Carmo. Nem o intriga a massa de gente que desce alvoroçadamente a rua, a dar-lhe encontrões e cotoveladas.

A vaga humana torna-se menos espessa; os que descem vão rareando, rareando, até que um último grita:

— Você é cego, ó camarada?! Quer que lhe furem as tripas a tiros de canhão? E era muito bem feito! Não empecilhe, cumpra as ordens, deixe trabalhar o nosso Exército!

O cidadão melancólico estaca na calçada já deserta, com um frémito na pele e um grande aturdimento nos olhos. A dez passos de si atravessa-se, imóvel, um monstro metálico, um tanque de guerra. Há dois soldados armados de cada lado. O canhão, medonho de ver-se, parece visar-lhe a cabeça.

Na torrinha daquela monstruosidade destruidora, o tanquista ordena-lhe que retroceda, com gestos enérgicos. Mas o aturdimento do cidadão melancólico cede a uma cólera incontível.

Avança e diz aos soldados:

— Ide para casa, rapazes, ide trabalhar a terra! Tende vergonha! Libertai-vos, deixai de calcar o povo e de vos calcardes a vós próprios!

Os soldados riem. Um deles adianta-se vagarosamente com a sua G-3.

O cidadão melancólico deve sentir medo. Talvez espere um tiro, ou coisa assim. Não vem tiro nenhum. Tão-pouco a voz do soldado agride; bem pelo contrário: é amena.

— Tenha paciência, amigo — diz ele. — Há ordens para não deixar passar ninguém.

— Quero ir para o meu jornal!

— Vá por outra rua.

Espantado, o cidadão melancólico vê que o soldado lhe estende um cigarro. Aceita-o maquinalmente. Na torrinha, o tanquista — um moço — afasta dois dedos em V, sorrindo. Só agora o cidadão melancólico se apercebe, num aturdimento crescente, que nas bocas das espingardas há cravos. Ao fundo da rua, a multidão prorrocha em clamores que não são de protesto, mas sim de regozijo. Os soldados acenam amigavelmente.

O cidadão melancólico recua, sem desfrutar o tanque. Estaca para acender o cigarro, mas deixa que a chamazita se extinga. Guarda o cigarro no bolso, como se fosse sagrado. Sente humedecerem-se os olhos, sacodem-no espasmos interiores — sismos! E, embriagado de júbilo, desce rentando as montras, soluça violentamente, penetrado do maravilhoso acontecimento que traz Portugal alvoroçado.

Na multidão expectante, uma voz fugiente badala:

— Só a PIDE e a GNR resistem ainda!

Levanta-se um clamor:

— Morte à PIDE!

Ao chegar à Rua da Misericórdia, o cidadão melancólico esbarra no abraço fraterno dum desconhecido.

— Estamos a assistir à queda do fascismo, camarada! — exclama o desconhecido, hirto de comoção, vendo desfilar, entre o vivório do povo, jipes e camiões cheios de soldados com cravos nas espingardas.

Um «caça» voa sobre os telhados, a estrondear ensurdecedoramente.

— Parece mesmo uma andorinha! — diz ainda o desconhecido, com ternura, demorando os olhos húmidos no ponto onde o aparelho sumira, a saborear gulosamente o barulho, até aos ecos dos ecos.

Já de Caxias, já do Tarrafal, já de húmidos, sombrios, desumanizantes buracos avançam para a luz, pestanejando, as figuras torturadas de paladinos com espírito de orvalho e carne de aço.

Em todas as ruas e a todas as horas há tensão revolucionária. Agora, por exemplo, em pleno anoitecer... Reparem!... Milhares de civis, debaixo de chuvisco, olham sofregamente para onde as espingardas dos militares olham, isto é, para a torre duma igreja, ali ao Chiado. E, de súbito, estoura alarido:

— Lá estão os dois pides a espreitar junto do sino!

De joelho no chão molhado, os militares apontam cuidadosamente para a torre; mas não se seguem detonações.

— Os filhos da puta já lá não estão! — resmunga alguém, desapontado, para logo indagar: — Porque não se acendem os holofotes lá em cima?

Outra voz contesta:

— És burro! Não vês que ficávamos nós iluminados? Que ricos alvos nós éramos!

Vários soldados penetram, correndo, na igreja. A torre continua a atrair todos os olhares. Pingam com lentidão uns minutos de expectativa. E soa o alarme:

— Lá está um outra vez!

A onda de civis precipita-se, a empurrar os militares ajoelhados, cujas espingardas procuram, procuram...

— Não atirem, é dos nossos! — berra um tipo com cara de holandês.

De facto, um soldado acena debaixo do sino, logo saltando para o telhado da igreja. E salta outro e outro e mais outro e ainda outro. Diz o cara de holandês, apreensivamente, de pescoço esticado:

— Com as telhas molhadas de chuva e aquelas botas, os rapazes, às tantas, escorregam e vêm esborrachar-se cá em baixo...

— Não há-de haver azar! — rouqueja um velho ardina de feições severas. — Têm muito treino, são como a aranha. Mas não adianta pro-

curar ali. Os macacos dos pides conhecem bem aquilo, conhecem bem os subterrâneos e as galerias por onde antigamente os frades dum convento iam foder as freiras doutro. Aquelas danadas toupeiras, se calhar, vão agora mesmo a pitar-se debaixo dos nossos pés, sossegadinhas da vida, ainda a rir-se da gente!

— Não senhor! — petarda outra voz. — A tropa tapou-lhes todas as saídas. Não escapará um. Hão-de render-se pela fome. Vocês vão vê-los daqui a pouco em cuecas e com as mãozinhas espalmadas contra a parede!

O ardina das feições severas é menos optimista:

— Qual! Os sacanas escondem-se num buraco qualquer da igreja e há-de haver sempre um filho da puta dum padre a dar-lhes de comer! Tem-se visto tanta coisa! Se não são as Forças Armadas a olhar-nos pela vida, a gente estamos bem fodidos!

Um fuzileiro pede com brandura:

— Senhores, recuem... colaborem connosco... Por favor! Os homens estão desesperados... Não hesitarão em disparar sobre vós... Já o fizeram, já correu sangue ali na Rua António Maria Cardoso, lembram-se? Por favor, recuem!...

Logo o ardina das feições severas:

— Não ouviram?! Esta gente é toda surda, cum raio! Não ouviram as Forças Armadas? Toca a recuar!

Mas a multidão recua só uns centímetros, sem desfitar o telhado da igreja, onde se movem vagamente as silhuetas dos soldados, buscando a presa, o odioso algoz dos anos da opressão.

Adensa-se a noite chuvicosa. Cá em baixo, raparigas oferecem sandes e café ao grosso dos militares. Algumas acendem-lhes cigarros, e as chamazitas dos fósforos brilham, fugazes, no escuro. Gélido, o chuvisco persiste. Ninguém arreda pé.

Já menos melancólico, o cidadão resmunga:

— Pronto! Ninguém arrancará ao castigo esses pides malignos. Resta saber se os seus patrões terão o tratamento que merecem...

Dúvida legítima. Os patrões até são tratados com deferência, embora Marcelo Caetano tenha de fazer-se pequenino nas entranhas do *Chaimite* que o arrebatou do quartel do Carmo, enquanto punhos defraudados esmurram iracundamente a blindagem.

Já proliferam os portugueses de ideário inopinadamente *fraternal*, histericamente *progressista*, de tal modo que, quando surge um homem, um professor, a proclamar que é fascista convicto, o País esfrega olhos e

orelhas de espanto. Tropeça-se em democratas. Caramba, afinal havia tantos!

Agora, por exemplo, naquela esplanada da Avenida da Liberdade... Reparem!... Um sujeito de olhar inquieto, acabado de sair dum *Lancia* — vêem? — senta-se à mesa do cidadão cada vez menos melancólico, sem pedir licença. Enxuga a fronte com o lenço, faz «tric» com os dedos — a chamar um empregado que se finge distraído — e rosna acidamente:

— Os criados já não respeitam o cliente! Que miséria! Vivem à nossa custa, comem da nossa pia e agradecem-nos assim! Por bem fazer mal haver, é bem certo! Não sei quem o senhor é, mas parece-me ser pessoa honrada. Hoje em dia somos poucos. Tudo uma malcriadeza! Que ingratião! Acredite, sempre fui amigo do povo; *eles* sempre tiveram em mim um amigo!

O amigo do povo diz isto como se o povo fosse um agregado obscuro, biologicamente alheio a si, mas ao qual, apesar de tudo, honra com a sua grã-indulgente atenção.

— E não é de agora esta minha amizade pelo povo — prossegue, enxugando agora o pescoço carnudo. — Não sou oportunista nem camaleão. A democracia corre-me no sangue. Sou do povo e pelo povo. A minha vida é transparente como o vidro. Passei maus bocados, mas sempre espalhando o bem. Olhe, no tempo em que em vez daquele *Lancia* que você ali vê eu tinha uma miserável motorizada, era já o mesmo Isolino que sou agora. O triunfo nunca me subiu à cabeça. Espalhava em redor benfeitorias como o Verão espalha percevejos em cama de pobre. Ah, meu amigo!... Sabe o que eu fazia quando tinha uma miserável motorizada?... Não sabe?... Bom, se calhar o meu amigo não conhece a mulher do Hipólito... Era operária numa fiação de que eu, por esse tempo, era o encarregado. Ia todas as manhãs para o trabalho numa bicicleta simples, a dar às canetas — trupe-trupe... trupe-trupe... — com um ar de cansaço que até afligia. Decidi humanitariamente poupar-lhe esse esforço. Na minha motorizada, a minha mão no ombro dela, a mão dela no meu cinto, lá fomos nós para a fábrica, sem que a mulherzinha gastasse energias numa só pedalada. Isto é ou não é democracia? Digo mais: é apostolado! E sem ligar a isso de eu ser o encarregado da fábrica e ela uma simples operária! Nem me importava de ficar mal visto! Está a ver?... Bem sei que ela, depois, pôs os cornos ao Hipólito. Exacto! Mas, pergunto eu: tenho alguma culpa disso? Seduzir é uma força; ser-se seduzido é uma fraqueza. A natureza decretou que eu seduzisse; pronto, nada a fazer! Cabem-me

culpas?... Que eu abadalhoquei um lar!... Essa agora! Que calúnia! O que os meus inimigos inventam! Acho-lhes uma piada! Que sou isto, que sou aquilo... que torci testículos, que arranquei narizes... Oh, meu Deus, o que um justo ouve!...

O amigo do povo abana desalentadamente a cabeça, de olhos no chão e um amargo sorriso de reminiscências. Volta a fazer «tric» com os dedos, sem que o empregado avance a sorrir e a sanicar a cauda, como talvez ele pense que deve ser. Acontece até que o empregado, batendo com a bandeja na coxa, se finge muito interessado no navegar de dois cisnes no lago ornamental.

— Sou religioso, sou crente — continua, infatigável, o amigo do povo, enxugando a têmpera. — Tem algum mal? Nenhum, ou acha que tem? Alguém fez o Mundo, e não fui eu. Você também não foi, pois não? Aí está! Mas, aqui há dias, pus-me a pensar: «Isolino, o programa do Partido Comunista assemelha-se em muitos pontos à mensagem cristã. E se tu...» Você está a ver?... Um homem passa quase a vida inteira sem reparar em verdades que estão mesmo à vista! Anda-se à procura do lápis com ele atrás da orelha! Ah! ah!... Nunca lhe aconteceu?... A mim acontece muita vez... Abriam-se-me então os olhos, penetrou-me a luz da graça, como a Paulo na estrada de Damasco, e... Está a ouvir?... Não se vá já embora, escute o resto!... Venha cá!... Eu não o como!... Ó senhor empregado, faz favor!... Comunistas da merda!...

António Borges Coelho

OS MODELOS E A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

1. Quantas definições, Portugal. Na mais comum, teu destino é o mar. Nosso destino seria negarmos-te como pátria. Que o mar da nossa sorte não seria o mar do pescador, do marinheiro, mas um mar caminho d'Além-Mar, caminho d'Áfricas, de Brasis, caminho de matar, vender, mas também amar, mas também morrer.

Os que te definem marítimo (por que designar as terras coloniais pelo caminho de lá chegar?) «alarmam-se» por regressares às fronteiras nacionais. Se a tua essência está fora (uma essência de estar fora não envolverá uma não-individualidade dentro?), se a tua personalidade assenta em terras de África ou de América, então o colapso da nacionalidade estará próximo.

Estas terras marinhas fincadas nas terras melhores usam a pátria, a sua definição marítima, para esconderem nas dobras do modelo os seus privilégios de classe e de casta. Na verdade, o que está próximo é o colapso dos seus privilégios de exploradores; o que está em marcha é a liquidação da depreciação colonial; o que se aproxima irresistivelmente é a libertação dos explorados.

Com a incoerência coerente de quem defende interesses inconfessáveis, os «marítimos essenciais» multiplicam-se agora em apelos europeus e «ciáticos» para que venham impor, de fora, a sua demo, perdão, democracia, isto é, a demoditadura dos monopólios.

2. A nossa personalidade histórica europeia é indiscutível — definem-se outros —, mas as coordenadas geopolíticas que nos integram neste

mundo ocidental, o modelo óptimo de democracias plurais (há a chatice da Espanha, mas não há modelos perfeitos e vendo bem as coisas talvez fosse a altura de acabar com a hipócrita «segregação» da NATO; há a chatice dessas democracias plurais terem fornecido as armas com que os fasci-racistas nos oprimiram e massacraram os povos coloniais, mas para quê falar nisso agora?); há o azar de sociais-democratas e burgueses serem as duas ou três mãos plurais com que se assoam e alimentam as multinacionais, sugadoras dos corpos nacionais, mas adiante). Essas tais coordenadas geopolíticas imporiam a nossa integração nestes países de burgueses livres, que o mesmo é dizer, de trabalhadores explorados.

Esconde-se, por detrás desta barreira de palavras, todo um esforço verbal para travar a luta dos trabalhadores das fábricas e dos campos que se lançam à ofensiva pela reforma das estruturas económicas e impulsionam a viragem socialista. Mas, repare-se: os defensores destas teses geopolíticas «querem» a reforma das estruturas — leiam-se os seus programas políticos! — têm, até, uma doida, «cardíaca», vontade disso. As condições geopolíticas é que não os deixam. Evidentemente, a independência nacional acima de tudo, mas a NATO, a América, compreendem. E fala-se em novo Tratado de Tordesilhas. Como se a geopolítica tivesse impedido a Turquia de ser governada por uma burguesia ferozmente reaccionária ou Cuba não pudesse aguçar, nas Caraíbas, a sua cana vermelha. Longe, longe, geo e politicamente falando, estava a Índia, e os portugueses lá chegaram.

Admitir, mesmo no campo só da teoria, a ideia da determinação geopolítica em *última instância* equívale a assumir uma atitude capitulacionista ante o capital internacional, equívale a colocar em mãos alheias nossos rumos e destinos. No espaço geográfico e político em que Portugal se integra, desenham-se não só os burgueses mas também as *massas trabalhadoras*, que àqueles se opõem, da Europa ocidental; erguem-se os governos e os povos do mundo socialista; os governos e os povos do Terceiro Mundo. Neste contexto externo, cabe *decisivamente* à luta de massas, à sua organização, à sua unidade, à sua determinação, fazer do espaço nacional o espaço dos trabalhadores e dos homens livres da nossa terra.

3. As estruturas socioeconómicas em que assenta a nossa individualidade histórica são típicas de um capitalismo «deprimido», isto é, dependente do imperialismo mundial. Por outro lado, há a proximidade do Mediterrâneo, há os laços históricos que nos unem aos povos coloniais

com os quais misturamos sangue onde navegam cromossomas berberes e árabes. Tudo isto nos define como Europa, mas uma Europa mediterrânica e atlântica. Tudo isto nos aponta, segundo outros, uma via socializante que deve inspirar-se nos modelos do Terceiro Mundo. E argumenta-se com o largo futuro que está aberto a Portugal (qual futuro? o do seu próprio futuro?): o de *ponte* (novamente o sair fora) entre os países desenvolvidos europeus e os do Terceiro Mundo.

Sem pôr em causa a aproximação, as experiências e até a ponte lançada para a África, a Ásia e a América Latina, cabe perguntar: haverá um modelo socioeconómico do Terceiro Mundo ou diferentes e antagónicos modelos? Guiné-Bissau, Argélia, Egipto, Marrocos, Peru, México, Vietname, Indonésia, Tanzânia, Zaire poderão caber, sem antagonismos essenciais, no mesmo modelo? Mas o que haverá de comum nesses países do Terceiro Mundo? Será o estabelecimento, no terreno político, de um governo forte apoiado num único partido? Mesmo aqui o modelo englobaria quantas excepções mutilantes.

Mas a confusão começa no próprio conceito de modelo. Não encontramos modelos ou arquétipos em sentido platónico, preexistentes, dos quais participaria a realidade material e tais que, se esta entrasse em confronto com o modelo, não seria este a ter de sujeitar-se a rectificações ou substituição, mas a realidade concreta é que teria de ser mutilada para caber no modelo. Não. Os modelos não passam de conceitos, isto é, abstracções criadas pelo pensamento humano, abstracções que devem partir da experiência viva da realidade e ajustar-se continuamente a essa realidade.

Mas regressando ao modelo hipotético de Terceiro Mundo, qual a classe ou classes que detêm aí o poder? Na maior parte dos países de «socialismo nacional» do Terceiro Mundo é a burguesia que detém as alavancas, é a burguesia que se enroupa de «socialismo nacional». Mas não afrontaram essas burguesias, audaciosamente, a luta pela libertação nacional dos seus respectivos países? E entre nós, o que aconteceu? A alta burguesia comprometeu-se, montou e sustentou as guerras de África, a ditadura fascista e inspira e anima agora as intencões contra-revolucionárias.

4. A essência de Portugal, a sua definição está dentro. É na Europa que está a sua casa, o seu motor, motor classista que expulsava os melhores filhos e os espalhava pelos quatro continentes. Por isso este sol marítimo, este chão de chaparros e planície, esta casa de montanha, este lameiro,

esta fábrica, se voltam para as estradas dos oceanos. Por isso o viver fora, ao longo de séculos, marcou também o ser de dentro. Que foi da projecção fora, projecção colonialista exacerbada até ao limite extremo, que reberentaram os cravos e cantaram as G-3 de Abril. No processo histórico em que vivemos, em vias de liquidação dos laços coloniais, continuamos vinculados por outros elos aos povos em libertação das ex-colónias portuguesas. Nesta travessia histórica, se desatarmos as mãos, podemos ser arrastados todos para o fundo.

Somos Europa com sangue chamando na nossa língua dos quatro continentes. Desta realidade surgiu o modelo da revolução portuguesa. Esse modelo chamam-lhe Povo - MFA.

Esse modelo não é o modelo de socialismo em geral. Esse nasceu na Europa oitocentista e foi Marx quem o trouxe à luz do dia. O modelo de que se trata é o caminho original português avançando para uma sociedade que o conceito de socialismo envolve. A aliança Povo - MFA, caminho, modelo português, traduz a união das duas frentes principais que conduziram ao derrube da ditadura fascista: a frente popular de massas, cujo esteio fundamental eram os trabalhadores, e a sua organização política de vanguarda, o Partido Comunista Português; e a frente anticolonial dos povos irmãos de África, frente em cujas malhas se forjou o «quarto movimento de libertação», nosso movimento libertador.

Na frente interna, o ímpeto decisivo cabia à classe operária, «coveiro histórico do capitalismo», cuja força e cadeias se ampliavam com o desenvolvimento da produção capitalista. Nos últimos anos, a resistência revestira ofensivas armadas e nas vésperas de Abril cerca de 100 000 trabalhadores haviam entrado em greve.

Mas não foi por aqui que se quebraram as engrenagens do poder fascista, não foi aqui que se abriu a brecha pela qual entraram, de roldão, ao assalto, as massas populares. A frente interna, contra uma burguesia podre e inepta, estava bem guarnecida pelo lado do capital. A corda rompeu na outra frente de luta. Rompeu nas malhas do exército que sustentava em África os interesses do imperialismo, do colonialismo e do racismo da África Austral.

Um conflito de longa duração em três espaços africanos afastados, submeteu o exército português, designadamente os seus oficiais, a uma dura prova: comissões de serviço periodicamente renovadas; morte baleando soldados e oficiais; contraste entre uma ideologia caduca e a prática repressiva do exército que comandavam; vitória impossível das armas com

a derrota à vista nos campos da Guiné; contraste entre a ideologia e a acção do exército colonial e a teoria e a prática dos exércitos de libertação nacional da Guiné, de Angola, de Moçambique; situação portuguesa de degradação económica e social crescente e luta heróica de largas massas do povo português.

Estas as condições objectivas que fizeram romper, da carcaça podre do exército colonialista, um novo exército de libertação. A luta organizada das massas populares vinha juntar-se assim a outra componente das duas que constituem a originalidade do processo político da revolução portuguesa: Povo - MFA. Mas se a corda rompeu na frente colonial, a frente decisiva, em última instância, ontem como hoje, é a organização, a unidade, a determinação, a consciência política das massas trabalhadoras, dos intelectuais, dos oprimidos.

Armando Silva Carvalho

D. FLORINDA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Quando pensa em autarquias locais, D. Florinda vai-se sempre abaixo. Uma câmara é, para ela, um aposento tenebroso e entediante, ou, então, uma abertura solene para actos sexuais com pompa e com rigor. Um distrito é, para D. Florinda, uma coisa circular e húmida com gente aos pulos e bandeiras a flunar ao sabor do vento da província.

D. Florinda perde-se no meio das palavras e toda a sua engordurada prosopopeia se espapaça, mole, na pedra dos cafés, olhar alquebrado pela transumância burguesa. D. Florinda gosta de coisas concretas, de homens apessoados, de bacalhau com batatas.

O cortejo frio de cartas régias, diplomas homologados, estudos e contra-estudos, pareceres, opiniões, costumes e leis passam-lhe debaixo dos olhos como cão por vinha vindimada. O Direito continua a ser para D. Florinda uma parede opaca na qual se recorta, ingénuo, o perfil sanguíneo de oradores e padres, casos sangrentos de mulheres violadas ou que acabaram vítimas de ciumentos fogosos. Alçapões abertos sobre o mar moral, D. Florinda, sobre as praías jurídicas.

D. Florinda diz-se funcionária pública, com primos influentes e possibilidades de colocar gente em lugares sonâmbulos do mundo administrativo.

— Árvores. São árvores em arquipélagos longínquos, D. Florinda. Decore-me a definição de Administração Pública e depois conversamos.

— Não seja tonto, conversemos agora.

— Vamos, não quero vê-la aflita. Recomece o parágrafo. Soletre, com cuidado, o seu futuro de advogada célebre, cheia de enchumaços, causas

ganhas e dinheiro no banco. Pense nos seus ditados de infância e ponha de parte os homens.

— Como você está tão anatômico. Assim só me faz rir.

Bichos faíscam nos interstícios duma prosa reboiada e acadêmica, acalentada pelos doutores da lei. Crostas de ilhas conceptuais emergem das sílabas que avolumam os lábios sensuais de D. Florinda, perplexa. Mas ninguém se afoga. Todos adormecem sob o seu olhar benevolente e calmo, suas pestanas de óleo, suas pernas de palmeira virgem.

— Um estado federado não é o mesmo que um estado federal, D. Florinda. Decore a distinção e não apalpe o peito à procura de amor. Pode perder o ano.

D. Florinda floresce dentro da água administrativa. Sobre a sebanheira estende o *soutien*, a combinação de rendas de linho de Lanhoso. Debate-se, aflitíssima, nas ondas constitucionais da tão apregoada descentralização administrativa. Perde-se na labiríntica espuma, indo e vindo numa canseira inútil, procurando destringir a meada de leis propostas por Marcelo Caetano. No íntimo, vê-se no Minho, contemplando enlevada um caseiro que atravessa a levada levando aos ombros um bácoro que chia. Não compreende a subtil diferença entre abuso do poder ou poder discricionário, entre atribuição e competência, contração ou multa.

D. Florinda é uma estátua a fazer que pensa. No íntimo, celebra um acordo medieval de *prima noctis*: assim define a política.

Num esquema linear e rígrado, D. Florinda passeia-se pela verdura dum prado vagamente científico e sobre o qual também outras mulheres se sentam a bordar coisas infectadas por gestos publicitários. Quando alguém pretende subir a voz e esboçar uma crítica aos governantes, D. Florinda repara apenas que lhe falta o braço forte dum macho para a levar ao cinema e lhe fazer depois festas na cama.

Alguém exclama: o melhor de tudo são os preliminares.

— Duma lei? Dum coito?

Nos interiores de D. Florinda espalham-se as cómodas tradicionais do cio. Nas amplas concavidades pode meter-se o pé, a mão solícita que se presta a jogos ingénuos de pura sentimentalidade adjectiva. D. Florinda é um salão obscuro com filiais nas velhas grutas do catolicismo anacrónico. Divulga-nos uma história política em segunda mão e exige que nos sentemos sobre as colchas azuis que lhe cobrem as pernas e o sexo encerrado em divisões hidráulicas.

De noite, fecha-se no quarto alugado a comer azeitonas, exibindo as nádegas à escrita marcelina, ao jarro de vinho comprado na taberna da esquina, próximo do Saldanha.

Cansada de gritar frases que não compreende, farta de debitar palavras arrevesadas que lhe escondem o sentido directo da governação e do mando, D. Florinda teve um dia uma apoplexia e foi-se.

Foi ela e com ela foi também um certo país.

Armino Rodrigues

DUAS POESIAS

PORTUGAL, CRAVO VERMELHO

Em vinte e cinco de Abril,
em Portugal, de repente,
no ermo da madrugada,
floriram cravos vermelhos.

Já quarenta e oito anos
de treva nos tinha cegos,
quando da treva rasgada
floriram cravos vermelhos.

Veio a manhã que tardava.
Estava a longa noite finda.
Num rumor de asas de pombas,
floriram cravos vermelhos.

Desde os peitos dos soldados
aos peitos dos marinheiros,
nas próprias metralhadoras,
floriram cravos vermelhos.

Mal rompeu o dia novo,
logo por ruas e praças,
das cidades às aldeias,
floriram cravos vermelhos.

Quer nas mãos dos operários,
quer nas mãos dos camponeses,
no tempo de um pensamento,
floriram cravos vermelhos.

Nos olhos baços dos velhos,
na gralhada das crianças,
no enlevo das mulheres,
floriram cravos vermelhos.

Nas páginas dos escritores,
na atenção dos estudantes,
nas comoções da razão,
floriram cravos vermelhos.

Era um povo renascido
da morte em que estava morto,
em cujos gestos e gritos
floriram cravos vermelhos.

No sol, na lua, no vento,
nas searas, nos montados,
nos olivais, nas charnecas,
floriram cravos vermelhos.

Na voz das fontes e rios,
nas ondas do mar amigo,
nas penedias dos montes,
floriram cravos vermelhos.

No pão, no vinho, nos frutos,
de sangue e suor nutritos,
mais na fome e sede deles,
floriram cravos vermelhos.

No azul do céu profundo,
no branco leve das nuvens,
no canto alegre das aves,
floriram cravos vermelhos.

Na sombra vil das prisões
abertas de par em par,
dos irmãos delas libertos,
floriram cravos vermelhos.

Mas no Primeiro de Maio
foi que, em todo Portugal,
Portugal todo floriu
num mesmo cravo vermelho.

MEU GLORIOSO PARTIDO

Meu glorioso Partido
Comunista Português,
ao dares-me à vida sentido,
deste-me a vida outra vez.

Na multidão já fui só.
Hoje, em mim, sou multidão.
Basta-me aceitar que sou
como os demais homens são.

O olhar antes estreito
em redor passou-me a ver.
Meu coração no meu peito,
oiço-te noutros bater.

A voz que isolada era
fundi-a numa maior.
Fez-se-me a dor primavera
e a desconfiança amor.

A própria pátria que eu tinha,
idêntica a não ter nada,
de alheia voltou a minha,
por teu dom reconquistada.

Meu glorioso Partido
Comunista Português,
ao dares-me à vida sentido,
deste-me a vida outra vez.

Baptista - Bastos

CONTAR DE ABRIL

Contarás de Abril o assombro, o desassossego, as súbitas visões de beleza longamente sonhadas, o assanhamento da hora vespéral; o renascer, meu e teu. Contarás de Abril instantes serenos, salivados de paz, o perfil de casas, as ruas docemente nossas que rimam connosco, as ternuras vagabundas, a utilidade dos gestos, o murmúrio discreto e comovido. Contarás de Abril os gritos, as imprecações, as cóleras, o idioma ressurrecto na fraternidade de frases efusivas, no estertor. Contarás de Abril aquele haver viagem, aquele cheiro antigo de chuva de infância, a peca sombra, o chouto curto, o bêbado de rua que te assustou, temulento, a frugal manhã. Contarás de Abril o lado esquerdo da madrugada; cíclicos, os sismos: o chão em fissuras laceradas; de vagarosa, a capa da terra a recobrir o oco, as galerias naturais do ódio, onde rebramia o mar, sobre o qual haviam colocado o pinho e pedra e reconstruído a cidade, longa história de uma frustração. Contarás de Abril, os passos. Contarás de Abril, os sons, ínsitos na paisagem nocturna, nas betesgas. Contarás de Abril que me viste trajado de briche e holandilha, seteira ao ombro, num baixel de antigamente, soletrando palavras felizes, sem direcção nem sentido, como tudo o que é feliz. Contarás de Abril, aos meus filhos, filhos teus, que os meus olhos míopes, ardidos, urbanos, ficaram cheios de um officio de dizer coisas singelas, humildes e absurdas: como amor, liberdade. Contarás de Abril os idos, e os que voltaram; os que ficaram e ficam. Contarás de Abril as pequenas pilhas de palavras, armazenadas numa necessidade que inventei; e as nossas almas ledas e limpas; e os braços que se estendem a outros abraços; e a cordialidade de anotarmos um nome, um

número, uma flor; e os balaíos sem reticências de mágoas, cheios, os balaíos, de trissos de aves, de pássaros remotos de que ignorávamos a voz ou havíamos esquecido o toque e a fímbria. Contarás de Abril que na nossa terra já não apodrecem as raízes e que já não adiamos o coração; que já não nos dói a velhice e que os ríos são todos nossos e íntimos e que já não perdemos a infância e que nascem crianças insubmissas e claras e livres. Contarás de Abril a espessura mágica, o punho reflexo, o dia de água, a lágrima, a vontade de sermos e de estarmos, o límpido grito, a forma inconsútil, o beijo proliferante, o vermelho e a brisa, as bambinelas vagantes nos sopros, o livor das coisas, a maravilha discreta de assear a vida, o caminhar, os semideiros, os rostos nesta dócil pausa e neste imenso perdão. Contarás de Abril as casas de mil sóis, a imponderável descoberta dos sussurros, a brancura inadiável da perseverança, o resplendente varar dos dias, a feira alvoroçada das horas. Contarás de Abril a visão e o visto. Contarás de Abril as mãos dadas. Contarás de Abril o renascer da essencial frescura.

Contarás de Abril.

Contarás, meu amor.

Carlos Porto

O TEATRO PORTUGUÊS À PROCURA DA LIBERDADE

Como talvez não pudesse deixar de ser, este primeiro ano de teatro em (relativa) liberdade reflecte os sobressaltos, as contradições, e também os avanços, que o nosso processo revolucionário tem sofrido. Uma vez mais, o teatro serviu de instrumento de medição das mutações por que passou a sociedade em que se insere.

A primeira verificação que se poderá fazer sobre este ano de actividade teatral diz respeito às dificuldades que essa actividade conheceu sempre que tentou escapar ou hostilizar a exploração comercial que a condiciona. Podemos considerar que a própria riqueza política do quotidiano português do pós-25 de Abril prejudicou a prática teatral na medida em que mobilizou grande número de espectadores potenciais para outros tipos de actividade. Além disso, muitos filmes agora em exibição, anteriormente proibidos, atraíram naturalmente o interesse de uma maioria de espectadores. Embora este sector do espectáculo não tenha escapado a determinadas contradições, a verdade é que dificilmente o teatro português poderia combater, para já, o interesse por filmes que são muitas vezes de grande qualidade artística e revelam um grande impacte político.

Como prova destes dois condicionantes — a mobilização de espectadores pela actividade política e pela exibição cinematográfica — lembraremos que se observa na província um grande, ou pelo menos relativo, interesse por manifestações teatrais que lá se têm deslocado ou lá têm nascido.

Devemos ainda considerar o facto fundamental de as estruturas empresariais se manterem praticamente sem alteração, o que implica uma situa-

ção anómala que ilustra o facto da liberdade, por si só, não ser revolucionária. Facto que não respeita apenas ao teatro, como podemos verificar em relação a medidas revolucionárias assumidas depois do 11 de Março. Verificamos, pois, que o monopólio se mantém de pedra e cal, e até se reforçou graças às especulações comerciais de que se serviu no aproveitamento interesseiro da liberdade que o 25 de Abril nos trouxe.

As dificuldades a que nos temos referido, incidem muito especialmente na aparente impotência dos nossos dramaturgos em escrever peças adequadas ao país em reconstrução; e na actividade de companhias e grupos independentes que não conseguiram melhorar, de forma significativa, o nível dos seus trabalhos. A este respeito, devemos referir o facto de a política de subsídios não ter sido correctamente aplicada, apesar dos novos instrumentos criados para a sua planificação. Devemos considerar este ano teatral como um ano de passagem entre uma situação quase nula (antes do 25 de Abril) e um futuro ainda por definir.

Uma análise do teatro que se faz em Portugal não poderá deixar de ter em conta a sua situação antes do 25 de Abril, pelo menos no que se refere às suas capacidades técnicas. Não esqueçamos que o 25 de Abril não poderia dar ao nosso teatro aquilo de que ele dramaticamente carecia: quadros técnica e culturalmente habilitados. Não devemos, porém, cair no extremo oposto: é evidente que havia valores que permaneciam desaproveitados ou mal aproveitados. Acontece que a própria organização do nosso teatro implicava esse desaproveitamento e implicava lamentavelmente a permanência de um clima de rivalidades mesquinhas, de dissidências pessoais, de vaidades e interesses oportunistas, clima que ainda se mantém. Tudo isto influiu no rendimento do teatro português durante este primeiro ano sem fascismo. Um outro factor adverso consistiu na impossibilidade de as entidades oficiais consagrarem ao teatro o apoio económico de que aquele por enquanto carece.

Algumas iniciativas — cujo carácter positivo nos parece indiscutível — devem ser assinaladas. A constituição da Comissão Consultiva para as Actividades Teatrais, adstrita à Direcção-Geral de Cultura Popular e Espectáculos, parece-nos de uma importância primordial pelo facto de representar múltiplos sectores da actividade teatral que é, assim, nas suas linhas gerais, orientada pelas próprias bases. Vejamos essa representação: Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo, Sociedade Portuguesa de Autores, Associação Portuguesa de Escritores, Sindicato Nacional dos Músicos, Associação Portuguesa de Críticos, Associação dos Empresários,

Conservatório Nacional, Fundação Gulbenkian, Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Trabalho, Ministério da Comunicação Social, Partidos da coligação.

Se podemos considerar ineficaz a actuação da Comissão no que se refere à continuação do monopólio e à atribuição de subsídios, como já dissemos, não podemos esquecer que o facto se deve, em parte, à falta de reestruturação dos instrumentos legais. Do trabalho da CCAT devemos salientar a redacção do projecto da Lei de Teatro — que o programa do MFA impõe —, o qual se encontra praticamente concluído.

Devemos ainda assinalar a primeira realização, estabelecida no âmbito da CCAT, com vista a uma autêntica e eficaz descentralização cultural. Referimo-nos ao Centro Cultural de Évora, experiência-piloto de cujos resultados dependerá o tipo de organização a criar noutros pontos do País.

O aparecimento de um número considerável de grupos de teatro amador e a inserção de alguns deles bem como de grupos profissionais nas várias campanhas de dinamização do MFA, é outro dos elementos positivos deste ano teatral.

*

Começámos por dizer que o teatro tem seguido a linha sinuosa que o processo revolucionário traçou em onze meses. Da sombra spinolista que manchou o 25 de Abril à clarificação do espaço ideológico que o 11 de Março implicou, muitas ilusões, muitas desilusões, muitas esperanças, muitas vitórias, algumas derrotas, correram pelo palco da realidade portuguesa e pelo palco do teatro português.

Em 22 de Março (onze dias após a intentona contra-revolucionária) um acontecimento extremamente importante veio sacudir a cortina que separa o teatro tal como ainda existe do teatro tal como o sonhamos. Aliás, esse acontecimento foi precedido pela primeira reunião da CCAT realizada após o 11 de Março, precisamente em 18 desse mês, e na qual foi proposta a nacionalização do teatro português. Em 22 de Março, na Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo, surgiram duas propostas nesse sentido, uma assinada por José Viana e por outros actores, e a outra subscrita por três elementos da referida comissão. Essas propostas foram aprovadas por esmagadora maioria, e a direcção do Sindicato ficou encarregue de estudar o processo de nacionalização que deverá ser apresentado às autoridades competentes. No dia seguinte, a CCAT

resolveu, por unanimidade, constituir uma subcomissão que procederá a esse estudo. Depois disso, surgiram algumas vozes discordantes, e outras de apoio (nomeadamente dos trabalhadores do Adoque, actualmente no Porto). De qualquer forma, e tanto quanto nos parece, a medida de nacionalização do teatro terá o apoio da maioria dos sectores relacionados com a actividade teatral (o sector empresarial será a excepção, claro) bem como de sectores também nela interessados, como é o caso do público. Esse apoio deverá ser um factor decisivo quando (ou se) o projecto for apresentado a instâncias superiores.

— Consideramos, pela nossa parte, que a liberdade do teatro português passa pela eliminação do monopólio, ou seja, passa pela nacionalização, da mesma forma que a liberdade do povo português passa pelo domínio dos sectores económicos fundamentais, domínio que já começa a exercer. Ao contrário do que propalam aves agoirentas, essa medida não implica a estandardização da criação teatral; não implica o risco de uma diminuição da sua liberdade, a não ser a liberdade de se colocar contra a revolução, como já tem acontecido. Para isso, como é óbvio, torna-se indispensável criar instrumentos de defesa e de participação dos criadores, instrumentos, aliás, já previstos. O mais importante deste primeiro ano de um teatro a caminho da liberdade não consiste, tanto quanto nos parece, no que foi feito, mas no lançamento de bases, mesmo provisórias e a radicalizar, para o surgimento de um teatro novo.

Casimiro de Brito

Fragmento do poema

ALGUM CANTO DE ALGUÉM

escrito quando em Portugal não havia o mês de Abril

.....

Nasci num país humilde até à mais concreta
abjecção; triste país sitiado
pela corrupção; desolado rosto sem revolta
nem repouso; traído pela tradição; traído,
destroçado
por um suicídio lento, lentificado. País
ou cratera
cavada pelo sol? Aqui
ouvimos a voz do vento
e vagos vagabundeamos com ele
através de campos e campos de mortal-
idade. Eis Portugal, campo de concentração
de música precária iluminado; e por seus muros
marítimos
incendiado. Através do azul abre-se uma abóbada
de cinza; de guerras vãs; de falas mansas
em espiral — assim um povo em palavras
(de outros) se
desenvolve; como quem canta longamente uma só sílaba

silenciosa; sob uma só
luz esmagadora. Assim falo do meu país
cativo, subdesenvolvido,
como se não escrevesse com palavras
mas com lágrimas clandestinas escrevesse; armas
apenas cantadas; em silêncio cantadas;
pela palavra colectiva
de um povo em luta. Excessiva sede, a nossa:
excessiva teia de trevas raramente
rasgada

por velozes meteoros, visões do passado, obscuras batalhas,
amigos torturados, eclipses, resistências
subitamente convertidas
na extrema claridade sem medida. Num país de guerreiros
a paisagem do ópio — ódio
ao povo dado
em nada lhe dar senão a secura, a cegueira
do ar, árvores atravessadas
pela força do hábito; um país sem estrume (máquinas,
projecto comum, comércio de víveres, homens tranquilos
em seu fogo intenso) — um país sem estrume nem
lume; somos um povo a quem
roubaram a memória
das grandes e verdadeiras epopeias, a ventura
do futuro... Um dia
renascemos — dizem alguns velhos combatentes —; um dia
destruiremos os códigos
da violência; um dia: no carvão da ferida; com nossas
armas camufladas
na subitamente foz deste rio (ritmo)
que somos; em cada casa um campo de batalha,
em cada fábrica um punho erguido
contra o capital; contra a violência
outra violência
cantaremos; outras cidades, outro homem (que não saiba
fazer a guerra) construiremos. Aqui, onde tudo arde, onde
a paz apodrece; aqui, praias ocidentais, onde navegamos
entre os restos podres

da última festa; restos de oiro e áfricas, índias,
naufrágios, músculos de pedir esmola, árida gramática
da fome e da guerra, álcool, ópio
e não mais o secreto fascínio
de criar palavras
camufladas; onde algum canto dê alguém
levante este povo sem memória
de suas cinzas endurecidas; através da cólera (da
pólvora) de viagens crudelíssimas; no canto
lembradas; em barcos de armas, emigração,
resíduos de coragem por tantos continentes
sobre o tempo tão dispersas. Além, aquém do abismo
o esforço, a vertigem de compor a terra
tão distante. A bando nada. Todos os dias, porém, aumenta
o preço da alma; todos os dias em surdina se levantam
neste país roubado
novos deuses de cócoras; tigres de palha; assim
o sonho apodrece
na terra sem músculos — em músculos
sem terra. Que fazer do sangue, que fazer do sexo
a tímidos tubarões
vendido? Apenas a vontade
primária
de cantar o sol
permanece. De cantar esta intranquila ilhada
cheia de calamidades. De inscrever o sol, a
erosão
como quem mergulha num mar em ruínas, humana multidão
sob a luz vertical. Eis uma legião
de tântalos apodrecidos, almariados
pela mortinútil, minúcias do pó, terror do corpo
da vida separado, em barcos transportado, em fábricas
imperiais vendido. São homens e jazem
em oficinas de névoa, prisões políticas, campos arruinados
pelo render de armas, lixo, simulações de paz. Estas
são as lentas metamorfoses
do silêncio. Entre barro e cinzas (nave sem bússola)
canto; alguma coragem ainda respira; à beira

de praias soterradas pelo sono
o ódio acumula-se; a luz crua. Um povo
sem nome nem palavras
resiste; ouve pulsar o sangue — ouve o lavrar do sangue
na terra pobre do corpo. São homens
ainda jovens; ossos subalimentados
para guerras alheias. São mulheres abrigadas à memória
de um filho morto. Viúvas de vivos. São
velhos. Crianças. Alguns respiram ainda. Resistem
ao terror. Esmagados
pela parede incorruptível
do Atlântico; trucidados pelo crime perfeito
do fascismo; ventos policiados
vindos de Espanha — estas são as grades do sol
e do sal; música surda, mar, armas sem memória
dentro da ânfora de um povo. Um país pode romper
(dizem-me) as suas fronteiras
e plantar florestas construir navios lançar marinheiros
ao vento; não em busca da glória
mas do pão; mas que terra do sono (napalme
sem corpo) — mas que terra da guerra
pode sem guerra
libertar-se? O povo sabe. Apesar do medo
da chuva perpétua, polícia, sol intenso
que derrete os ossos, as retinas, o prazer
de cantar. O povo canta. Obscuras cicatrizes
exaltam a sua coragem; travessia cruel (terra
sem amos) entre o sol e a morte; falo, meus amigos,
de um túmulo macerado
pelo verão mais funesto; árida profusão solar
do silêncio; dos campos magnéticos da usura (economia
de velhos exploradores) falo; de salários
de fome; da cruel claridade
em redor
de trevas intensas; avivo a memória
do meu povo; ilumino a teia que nos detém
à beira do abismo; este é o canto da mais estéril
arquitectura. O teu canto. A líquida presença

do medo e da morte. Da polícia. Aqui
a morte se desenvolve
com mais vigor; carnívora contemplação
do outro lado da palavra
revolução. Um dia
no carvão da ferida, no mais opressivo
movimento
da doença que somos
renasceremos. Um dia
tantas vezes sofrido, tantas vezes cantado —
cantaremos de novo.

E. M. de Melo e Castro

PORQ/PRAQÊ

1.

FORÇA
CARREGA
CARREGA
NEGA

ESFORÇO
DISFARÇA
DISFARÇA
URSO

TRABALHO
BATALHA
TRABALHA
MALHO

VITÓRIA
VITÓRIA
COMEÇA
HISTÓRIA

O responsável é evidentemente o pai. O meu, neste caso. Grande sova aos 12 anos por eu não gostar de ler. Mas antes já aos 7/8 a descoberta rimada da escrita. Versos infantis logo reprimidos, que o padrinho não gostava. Situação clandestina de escrever escondido no buxo do jardim. Disfarce. «Nesses primeiros escritos era sempre o texto que comandava, recorde-me perfeitamente, era a rima, o ritmo, o paralelismo, ou o contraste das palavras que motivava o texto e o aparecimento de situações e de ideias. Nunca me servi da escrita para descrever fosse o que fosse (as minhas redacções do liceu eram péssimas por isso) nunca consegui escrever uma linha para impingir ideias que outros me tivessem impingido a mim primeiro. Quando escrevia era sempre o texto que comandava, e eu assistia à sua construção, não admira pois que ninguém entendesse nada do que eu escrevia...» (O Próprio Poético — 2.1 Do Indivíduo ao Texto). Outros riam quase até à congestão, como aquele tio-avô muito sanguíneo. Os versos rimados foram feitos e lidos no casamento. Ele comera e bebera demais. Os versos eram estes:

No dia do casamento
a tia Luz
foi de catrapuz
e o tio Rui
deu um grito
ui! ui! ui!
muito aflito.

O texto, o ritmo, a rima: diziam a verdade. O casamento foi infeliz. Depois o esquecimento. Ler e escrever é uma chatice. Trinta e cinco réguas pelo menos, dia sim dia não, por erros no ditado. A negação do vazio. A dor da farsa. O registo interior da negação e do vazio. E aos 12 anos não gostava de ler. Lá fora o sol era. Primeira e única a sova. Primeira e até agora (43 anos) ininterrupta a esforçada leitura. Com raiva fiquei ruminando a dor-opressão no calor da tarde. Setembro ainda Verão. Leitura obrigatória sentado no chão da vinha. Revolta. O texto (um qualquer) misturando-se com os caules e as folhas das videiras. («Ao lado verdeja, vicejante, a nossa vinha.» — Cesário Verde). Vinha que agora cultivo, eficiente. Leitura. Um zângão escreve no ar os caracte-

res de um voo intermitente. Leio. Só paro para escrever. Escrever que é ler por extenso um espaço que se vai ordenando. Extenso que o papel fixa. Ou que se revela aos poucos de dentro do vazio do papel. O negro dos sinais (zângão) modelando fragmentos no branco total. Os olhos percorrendo o espaço procurando as leituras (de dentro - de fora, de sub - de sobre) de ler mesmo. Quase tudo ainda a abrir. O cheio do que se pulveriza no vazio. A escrita. A tensão dos contrários. Branco vazio de papel. Negro cheio dos olhos. Movimento. As espirais. A luta contra a dispersão. A dissolução dos gestos. O zângão que desaparece no branco do verde das videiras. Mar. As folhas que do papel se voltam criando um dinamismo no espaço, entre um começo e um fim provisórios. O real onde tudo muda. A fixação suposto recurso dos conceitos. A luta contra a grande confusão dos objectos. Onde é o dentro, o fora é. Onde é o cheio, o vazio é. Onde o dentro, o vazio é. Onde o fora, o cheio é. Onde o dentro, o cheio é. Onde o fora, o vazio é. Mas só o homem se apercebe: animal que se move entre as margens escaldantes do gelo definindo-se em trajecto. Recuperando as origens uso/urso impenetrável no projecto do futuro. Probabilístico programa de solidão multiplicada da liberdade: os gestos sociais. Autossignificando-se: significante de que ele próprio é o produtor e o leitor. Escrita. Significante zângão-besouro negro, perdido no verde achado vazio da vinha. Texto.

3.

Escada dialéctica. Ideograma de 1965 publicado no livro *Visão*. Leitura simultânea em dois sentidos. Dois trajectos contrários entre a força opressora e a história que começa. Leitura organizada visualmente em degraus na conquista de contrários. Leitura subliminar de um espaço definido (neguentropia) através de frentes simétricas de vogais (AAAA-OAAO-OAAO-AAAA). Função triunfante (imperialista?) dos dois grupos extremos (AAAA-AAAA). Função contestação e luta dos dois grupos médios (OAAO-OAAO). Equivalência recíproca das posições dos grupos extremos e dos grupos médios. Dialéctica. Tal como foi produzido, o texto propõe uma diacronia duplamente concebida nas leituras descendente ou ascendente da escada. Mas uma visão sincrónica das tensões em confronto é perfeitamente possível, organizando um xadrez em que as 4 posições são desta vez total e completamente intermutáveis pois nesse xadrez influi a força que oprime e nega o trabalho, que alcança a vitória através dum

esforço subterrâneo ou de denúncia (quem disfarça, diz farsa) propondo um recomeço para a história do homem, agora já animal que entre outros se reconhece e organiza.

	VITÓRIA VITÓRIA COMEÇA HISTÓRIA	
FORÇA CARREGA CARREGA NEGA		TRABALHO BATALHA TRABALHA MALHO
	ESFORÇO DISFARÇA DISFARÇA URSO	

Neste xadrez se propõe a intersecção da sincronia (visual-estrutural) com a diacronia semântica descritiva. Possíveis leituras subliminares (anagramáticas ou anafónicas):

— Grupo Opressor (Força-Carrega-Carrega-Nega): REGRA/CARGA/
/FORÇA/NEGRA/CEGA

Leituras subliminares todas ligadas à ideia de opressão e obscurantismo, quer directa quer metaforicamente, revelando assim uma grande univocidade semântica.

— Grupo do Esforço (Esforço-Disfarça-Disfarça-Urso): URSS/USA/
/FARAÓ/USURA/DIZ FARSA

Maior riqueza e complexidade subliminar ligada sempre à ideia de confrontação oculta (guerra fria). Forças opressoras, denúncia e desmistificação de um teatro desumano.

— Grupo do Trabalho (Trabalho-Batalha-Trabalha-Malho)

Leitura subliminar mais importante: BARALHO. Metáfora de

jogo e de acaso ligando o parâmetro lúdico profundo à actividade de luta e de utensílio dessa luta, superficialmente expressa no texto. A referência Batalha traz para o nível superficial os confrontos profundos contidos no grupo «Esforço». Este grupo do Trabalho é assim uma consciencialização no nível social e colectivo das lutas contidas nos grupos anteriores de um modo potencial. Relacionando o anagrama imperfeito Trabalho-Baralho com o Grupo Vitória, equaciona-se a conquista da liberdade de escrever a própria história, ou seja, a própria vida ao longo dos dias, jogando-se e arriscando-se em cada momento. Conquista que é estruturalmente o modo de o homem se significar na sociedade.

- Grupo Vitória (Vitória-Vitória-Começa-História). Este grupo não contém leituras subliminares relevantes, sendo de uma clareza (mesmo metafórica) evidente e unívoca em toda a sua superfície. No entanto, é necessário não esquecer a sua posição finalista na estrutura em escada, mesmo quando se trata de uma história que sempre recomeça. A frente homogénea deste grupo (AAAA) é a mesma da do grupo opressor (AAAA). Na escada dialéctica estes grupos são equivalentes em posições iniciais e finais; no xadrez sincrónico encontram-se significativamente do mesmo lado de uma das diagonais possíveis nesse xadrez. A outra diagonal fará uma divisão mais equitativa das tensões dos 4 grupos presentes, mas convém não esquecer que também no xadrez sincrónico existe a polarização referida, colocando de um lado a univocidade monolítica e do outro a luta pela plurissignificação dos conceitos em que a noção de jogo é a estrutura profunda.

Na estrutura de xadrez revelam-se também tensões dialécticas perpendiculares entre o Grupo Força e o Grupo Trabalho, e entre o Grupo Vitória e o Grupo Esforço, revelando assim uma mais complexa dialéctica entre a aventura da vida e a vitória da história ou ainda possibilitando a leitura da necessidade da não fixação dogmática da história.

Operemos agora uma deslocação do xadrez sincrónico de modo a criar-se a espiral do desenvolvimento dialéctico:



Os degraus da escada dialéctica (cortes epistemológicos do desenvolvimento revolucionário?) e os grupos do xadrez sincrónico, dão agora origem a uma espiral gráfica-conceptual em que todo o processo se dinamiza num recomeço possível e em constante reformulação dos conteúdos dialécticos dos grupos significantes. As posições desses grupos deixam de poder ser equivalentes no plano superficial do papel, ou em relação a diagonais abstractas. O espaço concreto potencializa-se e significa-se qualitativamente.

4.

Um discurso que se lê. (Saussure... uma ligação entre dois conceitos que se apresentam sob a forma linguística, mesmo que rudimentares ou por vias que desconhecemos...)

Um zângão na tarde/vinha. Um texto espaço/temporal que se estrutura e se (des)estrutura. A leitura. As leituras. Um baralho de cartas onde um homem (os homens) se joga e é jogado — significante de um discurso que produz e de que é o único (únicos = todos) leitor. Ligações por vias que desconhecemos, rudimentares, casuais, nossas (de todos). O homem social. As leituras.

5.

O trabalho criativo desenrola-se numa perspectiva sincrónica e exerce-se através dos significantes (é o trabalho morfológico, sintáctico, experimental criativo e/ou analítico). É a esse trabalho sobre os significantes da escrita que se chamou impropriamente formalismo. Mas os elementos formais da escrita, morfológicos e sintácticos não são significantes originários (ou de 1.º grau); são já meta-significantes — portanto já portadores de uma carga semântica própria: a escrita é uma reflexão do homem sobre si próprio — e assim sobre a sua posição na vida e na sociedade. O chamado significado literário é já uma meta-leitura, da leitura inicial que a escrita criativa é. Escrever é então a leitura do nosso próprio significado. Todas as operações morfológicas e sintácticas pelas quais a pesquisa experimental se executa são assim os actos semânticos específicos do escritor — e são eles e só eles a especificidade do acto da escrita.

O formalismo é apenas aparente, pois que as operações experimentais morfológicas são a própria produção do significado do significante escrevente (operador/experimentador) que se escreve Homem de uma sociedade de que se forma e que o forma. Quer isto dizer que não há operações formais inocentes, nem sequer sinais inocentes.

Toda a escrita é já uma leitura de significados vitais ou dos significados vitais de quem escreve — toda a escrita é ideológica por si própria, e é parte de um contexto histórico e social.

Antepor qualquer conceptualização ideológica à escrita é interferir sobre a liberdade de quem escreve, muito mais do que interferir sobre a especificidade da escrita e sobre a significação do que se escreve.

Alienado da sua função de significante, o escritor fica privado da capacidade de ler-se, isto é, de escrever.

6.

O homem como significante dinâmico e interveniente de um discurso comum não pode pois deixar de ser-se ele próprio um sinal da realidade, a qual só se realizará como real enquanto ele também o for, isto é, capaz de produzir (escrever e ler) a sua própria escrita.

E assim porquê e paraquê fica dito. Releio: «Uma escrita continuada. Escrevo o cérebro à procura da luzbrificação da mão. Que funcionário não conhece a cansada escrita concopinhada? É assim que letra errana me conduz o contra, a dizer a dicionáriaica verdade. Tudo o que se escreve está escrito já, mas por outra ordem, noutra sítio, ou talvez por para além acima ou sob este papel universal.

Tal como o pau se polula de folhas mesmo já de tábuas armado em móvel chão, assim tal as letras se revestem de páginas na sua posição de discursar à toa e discordar à toda lata ideia. Assim se inicia um discurso contra mesmo o que mesmo. O curso do semáforo do alvor da manhã. Rua deserta em que os sinais de verde e outras cores são vermelhos no meio de laranja ou um código novo se descobre sem trânsito nem carro. É quando um único veículo desponta no começo da rua, acelera a leitura do ritmo das 3 letras e desaparece no curso consumido.»

Abril de 1975

Bibliografia do Autor, citada no texto:

VISÃO (1961/72) — Distribuidores: Assírio & Alvim, Lisboa (reunião de poesia concreta e visual)

O PRÓPRIO POÉTICO (Ensaio de revisão da Poesia Portuguesa actual)
Ed. Quítron — São Paulo — 1973

IN-NOVAR (Os sinais da vanguarda) a publicar brevemente
Editorial Paisagem — Porto

R.
O
1-
í
1

Eduardo Prado Coelho

SOBRE O TRABALHO TEÓRICO, A PRÁTICA ESTÉTICA E A LUTA IDEOLÓGICA — 1

Recordo apenas: sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário.

A frase é de Lênine.

Convém, portanto, que nos interroguemos sobre este ponto: que se passa quanto à teoria revolucionária em Portugal? Por outras palavras: que balanço poderemos fazer do nosso trabalho teórico?

Será arriscado afirmar que, excluindo alguns casos absolutamente excepcionais, *não existe um pensamento revolucionário português?* ←

Pensamento revolucionário que seja revolucionário *como pensamento*. Isto é, que inscreva a revolução no próprio mecanismo da produção teórica, no próprio fio do discurso que a enuncia.

Porque há — é evidente — a pura repetição, convicta, por vezes muito honestamente militante, e com aquele tom de gravidade e enlevo que constituem o cerne da retórica progressista, a pura repetição (dizia eu) de estereótipos revolucionários. Tal repetição, mesmo que simule tratar-se de um pensamento, nada tem que ver com o acto de pensar.

Fácil se torna verificarmos como a retórica progressista oscila entre um pensamento *mole*, feito de disponibilidade humanista e intencionalidade ética, e um *simulacro* de pensamento organizado a partir de um monótono encadeamento de sintagmas mais ou menos cristalizados. Ou ainda: entre o arrulhar dos pássaros liberais e o esforço imenso dos cães-zinhos amestrados da dialéctica.

Não se trata aqui de estimular polémicas arrojando-me privilégios de extraterritorialidade. Mas, enquanto não reconhecermos humildemente estas carências, torna-se difícil podermos corrigi-las. Carências que se podem arrumar nas duas alíneas que aponte: a que denuncia um pensamento humanista e mole e a que denuncia um pensamento analfabeto e mecânico.

O que nos leva a perguntar: que obstáculos se levantam ao desenvolvimento de um trabalho teórico que produza um pensamento efectivamente revolucionário?

Indicarei por agora três.

Em primeiro lugar, o próprio complexo dos intelectuais que compenham o seu evidente embaraço ou através de uma exaltação esquerdista onde buscam encontrar toda a redenção, ou através de um encargo apostólico onde julgam esgotarem-se todas as suas responsabilidades. Esquecendo que o dever essencial do intelectual revolucionário é *ser intelectualmente revolucionário*; esquecendo que só é revolucionário o pensamento que inscreve em si a própria dificuldade do pensar, a resistência do ideológico e o combate com a linguagem; esquecendo que só assumindo a sua própria violência o pensamento se ergue à sua qualidade de revolução falada ou escrita.

Dá os perigos inerentes a um trabalho de divulgação cultural. Complexado pela sua condição de intelectual e pela distância que o separa do não-intelectual, o intelectual visa preencher essa distância através de um esforço de divulgação. Raro é o escritor português que não passou a escrever «para as massas». Rara é a publicação portuguesa que não passou a publicar «para as massas». Se em alguns casos isto é um sério e ingénuo esforço para contactarem com as massas, noutros e pura e simplesmente o alibi de não saberem nem escrever, nem pensar, nem publicar. E é assim que vemos muitas vezes «o operário da Sorefame» e «o camponês de Trás-os-Montes» aparecerem como responsáveis de uma desoladora mediocridade.

O que existe de absurdo nestes entusiásticos utentes dos meios de comunicação de massas é o facto de não perceberem nada de meios e de massas e julgarem que estão a comunicar *directamente* com as massas. Ignoram, por exemplo, que o público das *mass-media* não é uma massa de público e que, muito pelo contrário, «tende a fragmentar-se, a particularizar-se, a individualizar-se» [Jean Cazeneuve, *Sociologie de l'Information — textes fondamentaux* (org. de F. Balle e J. G. Padioleau), Hachette, Paris, 1973, pp. 7-8]. Ignoram ainda a importância ideológica fun-

damental dos agentes difusores intermediários que inculcam decisivamente nas massas o sentido do que lhes é comunicado. E só de longe a longe se apercebem da desproporção entre os recursos mobilizados e os resultados reais.

Supõe-se assim, por exemplo, que um programa cultural na televisão deverá conduzir ao hábito da leitura e da reflexão aqueles que o não têm. Desconhece-se deste modo até que ponto *toda a cultura apenas pode emergir de uma práxis quotidiana que a imponha do interior*; e corre-se ainda inconscientemente o risco de reduzir a cultura a *um objecto de consumo*, a um *espectáculo* concedido como «um suplemento de alma». E devemos ainda ter em conta que, afirmada a necessidade de contactar com um público inteiramente manietado pelos esquemas da ideologia dominante, se recorre por vezes ao que há de mais reaccionário, tradicional e conservador na cultura para estabelecer uma mítica e equívocada ponte de entendimento. Não é sem um arrepio que vemos e ouvimos honestas pessoas estipularem «o que convém nesta hora ao povo português» em nome do seu mau gosto e da sua elementar ignorância do funcionamento dos mecanismos estéticos.

Uma revolução cultural não se faz através da divulgação da cultura. Uma revolução cultural é necessariamente uma revolução política e pedagógica, produzindo uma transformação da *prática quotidiana dos indivíduos*. *Toda a cultura que não parte de uma práxis é mero exercício decorativo ou espectacular*. É certo que o trabalho de divulgação cultural tem os seus *méritos* e merece-nos a simpatia da sua generosidade. Mas não podemos aceitar que em nome dele se bloqueie *um trabalho efectivo do pensamento revolucionário*.

Em segundo lugar na lista de obstáculos, apontarei o paleio progressista.

A súbita evidência de que «todos somos progressistas», a perturbante unanimidade, o inquietante consenso de que «tudo é esquerda» e a «esquerda está em tudo», e, sobretudo a facilidade com que isto se instalou nas consciências e nas conversas, podem conduzir ao perigo de supormos que tudo está pensado e nos basta agora realizar. Desenvolveu-se o que em tempos designei como «um imaginário de esquerda» que pode constituir um sério obstáculo ao progresso de um pensamento efectivamente revolucionário. Porque uma teoria revolucionária implica o desmantelar destas evidências fragmentárias que na sua coerência apenas definem lugares de resistência burguesa.

E chegamos ao terceiro ponto: a urgência de uma luta ideológica paralisa também o trabalho teórico. Muitos, e alguns dos melhores, vieram para a causa da revolução por imperativos de ordem ética. Daí que adiram a um «comunismo moral» que se baseia numa caracterização confusa do capitalismo como o mal-em-si e num desejo saudável de justiça social e bem-estar para o povo. O perigo resulta dos desvios que este esquema moral necessariamente solicita: é fácil, por exemplo, converter o anticapitalismo na figuração de uma luta entre grandes e pequenos e esquecer demasiado ao longo da luta antimonopolista (onde os pequenos defrontam os grandes) que essa luta é apenas uma fase no combate contra o capitalismo. E, na medida em que o marxismo pode deslizar para um esquema moral desta ordem, ele torna-se mais vulnerável ao moralismo, ao puritanismo, às posições esteticamente retrógradas e às mais variadas versões de revisionismo. Daí a necessidade da nossa vigilância e intransigência teóricas.

Definidos como variações no eixo de uma problemática, *esquerdismo e revisionismo são a mesma coisa*. Por outras palavras: na medida em que o esquerdismo é apenas o anti-revisionismo, *o esquerdismo é a face histórica desse revisionismo*. Alguns poderiam supor, enganados pelo alarido e pela balbúrdia, que o pensamento revolucionário se situa nos campos esquerdistas (isto é, no *revisionismo de esquerda*). Puro equívoco: se o pensamento não é mastigação, também não é gesticulação. E o espectáculo confrangedor que nos oferecem as publicações esquerdistas é o de uma total ausência de pensamento dissimulada por uma gesticulação exacerbada.

O risco de uma excessiva ideologização da prática teórica ressalta de algumas dificuldades que ela suscita: que um texto seja dominado por uma nota anticomunista não neutraliza antecipadamente a possível pertinência do que nele se escreve (e o idealista inteligente é preferível ao materialista estúpido — de um ponto de vista materialista, claro está); que um texto seja histerizado por uma obsessão esquerdista (a divertida obsessão do «anti-revisionismo») não anula a qualidade do que nele se proponha. É importante que se reconheça que muita da teorização que serviu de ponto de partida a práticas esquerdistas constitui decisiva contribuição para o desenvolvimento do marxismo e de um pensamento revolucionário. Questões como as que se referem à situação da mulher e à ideologia feminista, ao problema da escola como aparelho ideológico, à homossexualidade e formas da sua manifestação, à miséria da vida sexual, às condições de existência nas prisões, nos asilos, nos hospitais psiquiátricos e nos colégios

internos, à definição da loucura e à prática antipsiquiátrica — são questões fundamentais que um pensamento revolucionário deve *ocupar*, e não recalcar em nome de uma urgência política ou de uma aplicação mecânica do critério da luta de classes.

Indiquei obstáculos ao exercício correcto de um trabalho teórico.

Assinalarei — para concluir — um último: o pensamento *efectivamente revolucionário* não se reconhece de um modo imediato *como revolucionário*. Temos de distinguir entre os simulacros da revolução (produzidos por uma hábil manipulação de estereótipos) e a revolução. O pensamento efectivamente revolucionário exige a prática — lenta — de uma leitura revolucionária. Fazer da leitura *uma prática de conhecimento* e não uma mera prática de reconhecimento, fazer do texto *um local de trabalho* e não um simples comício — são condições indispensáveis de uma teoria revolucionária, e, portanto, do próprio movimento da revolução.

No texto anterior, foi do trabalho teórico que nos ocupámos. Para salientar o seguinte: que, neste momento, em Portugal, ele quase não existe; e que se levantam como principais obstáculos à sua prática uma obsessão de contacto com as massas («ir ao encontro do povo») e uma superpolitização histórica dos problemas que corresponde a uma real subpolitização teórica desses mesmos problemas.

Não pode, neste ponto, deixar de ser sintomático o desinteresse súbito que os jornais e as mais diversas publicações responsáveis revelaram em relação a tudo o que não fosse imediatamente político e chapadamente social. Dizê-lo não significa de modo algum que se venha aqui em defesa da literatura e do cinema que os pobres seriam também dignos do nosso interesse. O perigo é mais grave: *porque tudo o que é imediatamente político é sempre politicamente mais pobre e abstracto, porque menos determinado por uma multiplicidade de mediações*. É neste ponto que o excesso de preocupação política é, de facto, uma carência de politização efectiva. Carência compreensível dada a real despolitização a que o país foi submetido pela opressão fascista. Mas carência que não pode ser esquecida ou dissimulada sob o peso de *uma gigantesca máquina de gesticulação política que trabalha na nossa imprensa* e que é apenas a máscara um pouco apavorante de um imenso vazio.

Por outro lado, não deixa de ser inquietante vermos empenhados em generosos projectos de divulgação cultural alguns indivíduos que parecem nunca terem minimamente reflectido sobre o que é a cultura e as suas funções (e que pensam a cultura apenas como a *humanização do homem* —

segundo a tese humanista) nem sobre as *condições semióticas de um discurso de divulgação*.

Dai a utilidade de reflectirmos sobre as questões que necessariamente suscita um trabalho de distribuição do saber. Vejam-se, por exemplo, algumas das questões propostas por Michel de Certeau: «... o aumento do «cultural» pode ser a indexação do movimento que transforma o «povo» em «público»... Na linguagem, «a cultura» torna-se um neutro: «o cultural». Sintoma de uma bolsa onde vêm refluir os problemas que uma sociedade deixa à margem sem saber muito bem como tratá-los. São mantidos ali, isolados das suas relações estruturais com o aparecimento de novos poderes e com as deslocações que se produzem nos conflitos sociais ou nas localizações económicas... Uma linguagem da técnica ou da ciência dotada do poder de transformar, é reservada a uma elite. Permanece estranha ao conjunto da população à qual é apresentada pela divulgação como inacessível. *Uma outra linguagem*, especular, contenta-se com exprimir a *uma sociedade inteira* um espelho destinado a todos e afinal vazio para quem quer que seja: é decorativa. Estes dois regimes da cultura já nem se diferenciam por «valores», por conteúdos, pela sua «qualidade» ou por particularidades de grupo. Distinguem-se pela sua relação com a acção. A linguagem dá em espectáculo a acção que a sociedade não permite. O que o sujeito perde é-lhe retribuído em consumo cultural. (Michel de Certeau, «La culture dans la société», citado por *Philippe Roqueplo, Le partage du savoir (science, culture et vulgarisation)*, Seuil, Paris, 1974, pp. 53-54).

Mas será isto o mais urgente? — perguntam-me amigos e camaradas. Nós sabemos como a nossa experiência é frágil e o fascismo ronda, nós sabemos como a unidade é fundamental e como tudo se decide em torno da consolidação da democracia. E sabemos ainda como se torna necessário combater quotidianamente uma direita dispersa por uma miudinha imprensa da província que faz da estupidez descarada uma das suas maiores armas: porque de tão estúpida que ela é nós podemos julgar *que ela não age*. E sabemos também como o esquerdismo irresponsável e analfabeto pulula por uma imprensa que faz dessa cretina proliferação um emblema de ilusória liberdade. Mas não podemos — *de modo algum* — abdicar *um instante que seja* de componentes essenciais do nosso projecto em que se traça «a perspectiva luminosa do socialismo e do comunismo».

Não podemos abdicar do trabalho teórico — sem o qual a revolução não trabalha a teoria e a teoria não pode iluminar o movimento da revolução.

Não podemos abdicar da prática estética.

E quando dizemos prática estética não queremos que ela se confunda com os envelopes «culturais» com que se embrulha a prática política.

É doutra coisa que estamos a falar.

Assim seja qual for a trajectória (e os seus momentos de incomparável beleza moral) que qualquer de nós tenha seguido para chegar ao campo da revolução, seria um erro que qualquer de nós se sentisse *de uma só vez* como um revolucionário inteiro. A luta de classes, e a sua frente tripla, existe também *no interior de nós* e atravessa os terrenos movediços da nossa consciência. A justeza política ou económica não garantem a justeza estética ou ética. O desenvolvimento desigual também ritma o pulsar da nossa história. Só o trabalho teórico permite a rectificação constante do saber em função dos próprios ensinamentos da prática: a fusão da teoria com o movimento operário. Só a prática estética poderá desbloquear o inteiriçamento ideológico que se apossa do sujeito dominado pelo imaginário da sua prática militante. *Só uma prática estética poderá evitar que se restabeleça sob um investimento de classe progressista um dispositivo libidinal reaccionário* (fechado, repressivo, puritano, defensivo).

Uma mudança da concepção da política exige a consciência da linguagem como prática (e não instrumento) e *uma nova prática da linguagem*. Esta prática da linguagem — que a vanguarda estética representa e conduz — e uma dissolução efectiva das estruturas monoteístas e monológicas.

Como escreve Julia Kristeva, num texto fundamental («Sujet dans le langage et pratique politique», *Tel Quel*, n.º 58), «o problema consiste em fazer falar o recalcado do monologismo: essa semiótica pulsional, heterogénea ao sentido e ao Uno, e que os põe em movimento. O *transfert* sem dúvida, mas de modo menos familiar e menos privado, uma prática dita artística esclarecida pela descoberta freudiana, são precisamente o que faz falar o recalcado do monologismo (do contrato social) e o gasta investindo-o numa nova forma de língua, numa nova socialidade. Assim estas duas práticas são a mais sólida barreira contra o fascismo. Se há uma função ética da literatura, é precisamente esta: fazer passar na linguagem o que o monologismo recusa». Daí a conclusão decisiva: «O *sujeito de uma nova prática política só pode ser o sujeito de uma nova prática discursiva*: a estrutura social e linguística aceite para ser primeiro pulverizada e depois pluralizada para acabar nesse ritmo semiótico em que o sujeito se perde numa fruição sem comunidade e sem medida, para a qual ele reclama o seu direito». E daí também a pertinência desta observação marginal:

«É de notar que o recalçamento do sujeito e do seu direito a fruição numa prática significativa se manifeste também por uma negligência ou uma censura em relação à 'cultura' e à 'arte'».

A importância destas afirmações é imensa — e só a mansa ignorância ou o esquerdismo histórico as podem ignorar.

Não se trata de converter a arte num «livro de imagens» que sirva de intermediário num trabalho pedagógico. Não há uma arte que convenha e outra que «convenha menos» ao povo português nesta hora que vivemos. Toda a arte, *precisamente porque a arte (prática antimonológica, ofensiva antifascista)*, convém ao povo português e à nossa conjuntura política. Porque só os pachorrentos burocratas dos pastos da cultura pensam que a arte deve «falar às pessoas dos problemas que as preocupam», «explicar por bonecos a mais-valia» ou «chamar nomes feios aos capitalistas». A prática estética não tem absolutamente *nada* a ver com isso: ela é máquina de produção de intensidades, travessia anónima de inconsciente a inconsciente, pulverização antiteológica de um sujeito entregue à infinitude do desejo, prática viva e sensível da revolução. Que a mais-valia se explique por desenhos — encantado. Que se conte uma história para ilustrar a reforma agrária — ótimo. Mas que se diga alto e bom som que isso de arte *não tem nada* e que a arte de que politicamente precisamos é coisa bem diversa.

E chegamos ao fim.

Sem trabalho teórico e sem prática estética, a luta ideológica não tem onde se apoiar. Converte-se em mera palhaçada, grotesco combate de galinhas depenadas.

Partimos assim — e frontalmente — para a necessidade de desenvolvermos uma Nova Cultura, uma cultura que se liberte dos modelos estritamente éticos da resistência antifascista. E avançamos para essa cultura em nome de uma prática revolucionária. Liquidar e teorizar, como propõe Brecht.

Com um aviso: se é em nome da revolução que afirmamos a liberdade e intransitividade da nossa escrita, temos que encontrar para a palavra «revolução» a força material que a referencia e transporta; e essa força é o movimento operário e a organização que a concretiza (falo do Partido Comunista Português).

Sejam quais forem os problemas que se levantem (e que se levantam), a nossa prática cultural, se se pretende revolucionária, tem que ser coincidente, convergente, paralela ou homóloga com a prática de luta do movimento operário e da vanguarda que a dirige.

Para não correremos o risco de falarmos em nome da revolução contra a revolução.

A nova cultura, a cultura revolucionária, terá que irromper por uma porta estreita: nem práticas culturais paquidérmicas, nem anticomunismo disfarçado nas dobras da modernidade.

Faure da Rosa

O FILHO PRÓDIGO

Obstinadamente empurrado daqui e dalém, Bernardo só tinha olhos para a multidão, corria-a, de ponta a ponta, até onde a vista podia alcançar, ora avançando, ora recuando, dum grupo para outro grupo, na ânsia, e numa aflicção, de encontrar o filho. O coração batia mais forte quando alguém, de costas, lhe fizesse lembrar o Nuno. Luci ficara em casa prevendo a hipótese de que o rapaz, se houvesse regressado, passasse por lá primeiro. Bernardo fixava a mole de gente que subia no cortejo; logo se voltava para trás, para os lados, sabia que, se Nuno estivesse entre a multidão, um segundo bastaria para o perder. Entre o coro de duas palavras de ordem ouviu alguém a chamá-lo — «Bernardo! Bernardo! Oh! Caramba! Ó amigo! Caramba!!» — Jogaram-se um ao outro, Gustavo quase o esmagou, quase o esmagou Bernardo. «Mas isto é verdade, pá? Isto é verdade?!» Apertavam-se. Olhavam-se. Riam. Como loucos, como parvos, e ao olharem-se não sabiam que dizer ou sabiam que as palavras ofenderiam a força e a pureza sem medida da alegria de que eram feitos, já não de carne, já não de sangue, só alegria. Acompanharam depois o coro «*nem mais um só soldado para as colónias*» — «Estou ali com a malta, queres vir?» Então Bernardo verificou que, durante aqueles breves minutos, se esquecera do filho, ensombrou-se — «Ando à procura do Nuno». Gustavo fez um gesto, embrenhou-se na multidão, desapareceu. As palavras de ordem continuavam, o cortejo seguia a passo de marcha, os megafones atordoavam os ouvidos. Nos rostos, não se sabia se maior era o espanto, se maior o regozijo. A alegria colectiva tem qualquer coisa de sobre-humano ou de sobrenatural. Mais triste que tudo é não poder parti-

cipar dessa alegria. Todos tinham voltado: de França, da Bélgica, da Itália, do cabo do mundo. Nuno estaria sabe-deus-onde e não viera. Retido na fronteira? Vivo? Quem sabe se morto, sem olhos e sem alma para viver este dia. A partir de 26 que Bernardo e Luci esperavam em vão, e a todo o momento, o regresso do Nuno. Agora havia aquilo, aquela amálgama de centenas de milhar de alegrias, um fogo de sentimentos que parecia elevar-se nos ares, tomar conta da cidade, sem a presença do Nuno — e Bernardo enegrecendo, enegrecendo e enegrecendo, sentiu talvez o que um pai pode sentir se um filho lhe morre e há milhões de filhos que continuam a viver para os pais. Sem deixar de pensar no filho, e sem saber como, surpreende-se a acompanhar o coro «Avante, camarada, Avante». Está junto duma cabine telefónica, talvez melhor telefonar para Luci, quem sabe se o Nuno chegou a casa. Mas Luci prevenira-o que o não fizesse, «à primeira campainhada penso que será o Nuno e, com a decepção, tenho uma síncope». Nas janelas, beirando os passeios ou na mole compacta do cortejo, as pessoas gritam vivas e morras, bandeiras vermelhas gritam também, como gritam os cravos às centenas, como gritam dos carros que passam, lá adiante. E dum dos carros, emergindo da janela, o corpo moço duma moça, os braços ao alto e em V, os peitos entumescidos — é a estátua da beleza, da vitória e da alegria. «É o Nuno? O Nuno, meu-deus, o Nuno?!» Bernardo sente que vai chorar e chora. *O povo unido jamais será vencido.* «O Nuno, meu-deus, o Nuno?!» De súbito, aquele moço esgrouviado, o perfil que se lhe desenha numa fracção de segundo, — «É o Nuno! É o Nuno, santo-deus!» Mas não é. Bernardo mal teve tempo de se afirmar e de o confirmar, o vulto engolfou-se entre a multidão. Já não sabe se, na verdade, era o Nuno ou não era. Nem a dor dum fascista, neste momento, igualará a dor de Bernardo que não encontra o filho no dia maior da sua vida. Não tem forças para prosseguir nem para retroceder. Percebe que irá chorar outra vez e posto as lágrimas lhe caíam, as vozes ressoam tão vibrantes e convictas que há outro minuto em que se esquece do filho. Ou lembra-se dele como de alguém que, propositadamente, o quer ferir, magoar com a sua ausência. O mesmo sentimento de meses atrás quando, às cinco horas da madrugada dum certo dia do mês de Outubro, Luci o alertara:

— «O Nuno! Não apareceu ainda! Vou aos hospitais.» Bernardo compreendia que um moço de 16 anos tinha direito a dormir uma noite fora de casa e não se assustou logo. Mas Luci vestia-se disposta a sair — forma como o obrigava a ele, Bernardo, a vestir-se e ir correr os hospitais.

Em S. José, nada. No de Santa Maria veio o primeiro susto: havia um Nuno. A fracção de segundo que decorreu desde a leitura de «Nuno» até à do apelido que garantia que não era o seu, fez-lhe toldar a vista e bater o coração. Já fora, entre o edifício e os gradeamentos, as árvores cerravam mais o escuro. Para lá do gradeamento, as luzes esvaíam-se na névoa. E Bernardo reviveu o medo das superstições da sua infância. Tudo isto seria o prenúncio da morte do Nuno? Ir perguntar por ele à PIDE, seria denunciá-lo. Assossejou-o a ideia de que Nuno estaria a gozar uma noite de amor ou a curtir uma bebedeira. Correu os *bars*. No «Diabo Azul» enquanto ao mesmo tempo que procurava nos rostos o do Nuno, ia mirando e excitando-se com as pernas nuas e os seios pendulando. «Vai-te embora, velho libidinoso, vai-te embora. São as moças que os Nunos hão-de apalpar e amar com a sua juventude e a sua liberdade sexual.» Há uma rapariga, na mesa que lhe fica perto, que o não desfita e até lhe sorri. «Talvez eu lhe lembre o avô.» Sai. E regressa. «Há moças que têm um fraco pelos homens de idade.» Mas a rapariga já não dá por ele. Quem sabe se está bêbeda. Quando não obtém melhores resultados no «Tan-Tan» (outra *boite* que o Nuno costumava frequentar), ao sair, começa a assustar-se. Junto dum carro, vacilando, uma moça ri-se para ele: — «Hello, Tom. Ou estou bêbeda ou envelheceste de ontem para hoje. Paga-me uma bebida ou empresta-me quinhentos paus.» Bernardo não sabe defender-se das mulheres: pensa imediatamente que pode ir com a moça para um quarto. Ou que iria se não fosse a visão do Nuno, morto ou à morte no catre dum hospital. — «Tu não és o Tom, claro. Mas emprestas-me quinhentos paus.» Sente o sexo a excitar-se. Mas há a Luci, há o Nuno que o impedem de se esquecer por momentos que está longe da sua mocidade. Porque desaparecera o Nuno? E o impede agora de fazer amor, de viver o milagre de se sentir rejuvenescido possuindo uma rapariga de vinte e poucos anos, a troco de quinhentos paus?

Outra vez o grupo entoa o «Avante, camarada, avante». Bernardo não os acompanha. Sente-se ainda o velho libidinoso que perdeu uma noite de amor e a juventude. (Teria bastado, talvez, que ela insistisse, diria a si próprio que o Nuno estava vivo e que em matéria de sexo, as fraquezas, até nos velhos, se não são perdoáveis, são compreensíveis). A multidão compactiza-se cada vez mais. Há entre os jovens, velhos e velhas, há quem tenha trazido os filhos ao colo. E aquelas expressões onde não se sabe se é maior o júbilo, se maior o espanto.

Feita a ronda dos hospitais, convenceram-se então de que o Nuno fora preso. Luci chora. No choro de Luci há qualquer coisa difícil de discernir e que só Bernardo vislumbra: não apenas o choro da mãe que receia todos os perigos, todas as torturas da prisão para onde arrastaram o filho. Luci tem pelo filho serôdio um amor que transcende o da mãe, que sobrelêva o da amante. O quer que é, é subjectivamente incestuoso: amarrou-a ao Nuno com um amor pouco menos que carnal — e o Nuno ou nunca o percebeu ou o esqueceu. E agora, traiu-a, trocou-a por uma causa que ela começa nada menos que a odiar. Naquele choro há amor, ciúme, ódio. E Bernardo sente que este choro os pode dividir.

Do alto da Avenida, o rio de gente move-se, as vozes enchem-no de ponta a ponta; aqui, entoam «Grândola, vila morena» e o canto, como o ruído que o arrastar da corrente levasse para o mar, move-se e estende-se até ao limite, onde a multidão se concentrou, parada. A alegria não cansa, une sempre mais as pessoas. A tortura de Bernardo delas o afasta. Afasta? Pouco a pouco, presente que a eles está infalivelmente ligado; que este momento o ansiara anos fora, e que consubstanciava o desfecho feliz de toda a sua existência recalçada, amordaçada e desfeita. Que o choro de Luci dizia que ela, que fora sempre grande e forte como o sabem ser as mulheres, o seria até ao limite: nunca daria a vida do filho por causa alguma deste mundo. «Também eu não. Mas daria a minha. E se, dando-a, não dou o bastante, dou o mais que está em minhas forças dar.» Já não podia acompanhar o canto, esvaídas as energias, entoava-o dentro de si sem que o olhar deixasse de procurar o filho com uma avidez de desespero e de raiva que crescia de segundo a segundo. De novo a multidão, o coro, a alegria colectiva o eleva acima de todas as coisas. Pensa que deve estar a sorrir ou talvez mesmo a rir. Invade-o um sentimento de falta cometida: estava a viver aquela alegria sem a partilhar com o filho. E logo um desejo enorme de chegar a casa, acolher-se a Luci para soluçarem ambos.

As vozes, no estádio, ganhavam uma amplitude e o estentor nunca sonhado, dir-se-ia encherem a cidade inteira, o mundo, a vida. Bernardo ouvia agora estas vozes como se ouvisse um coro de hosanas. E imobilizou-se. Tinha a certeza de que o filho não viera: acabava de descortinar o Zagalo, o companheiro inseparável do Nuno. Naquela madrugada de Outubro, quando voltara a casa, após a ronda aos hospitais e aos bares, pouco depois, chegara o Zagalo com a notícia: um grupo de moços, e com eles o Nuno, haviam-se escapado para França. Alguém fora preso que os

poderia denunciar como implicados no deflagrar da bomba no Ministério e no assalto a um Banco:

No Estádio fizera-se o silêncio. Nesse momento, uma só voz discursava. Bernardo tomava consciência de uma ou outra palavra, frases soltas — quarenta e oito anos de jugo fascista, a acção do povo ao longo de meio século; ao longo de meio século, o sacrifício e o heroísmo dos resistentes. As forças armadas e a revolução sem sangue. As frases que resumiam aquele coro de alegrias, e a certeza de que Nuno não regressara, isolavam-nos: Bernardo — Luci — Nuno, o triângulo que o fascismo desfizera obrigando-os a viver separadamente o dia mais ardente das suas vidas. Sentiu que se lhe iam esvaindo todas as forças.

Encostado à parede esperou. As vozes continuavam a chegar sem sentido. Ou sem outro sentido que um significado de glória e triunfo em que Nuno estava ausente. As vozes repetiam-se e, de cada vez, era como se lhe martelassem e martelassem o cérebro: o Nuno não regressara.

Era tarde quando começou a refazer o caminho para casa, pensivamente, num grande, difícil esforço. Havia ainda caravanas de carros buzinando, acenando os cravos. Aqui e além, sentinelas com o cravo no cano das espingardas. De espaço a espaço, grupos entoando o «Avante, camarada, avante». O que lhe restava de forças pouco mais era que nada. Chegou ao carro e mal se sentou, encostou-se, cerrou os olhos e adormeceu.

Quando abriu a porta de casa e entrou, Luci correu-lhe logo ao encontro: trazia nos olhos vermelhos de chorar, um brilho. Num grande anseio Bernardo lançou-lhe as mãos aos ombros, todo avançou sobre Luci cheio da sua interrogação. Mas do fundo do corredor, já Nuno se adiantou para ele, parou:

«— Olá, pai. Foi bestial, an?» No franzir leve das pálpebras concentrava-se-lhe uma espécie de ternura. Mas não se mexeu. Bernardo tremia todo. No esforço de o evitar, mais se entijou como uma estátua. E corou. Luci parecia querer dizer qualquer coisa. Nuno repetiu:

— Foi bestial, não foi, pai?

O velho continuava a tremer e a fitar o filho. Cheio de lentidão, para que se mantivesse firme, Bernardo deu uns passos para Nuno que foi o primeiro a abrir os braços. Ao apertarem-se, o soluçar do velho não se ouvia. Luci viu-lhe o pescoço muito vermelho, meio coberto pelos cabelos alvos. Então, o pai, afastando-se, recuando, passou a mão pela testa do

filho e, trémulo ainda, deu-lhe um enorme olhar enevoado pelas lágrimas e pela alegria. E só depois disse, não sabia se exactamente a referir-se ao acontecimento político, se ao regresso do filho:

— Foi formidável, rapaz!... Foi formidável!

Março/1975

Fernando Luso Soares

COMO ESCREVER REVOLUÇÃO

Andam vários *quase-deuses* preocupados, não lhes vá o avanço da Revolução tolher o passo à luminiscência do espírito. Eis aqui, precisamente por isso, três ou quatro verdades muito directas sobre a *falsa consciência dos intelectuais*, postas cá fora sem os disfarces ou as cumplicidades do eufemismo suavizante.

Há uns que se propõem a soluções radicais: — «... declaro desde já — afirmou, por exemplo, este — que tenciono limpar o rabo aos resíduos de «realismo socialista» dos anos 30 e 40 que, dizendo-se «literatura revolucionária», surjam impressos em papel que oxalá não seja selado» (in *República*, de 9 de Abril). Outros, andam aflitos, e assim o dizem a quem aflito anda, como resulta de uma «carta vagante» que veio a lume em *A Capital*, de 6 de Março: — «Por mim, apenas lhe quero afirmar que estou também aflito com o que se passa, que o povo português não merecia os sobressaltos e perplexidades a que tem sido sujeito...».

Julgo bem que o povo sente, como nunca sentiu, que hoje tem uma palavra a dizer — e vem-na dizendo no dia a dia revolucionário da sua luta. Alguns intelectuais, porém, sentenciam destes recados lamentáveis. O povo *não merecia* os sobressaltos e perplexidades?!... Isto mesmo, enfim, assim perorado como se a perplexidade e o sobressalto não fossem obviamente resultantes do tolhimento cívico em que, ele povo, se encontrava antes do *25 de Abril!*...

Evidentemente, há coordenadas da História e avultam os parâmetros da dialéctica social em busca de determinação concreta para cada momento e lugar. Todos sabemos bem disso. Mas existem também vícios teimosos,

vícios que perduram e que justificam a insistência nos mesmos remédios. Como para Lénine na primeira década deste século, agora a questão continua a mostrar-se muito clara: — «A Literatura deve ser *uma parte* da causa proletária...». Isto apesar de existirem «os intelectuais históricos que armam alvoroço» e que pretendem que esta tese «degrada, entorpece e burocratiza a livre luta ideológica, a liberdade crítica, a liberdade de criação literária...». E Lénine rematava, neste texto de 1905, que «semelhantes vociferadores não constituem mais do que a expressão do individualismo intelectual burguês».

A situação é esta: temos de pegar hoje com denodo, e com o mais implacável espírito de crítica, as questões do *antagonismo entre os intelectuais e o proletariado*. Só assim se tornará alcançável a cura. Porque a tática mais insensata (burguesa) é desde logo a de se fugir à discussão do facto. E o mais acertado, se bem entendo, está no dissecar das causas de diferença. Não há outro caminho para o intelectual português poder participar, cada vez mais e cada vez melhor, na luta dos trabalhadores.

Mas impõe-se, desde logo, uma ressalva. A contradição que existe entre o *capitalista* e o *trabalhador* é irreduzivelmente antagónica enquanto, ao contrário, aquela que se verifica entre o *operário* e o *intelectual* representa um antagonismo resolúvel. O que se requer é que o intelectual desça do pedestal burguês da sua jactância e se integre. E sem dizer, como já ouvi a um deles: — «Sei bem que os trabalhadores é que lutam; mas *nós* é que sabemos explicar por que motivo eles o fazem.»

Um certo número de linhas elementares, muito características, levam-nos de imediato a distinguir o intelectual do operário. Mas outras há que, opostamente, nos permitem identificar uma aproximação entre estas duas espécies de trabalhadores. Face a tal duplo aspecto, evidente é que o esquema das diferenças e semelhanças nos deverá impor um balanço. A solução dos contrastes, eis aquilo que, no plano da eficácia prática, mais interessa ao movimento social das forças progressistas desencadeado no *25 de Abril*.

Em tão simples enunciado (o teor fugaz do presente texto), mostra-se espinhoso até só o alinhar de um critério. Talvez déssemos a primazia às diferenças palpáveis entre operários e intelectuais. Ou aos factores da sua coesão. Ou, num jogo dialéctico, ao balanço do que converge e diverge. Mas na emergência deste apontamento rápido, destinado a despertar os que ainda não se preocuparam a sério com o problema, não hesitarei em

atirar o rigor esquemático para trás das costas. Oriento-me então, e já, pelo norte de um conhecido poema.

Quem é o teu inimigo, o teu adversário, o lobo que te devora? — perguntou Brecht a todos os que se irmanam na mesma margem. A todos, enfim, que comungam na necessidade de uma luta libertadora. E respondia-nos o dramaturgo-poeta, com esta premente simplicidade: — «Tu chamas inimigo àquele que tem fome e te rouba o último pedaço de pão; mas não saltas ao pescoço dos ladrões que jamais tiveram fome.»

Se o exemplo (a tese do poema) colhe aquilo que dele pretendo, diria que a classe dos intelectuais tem de aparelhar a consciência para, na coesão da luta progressista, poder superar certas condições da sua vida e do seu trabalho. Porque tais condições — já que não são, as mais das vezes, proletárias — geram-lhe e cimentam-lhe a convicção de *um pretense antagonismo* nos modos peculiares (relativos) de o operário e o intelectual sentirem as coisas e pensarem as teorias. Mas a única realidade, essa revela-se na singeleza poderosamente significativa do poema de Brecht. O princípio irrecusável é um só: *não existe antagonismo económico entre todos aqueles que vivem do seu trabalho.*

O proletário não é um capitalista, isso mesmo diria algum La Palice do nosso tempo. Mas não o é, igualmente, o intelectual. E aqui se vê uma semelhança preciosa, indesmentível. Porém — eis, no entanto, a diferença profunda — enquanto o proletário vende sempre *a força do seu trabalho* (a única coisa de que dispõe) e nunca possui, como seu, *o produto desse mesmo seu trabalho*, já o intelectual, esse, *dispõe sempre da obra que produz, porque vinculadamente a possui.* Com esse binómio de proposições («venda da força de trabalho» — «venda do produto do trabalho») é que precisamente se marca a distância que por vezes torna difícil a comunhão de ambos estes tipos de trabalhadores num mesmo caminho.

Os intelectuais progressistas têm (hoje) de sabêr saltar as barreiras desta distância. Só assim serão verdadeiros aliados dos trabalhadores na revolução de Abril, que nos aponta o socialismo. Mas é bom que se abra um pequeno parêntesis antes de irmos adiante neste jogo de aproximações e distâncias, e antes que nos venha alguém perguntar, maliciosamente, se na temática do processo nada mais cumpre ao intelectual do que ir, de venda colocada nos seus olhos críticos, em sequela cega do proletariado. Porque sempre se lhe deverá então responder que a classe operária necessita dos intelectuais, dos teóricos e dos escritores, mas *enquanto tais.*

Talvez isso tranquilize alguns mais enovelados no ensimesmamento, na subjectividade e no espontaneísmo do seu génio pessoalíssimo.

A militância do escritor, por exemplo, implica *escrever*. Por outras palavras: tal militância implica o analisar das questões por meio de argumentos teóricos, por veículos estéticos... Exige demonstrar e sustentar o vanguardismo revolucionário da classe operária. A confirmação e a defesa do seu combate. E é preciso que fique bem claro que entre isto e um pretensão «zdanovismo», que para aí tantos receios parece germinar em escritores *irremediavelmente burgueses*, vai a distância exacta que medeia entre a responsabilidade de uma missão muito concreta do escritor progressista e a irresponsabilidade dos que se comprazem e deleitam no hiperfísico do devaneio, no deleite estericista e no desgarramento da História. No *post-25 de Abril* o proletariado português não tem, nem terá, como contraditor irredutível todo aquele trabalhador intelectual que ponha o interesse social acima do seu próprio.

Sem pretensões de ter estátuas a título individual nas ruas da cidade, toda a força do proletário, toda a sua capacidade de progresso ele a extrai de uma indeclinável actuação em comum com os companheiros. O proletário *organiza-se* porque sabe não ser nada, como elemento de um processo, enquanto permanece indivíduo isolado. Diversamente, porém, o intelectual usa retirar a sua força dos conhecimentos que tem, da argumentação teórica em que está exercitado, da arte que realiza. O intelectual, diferentemente do proletário (que luta como partícula de uma massa total), inclui-se a si próprio no sector selecto dos espíritos selectos. O isolamento constitui, nele, um vício que lhe sinfoniza nos ouvidos o canto mavioso, mas traiçoeiro, da sereia.

Foi Aragon quem, num texto de há alguns anos, identificou um nexó explicativo daquele isolamento. O facto de a burguesia intelectual e escritora ter forjado «uma literatura do indivíduo», em que se enredou labirinticamente, constituiu e continua a constituir um reflexo necessário da «propriedade individual». E agora já nos parecerá fácil o surpreendermos onde reside a falsa consciência do intelectual. E a que fenómenos ela se prende. E sintetizar, como vício geral, os vícios a que os intelectuais do Abril da nossa Revolução devem escapar por sua própria luta.

Repetirei ainda aquela verdade de há pouco: que o operário da fábrica capitalista não é proprietário daquilo que nasce das suas mãos; e que, relativamente ao produto, ele ficará sempre distanciado, enquanto não forem socializados os meios de produção.

Ao contrário, porém, o que se dá com o intelectual é de todo diferente. Vendendo materialmente a «edição» (a exploração comercial) da sua obra, ele não se desvincula dessa mesma obra por si realizada. Não deixa de possuí-la. E, deste modo, tende o intelectual a participar da ideologia que criou, que propagou e que difundiu. Não se distancia do produto do seu labor porque está mesmo dentro dele. E dificilmente, como é óbvio, poderá sentir a angústia do desapossamento — que essa, sim, só o operário sente.

Bom é, então, que nos fique (na consciência de escritores) esta teoria própria de intelectuais progressistas, de todos aqueles que querem constituir um dos apoios da *Revolução de Abril*: que só nos será possível darmos esse apoio quando nos libertarmos da má consciência da distância.

Lisboa, 13-4-1975

Franco de Sousa

O Falé era um camponês gigantesco que, desesperado pela fome, entrou pelo banditismo. Era culpado por vinte e tal roubos, de que se gabava. Pela noite atirava *bolegadas*. Não esqueci este termo. Arremessava pedradas procurando atingir os condutores de automóveis.

— E se provocasses um desastre?

Mas o Falé dizia-me que era isso que desejava. Gente de automóvel era rica e ele era pobre por culpa dela.

O que causara a sua prisão pela PIDE fora a tentativa de fazer descarrilar um comboio para roubar os mortos e os feridos. Colocara na linha uma charrua. Apanhado pela Guarda Nacional Republicana dissera que o tinha feito por ordem do Partido Comunista Português. E acusara o Pica e outros camponeses da sua terra de terem roubado trigo.

Prenderam o Pica e prenderam outros. O Pica, em desafio, disse que sim, que roubara trigo, porque não lhe davam trabalho e tinha de alimentar os quatro filhos. E disse ainda que a própria Guarda Republicana, naquele período de fome, pedia aos camponeses que só roubassem aquilo de que precisassem.

A PIDE demorou os interrogatórios dos outros camponeses, que acabou por ter de pôr em liberdade, sem conseguir tirar vantagem daquele descarrilamento que não fora planeado pelo Partido nem chegara a dar-se. Mas guardaram o Pica, preso pela quarta vez. Mandaram-no a julgamento, pois lhe encontraram em casa dois exemplares do *Avante!*. Apanhou vinte e dois meses de prisão correcional e medidas de segurança, dada a sua contumácia, provada pelas três prisões anteriores. Quanto ao Falé, mandaram-no para ser julgado em Serpa por crime de delito comum.

Ao entrar na sala, fui encontrar muita hostilidade contra o Falé. Os camponeses são duros para com os seus traidores. A luta é mesmo luta. Têm amigos e inimigos e nada mais. O Falé tinha a sua cama afastada das outras, não participava nos lanches que as famílias nos traziam e raramente tinha visitas. Tudo isto ele suportava orgulhosamente, mesmo os olhos dos camponeses da sua terra que pareciam não o ver. Uma coisa o revoltava. Era quando recebia carta da mulher e não a podia ler. Era analfabeto e ninguém se oferecia para a leitura. Era ainda por orgulho que não manifestava a sua revolta.

Uma tarde, o guarda ao entregar a correspondência chamou por ele:

— José Machado! Quem é?

— Eu! — gritou.

— Tu? Julgava que fosses o Falé, o Charrua.

— Esse era o cabrão do teu pai!

O guarda teve um sorriso mau, recuou um passo para desembainhar o cassetete e avançou.

Mas o Falé não era homem que se temesse, pulou, deitou mão à vassoura. E assim ficaram os dois a medir-se, de armas levantadas.

Decidi intervir e falar com o guarda, que nem era dos piores.

— Deixe isso, senhor Marcelino. Faça de conta que não ouviu.

O Marcelino, em quem eu sabia não abundar a coragem, recuou.

— Está bem, não participo. Mas se quisesse esse tipo passava a vida no segredo.

E foi-me dizendo que o fazia por respeito por mim e pelos presos políticos, pessoas educadas, de que nunca recebera desconsiderações. E por isso aceitara vir para Caxias, onde tratava com boa gente que só era pena terem as ideias que tinham.

Enfim, lá fechou a porta.

O Falé ainda ficou uns segundos de pau de vassoura levantado. Depois, encostou-a à parede e foi sentar-se na cama, com a carta toda amarrotada.

Não me agradeceu.

Fiquei a observá-lo. Vi-o endireitar a carta com a mão, em cima do joelho, e abri-la. Fingiu então ler, e fez o seu papel linha por linha, página por página, voltou a dobrá-la, meteu-a no envelope, a que igualmente procurou desfazer as rugas com a palma da mão. Ficou sentado uns momentos e de repente, num sacão, deitou-se na cama de barriga para baixo.

Aproximei-me e bati-lhe no ombro.

— Amigo, queres que te leia a carta?

Voltou-se para mim com uns olhos de grande surpresa e lágrimas que transbordavam e corriam para a boca. Mas mesmo assim, aquele seu enorme orgulho ainda falou:

— Já li.

— Vá, deixa ver a carta. Eu leio e até te escrevo o que queiras responder.

Fitou-me com uns olhos que eram castanhos, duros, e onde distingi uma estranha expressão de gratidão misturada com desconfiança.

— Queres ou não?

Decidiu-se:

— Toma.

E li uma pobre carta, que falava da gente da terra, de miséria e das dificuldades em que ela, a mulher, se via com os filhos.

Passsei dali em diante, embora com o descontentamento dos meus outros companheiros de sala, a ler e a escrever-lhe as cartas, que quase sempre não entendia. Presentia haver ali uma linguagem de código. E era verdade. A astúcia dos camponeses era muito grande e tudo conseguiam dizer nas suas cartas, iludindo a censura da cadeia. Eram nuvens que se tinham visto por cima da casa do tio Francisco, era a tia qualquer coisa que fora à bruxa, eram contas esquisitas de carneiros... Tudo aquilo queria dizer outras coisas, que a Guarda Republicana prendera o tio Francisco, que alguém lhes dissera isto e aquilo... Tudo conseguiam dizer.

Mas o que nunca esquecerei foi a gratidão do Falé. Era feroz e brutal como ele. Não consentia que eu fizesse o meu trabalho de faxina quando me chegava a vez. Levantava-se e tirava-me a vassoura das mãos. E se eu resistisse, não hesitava, dava duas voltas com o cabo e tinha de a largar ou ficaria com o pulso torcido.

— Sou eu que estou de faxina!

— Não.

— Não vês que os amigos não acham bẽm?

— Amigos? Eles? Amigo és tu!

Pouco fiquei a saber dele. Falava-lhe e ele fechava-se. Dava-lhe por vezes — ainda com o descontentamento dos camponeses — fruta que me traziam de casa. Aceitava. Mas quando uma vez teve visita e lhe trouxeram um lanche, exigiu que o partilhasse com ele. Assim conheci uns bolos que se fazem pelo Alentejo, que têm a forma de cones muito achatados e a que chamam costas.

Era um homem bem estranho, o Falé.

Uma manhã vieram buscá-lo. Enquanto arrumava as suas coisas na mala, puxou-me pelo braço.

— Toma este envelope. Tem a minha morada. Não sei quanto tempo vou apanhar, mas se um dia precisares de mim, escreve ou vai ter comigo. Estou pronto para tudo. Percebes? Para tudo...

E vi-lhe nos olhos, enquanto me abraçava, que seria realmente para tudo, fosse o que fosse, mesmo morte de homem.

Lá foi e não o vi mais.

Com a sua saída a sala tornou-se mais tranquila. Os camaradas camponeses não me criticaram muito. Chegaram até a desculpar-se dizendo-me que não podiam ter outra atitude para o Falé. E voltámos às aulas, as nossas conversas sobre a luta partidária. Contaram-me muitas coisas dos grandes agrários alentejanos e de como tinham passado pelos interrogatórios da PIDE. E houve um caso que mais me impressionou, o do Cavaco, um camponês.

O Cavaco aguentou mais de dez dias de tortura do sono. Tiraram-lhe a cadeia e ele andava de cá para lá e o sono era tanto que já dormia de pé, quando ia de costas para o agente, sentado à mesa. Acordava ao esbarrar na parede e voltava na direcção do pida, de olhos abertos. Como viram que dormia, alternavam a tortura do sono com espancamentos. Veio outro agente que se encostou à parede, e quando o Cavaco se encaminhava para ele de olhos fechados, já não esbarrava na parede. Era acordado com murros, ora num olho, ora na boca, ou com uma canelada. Mas como era baixo e entroncado os murros não o atiravam abaixo. E aquilo fazia a admiração dos pides, que já apostavam:

— Aposto como sou eu quem o atira ao chão!

E um pôs-se na frente e outro atrás. E o primeiro arremessava o punho e esmurrava. O Cavaco oscilava mas não caía. Era então a vez do que estava atrás que o espancava na cabeça. E o Cavaco balançava mas não caía.

— E não cai, o cabrão!

Tinha os pés e as pernas inchadíssimas. As botas magoavam-no. Sentia vontade de urinar.

— Quero mijar!

— Nem penses nisso. Fala que logo mijas!

O Cavaco desabotoou a braguilha e urinou contra a parede. Os pides primeiro ficaram estupefactos, a seguir reagiram em brutalidade, aos murros e pontapés.

Aguentou a saraivada urinando sempre. A urina corria pelo soalho.

— Vais beber isso!

E tentaram derrubá-lo.

Não conseguiram.

— Parece que nós os dois não chegamos.

Um deles foi à porta, abriu-a e fez um sinal para o corredor.

— Já aí vem quem te vai lixar!

Entraram mais dois com uns porretes de borracha. Mas também não conseguiram derrubar o Cavaco.

— Porra! Parece um sempre-em-pé!

Um deles limpava o suor do pescoço com um lenço. Foi quando entrou um inspector bem vestido, bem barbeado, cheirando a loção cara para usar depois da barba. Entrou e gritou com voz de comando:

— Que é isto? Quantas vezes tenho dito que não quero que maltratem os presos. Larguem-no imediatamente!

Com ar submisso, os pides afastaram-se encostando-se às paredes. O inspector aproximou-se do Cavaco.

— Vejam o estado em que puseram este homem! Isto vai ser caso para um inquérito disciplinar — e para o Cavaco: — Diga-me. Quem foi?

Mas o Cavaco, com a cara toda rasgada de golpes, um olho numa pasta de sangue, dizia, deixando escorrer da boca uma saliva ensanguentada:

— Cantas bem, mas não me convences. Digas tu o que disseres nunca será bom para mim.

O inspector voltou-lhe as costas. Da porta, deu as suas ordens:

— Parece que ainda não o amaciaram bem. Continuem.

Em tudo isto, o que mais me impressionou foi aquela recusa em escutar o inimigo. Digas o que disseres nunca será bom para mim! Poderiam falar-lhe verdade que não acreditaria, pela simples razão de vir da boca da polícia.

Aderiu ao Partido aos poucos, porque vivia mal, porque era explorado. Começou por lutar por melhores jornas e pouco a pouco foi adquirindo a consciência de classe que o levou ao Partido.

Quanto o Cavaco me fez compreender! Ele não se vangloriava da sua heroicidade. Contava-a com toda a naturalidade. A sua tortura era a da sua classe, da qual nem uma só vez pensou destacar-se. Eu não, eu tenho

sempre presente o orgulho de me ter portado bem, de ter sido diferente dos outros da minha classe, que de nada abdicam e nada querem sacrificar. Eu orgulho-me por ter seguido o Partido do Povo e sempre estou à espera que me olhem com respeito e gratidão. Eu quis desenhar um quadro onde fosse a figura principal. Desafiei a PIDE, fui também espancado, não falei, mas nunca me esquecia de quem era. O Cavaco não. A sua pessoa não o interessava. Só estava em causa o Partido, não trair, não ceder ao inimigo, que actuava como inimigo. Porque, tive ocasião de o ouvir, se ele e a sua classe estivessem na posição de vencedores também não poupariam. Aceitava o que lhe faziam como fase de uma batalha em que a sorte lhe era adversa. Mas a luta não acabava ali, continuava. E chegaria por fim a vez de pegar em armas. Então abriria fogo e não teria piedade. Ouvia-o e admirava aquela força, aquela convicção de que venceria.

(Trecho de um livro a publicar)

José Saramago

NUNCA TÃO PERTO DE POSSUIR UMA PÁTRIA

Não exageremos os patriotismos nem remontemos demasiado: Viriato, é bom lembrar, não nasceu português, e a Lusitânia era uma simples província romana que abrangia lugares como os de Salamanca, pouco faltando para que lusitana fosse também a escharpa sobre a qual veio a edificar-se a Toledo de hoje. Quanto àquele romano Sertório que as cartilhas escolares insistiam em incluir no rol dos nossos antepassados históricos, mais o determinavam os seus desaguisados com Sila do que adivinhações de pátria portuguesa, apesar da corça branca que consigo andava e que supostamente lhe iria revelando a vontade dos deuses. Teimosia é, pois, ou abuso de imaginação, o sestro de nos reclamarmos lusitanos, quando português veio a ser outra vida, muito mais caldeada, com sangue deles e de calaicos, de suevos e celtas, de mouros e berberes, e outro sangue, mais antigo e indecifrável, quando os povos ainda não tinham nome e as coisas o procuravam.

Portugueses, enfim, começámos a ser no século XII, de um modo decerto confuso e hesitante, com o nome já, mas sem a consciência de ser o que o nome por antecipação ia dizendo. Porém, enquanto nas linhagens dos reis, e mais senhores de fidalguia, continuavam a desaguar sangues doutros estrangeiros lugares, mas todos azulíssimos sangues, o Povo Português ia compondo o seu próprio, umas vezes por adição, outras por violenta recusa, até chegar a ser aquela entidade plástica que imaginamos movendo-se no interior do rectângulo continental, alimentando-se da terra e dentro dela se sumindo, no dar e trazer das gerações.

Ao caso pouco interessava que o conde D. Henrique fosse borgonhês, e que daí para diante, entre rainhas espanholas ou francesas, inglesas ou

italianas, e reis de cepa castelhana e inquisitorial, os sangues estrangeiros fossem cometendo alianças que não raramente contra a terra portuguesa se voltavam: o povo nascia e renascia sobre as camadas profundas do húmus ou entre os penhascos e as lajes das serras. Não lhe consentiam que servisse para mais que «trabalhar e servir». No entendimento das cortes de 1481, basta para exemplo, as gentes do povo «não conhecem que cousa é polícia (civilização) nem sabem que cousa é honra, nem quando deve a honra preceder o proveito nem podem distinguir entre as virtudes morais»... (As reticências são postas agora, que ao tempo as não havia.) Assim costumam falar dos pequenos os grandes, que, esses sim, muito bem sabem quando o proveito precede a honra, como mostraram durante os nossos vagarosos oito séculos de história e como melhor se apurou neste pequeno ano que acabamos de viver.

Sempre ao povo mandaram que trabalhasse e servisse, e quando nos casos de acidente lhe foi rogado que pensasse e interviesse, mal o fizeram, porque se não entendiam as linguagens de quem falava e de quem ouvia. Em oitocentos anos passados, o Povo Português foi mil vezes instrumento e arma de poderosos para riqueza e guerra de poderosos. Cúmplice, aconteceu, mas muitas mais vezes foi espectador ou agente forçado de jogos de interesse de que bem sabia não poder aproveitar. E não raro foi fechado como um cofre, secreto como um enigma que, consciente de o ser, sorri de quem se debate com chaves doutra história.

Este povo de que falo é menos o dos lugares urbanos, das cidades viradas ao mar e às conquistas, que por obra da convivência multiplicada e das aventuras ultramarinas alguma experiência prática e hábil ia ganhando, mesmo quando a riqueza lhe trocava as voltas para ir forrar outros bolsos e para levantar palácios cujos portais não passaria nunca, a não ser como criado. Este é o povo dos campos e das serras, o da borda-de-água e das franjas da raia, das planícies aplainadas a sol, das encostas que um frio geológico crispou. Este é o povo das capas de palha e dos cajados, do pano cru e da gorra, da légua quadrada de vida e morte. Foi por cima dele que passaram assim oitocentos anos, oitocentas toneladas de tempo. Uma crisálida que era ao mesmo tempo insecto perfeito, ou imperfeito, crisálida de si mesmo e de outro futuro. Um projecto.

Mas, de uns e de outros, que homens foram esses que conquistaram aos mouros as terras e a força de viver nelas? Que homens casaram com que mulheres nessas terras, tirante aqueles nobres cujos nomes de pluma e armadura as crónicas guardam? Donde foi que vieram os da infantaria de

Aljubarrota, e para onde foram depois, terminada a batalha e a guerra? Que gente navegou à Índia e ao Brasil, à África e ao redor de todos os mares, que ditos disseram de si nos sítios onde ficaram a viver para trabalhar e morrer? Que mortos foram os que mergulharam com as naus e as caravelas, no interior dos porões que a carga rebentara ou as bombardas ou as grandes vagas do mar, e que, no fundo, presos entre cabos, oscilavam como os canaviais terrestres sob os ventos da água? Que era para eles Portugal? Que palavra, ou cheiro, ou recado de Portugal os chamava de todas as partes do mundo aonde a necessidade própria ou a prepotência alheia os mandara? Que Portugal era, enfim, o seu?

Amigo, estas páginas não são de história, e bem se vê. Por isso podem andar para trás e para diante, sem cuidados na cronologia, errando de pé firme e acertando por acaso. Por isso pode vir embrechar-se aqui o *Manuelinho* de Évora, aquele simples de espírito de quem o povo fez, maliciosamente, involuntário chefe da sedição de 1637. (Talvez para desforra daquele outro louco chamado Sebastião que em 1587 se acabou, e quase fez acabar Portugal, em Alcácer Quibir: farta dos nevoeiros de que falavam os ribeirinhos e em que Sebastião regressaria, a gente de Évora levantara por falso comandante um homem de carne e osso, mesmo fraco de juízo. A história tem destas coisas que nós inventamos mais tarde...)

Ora, esta revolta, cuja razão imediata foi a quota-parte da derrama de 500 000 cruzados que a corte de Madrid impusera a Portugal, foi causa que se estabelecesse «na cidade um poder efectivo, conquanto clandestino, de características perturbantes à face da lei e dos costumes». (Aqui se acrescenta que precisamente ao *Manuelinho* atribuíam esse poder popular as proclamações da revolta...) De Évora alargou a sedição por quase todo o Alentejo, chegou ao Algarve, e, para o Norte, a Santarém e Abrantes... Durou isto cerca de seis meses: vindos de Espanha com os seus exércitos, o conde-duque de Olivares, o duque de Medina Sidónia e o duque de Bejar esmagaram a sublevação. Poucos anos depois, subia ao trono de Portugal o duque de Bragança, precisamente o mesmo que, ao revoltar-se o povo de Vila Viçosa, o acalmara fazendo passear pelas ruas da vila seu filho Teodósio, então de três anos de idade... Jogo calculadamente sujo, com perdão do Restaurador.

Muitos outros sobressaltos houvera antes e desde sempre por todo o Portugal. Mas em Évora, nestas Alterações (que assim ficou chamada a revolta de 1637), as gentes do povo usaram uma linguagem clara que apontava aos poderosos e causadores de todo o mal: «Queixavão se, e dizião

que os senhores e poderosos de Évora não sentião deshumanamente a execução do povo de sua pátria, porque não erão do povo; que para os grandes, nunca havia novas leys que não fossem interpretadas em seu comodo; e que ainda contra a observancia das antigas, se armavão de privilegios porque ou não querião dever, usando de sua franqueza, ou não pagar, abusando de sua authoridade.» Diria eu que o povo pouca diferença faz neste dizer quando o ouvimos queixar-se hoje ou já gritar e arremeter contra monopolistas e latifundiários: na verdade, a história não se repete, mas parece-se muito...

E estes casos de Évora a que vêm, quando outras revoltas houve e resistência a invasores, e guerras civis? Eu próprio mo pergunto e não encontro outra razão que não seja ter-me posto a imaginar aqueles povos alastrando pelo Alentejo, indo de aldeia em aldeia a anunciar a nova nunca ouvida do poder do povo, da autoridade do povo — e estar hoje diante e dentro de um povo acordado, movendo-me com ele neste ano de 1975, movendo-nos para o futuro, «contra os senhores e poderosos que não sentiam a execução do povo da sua pátria», exactamente porque o vinham executando...

No passado, o povo ergueu-se contra opressões, mas não sempre, e não todo, se tal coisa é possível. Mas quero pensar e afirmo que todos esses levantamentos prefiguraram isto que é hoje um acordar, esta ondulação de maré rijíssima que vai sobrepondo vaga sobre vaga até remexer todo o mar — toda esta ondulosa terra portuguesa, de norte a sul, de leste a oeste, que procura e vai achar a sua verdadeira configuração.

Enfim se justificam oitocentos anos de vida e morte, e muito sofrimento entre a vida e a morte. Enfim se tira a prova real das contas que o Povo Português veio escriturando enquanto não resgatava a sua própria terra. E se é certo que nada do que estou escrevendo tem que ver com a ciência histórica, é certo também (clara verdade) que em momento nenhum da sua história aquela parte do povo que trabalha e produz esteve tão perto de possuir uma Pátria. Porque, até ontem, e isto não carece da mínima demonstração científica, esse povo trabalhador viveu pisado na sua terra, sempre ignorado, sempre desprezado, sempre instrumento e braço do trabalho que enriquecia os senhores.

A 25 de Abril de 1974, o povo começou a mover-se. E desde aí não parou mais, nem mesmo quando o quiseram deter por palavras mansas ou actos violentos. Aparou os golpes e torna a avançar. Ei-lo em marcha.

Vejamos agora o nosso próprio rosto nestes mil rostos fixados em instantes que são os primeiros da nova história portuguesa. Vejamos os soldados, os operários, os camponeses, as gentes das cidades e dos campos, ouçamos nas gargantas abertas os gritos da Revolução. Vejamos o trabalho e a construção de tudo. Vejamos o ondular das bandeiras, os braços erguidos no ar, a força dos punhos, o cântico das imagens sobre a memória dos sons gigantescos das grandes caminhadas. É este o Povo Português enfim recolhendo e frutificando a herança dos oito séculos. Agora são as nossas verdadeiras Descobertas: este ser enfim o que tanto procurámos — Portugal.

Júlio Graça

AO NASCER DO DIA

Ricardo tinha chegado a Lisboa às oito horas. O tempo, sem nuvens nem aragem, amanhecera luminoso, embora continuasse um pouco frio, acima de tudo na cidade. Ricardo Santos encostara o carro, um mini, ao passeio do Parque Eduardo VII, logo à entrada. Adormecera. Apercebia-se, à medida que a manhã se abria de vez, da chegada de outros carros e das manobras de arrumação. Pouco passava das nove horas quando abandonou o carro e resolveu ir devagar, entre alguns colegas de emprego e muita outra gente que se dirigia às empresas para o recomeço da labuta diária. Antes, porém, ele iria ao balcão beber a sua bica.

Como sempre, ia um pouco vazio e de ar chateado para a repetição quase mecânica de todos os dias fazer «a mesma coisa». O enquadramento da vida rotineira só prometia uma fenda de claridade diferente quando se lutava no Sindicato ou quando o patronato «vai ceder». Levava tempo a espalhar a ideia do «ceder uma ova!» O que havia era luta demorada e as conquistas dos trabalhadores. O processo era lento. E esta lentidão estava contra os impacientes, contra o «vai ou racha!» daqueles cuja luta não passava de um viver diário, de um jogo de palavras, de parecer a favor dos «humilhados e ofendidos». Daí continuar vazio no limiar de uma sala de espera da sepultura. Curvado, de olhar mais fixo no chão do que na multidão dispersa e parecendo de apressada que o cruzava, ia a entrar através da ampla porta envidraçada quando notou um vulto à sua ilharga.

— Bom dia!

— Olá, doutor! Como é que tem passado?

O médico, dez anos mais velho que ele, batia no empedrado do passeio com o chapéu de chuva de pano enrolado. Apesar dos cabelos brancos, esse médico democrata e lutador antifascista e seu amigo há largos anos, continuava com o rosto granítico e olhar vivaz, um tudo nada agressivo.

— Ainda não se apercebeu de nada?

— De quê, doutor?

— Homem!... De um movimento militar! Andam soldados na rua armados e equipados. Homem!... Muito de importante se está a passar.

Ricardo sorriu. Mais uma manobra, pensou, do poder governamental. E logo a seguir vinha o desencadear da repressão, de mais um alerta no sentido de prender os trabalhadores nos sindicatos ou nas empresas. Abriu o sorriso.

— E depois?

— Vinha a descer António Augusto Aguiar e vi soldados nos passeios, no meio da rua. Disse para um soldado, gritei-lhe: não aponte a arma para o povo, seu malandro! Não é para a gente do povo que tem que apontar a espingarda!

— Mas isso é assim tão sério?

— Acho que sim.

Sem mais, despediram-se com um aperto de mão. O médico a caminho do seu consultório, ele a empurrar a porta. Desceu à cave e bebeu o café ao balcão. Mas notou que os colegas estavam inquietos, e apressou-se a subir as escadas já no jeito de um alarme transferido. No piso do seu sector de trabalho, uma colega que alertada antes levava os dois filhos para o emprego, escapulia-se agora com eles na direcção de casa. E Ricardo Santos sentiu que um formigueiro lhe alastrava pelo corpo. Interrogou colegas à volta: as emissoras estariam em poder dos revoltosos e nelas cantava-se «Grândola vila morena...» e pedia-se calma às populações e ainda o cerrar de estabelecimentos e empresas.

Ricardo não usou o elevador. Desceu as escadas com passo normal, embora no íntimo alguma coisa começasse a rir de contente. Os colegas, por escadas ou elevadores, desertavam do edifício. Mas ele, sem saber porquê, resolveu continuar nele e tornar à terceira cave para beber mais um café e procurar um ou dois amigos dos fixos; daqueles dos protestos diários, de luta no Sindicato, de reclamações junto de chefes contra as injustiças de uma profissão mal remunerada e etc., etc.

A partir do piso do rés-do-chão ouviu vozes reconhecidas no lance de escada imediato. Apressou a descida. À frente deu pela figura do admi-

nistrador, deputado e etc., muito conhecido pela sua fidelidade salazarista. Atrás dele, um colega de Ricardo repetia: — E então? Vamos ficar ou saímos?

O salazarista repetia por sua vez: — Quietos! Que todos fiquem quietos. Que ninguém se mexa nem saia dos seus lugares. Que fiquem quietos! — E sumiu-se pela porta da segunda cave.

Foi o que Ricardo quis ouvir. Lá no seu íntimo o riso abria-se mais numa onda de contentamento. Retrocedeu e dum pulo estava na rua. Encaminhou-se para o carro, meteu-se nele e arrancou.

A cidade começava a ficar deserta de veículos e de peões. Percorreu parte da cidade, e o deserto abria-se mais. Soldados por esquinas, um ou outro carro de assalto, e Ricardo sem saber como agir. «Será verdade? É desta vez?» Teve um toque de consciência ao pensar que arredara de si a família. A família... O filho estaria em casa e o resto da família também. Mas ele devia viver os acontecimentos por dentro. E lá no íntimo uma outra clareira se abria. Como se um acordar de vozes lhe ressoasse no cérebro, igual ao bater ritmado de um martelo. «Que pena não ter vivido mais uns anos... Que pena esta verdade não ter chegado mais cedo...» Os soldados mandavam parar carros, mas nenhum soldado reparava no dele. «Não vou andar assim, como um tontinho sem norte.» E no íntimo a voz mudava de martelar: «Isto mudou, filho... Grândola vila morena...»

As ruas e avenidas esvaziavam-se. Só um ou outro carro deslizava, e Lisboa estava a ficar pior que num domingo de Verão, ainda por cima com todos os estabelecimentos fechados. Ricardo saiu da cidade, e caiu na bicha dos automóveis da estrada velha.

Ao entrar em casa encontrou a família quase aos pulos. A televisão não funcionava e a telefonia estava de goelas abertas dando músicas revolucionárias, as músicas até aí proibidas. Os cantares... Depois as breves notícias pela voz quente e forte do locutor da nova rádio da liberdade: pedia calma às populações, avisava do governo fascista deposto e em fuga, que as tropas revolucionárias estavam senhoras da situação. Ricardo constatava a excitação e a alegria da família, dos vizinhos, dos amigos. Nele, o coração batia forte sem o incomodar. Uma emoção feita de alegria e certeza enchia-lhe o olhar de uma aguadilha permanente. Deitaram-se muito tarde, com a telefonia portátil a funcionar em cima da mesa-de-cabeceira.

Levantou-se cedo e abalou para a cidade com a consciência da sua inutilidade. Os quartéis de prevenção e os soldados que vigiavam as ruas, estacionados em pontos estratégicos. Um e outro carro de assalto. À porta

da empresa deu com os dois colegas fixos, e a pé desceram à Baixa, viram os buracos feitos nos vidros das montras dos Bancos. Tudo quase deserto. Subiram a Rua do Carmo, ao estalar de um tiroteio desgarrado, e na volta para a Rua Garrett misturaram-se ao povo aglomerado. A meio da rua, uma clareira onde, encostados aos prédios, soldados e marinheiros vigiavam as janelas de armas apontadas. Ricardo e os amigos chegaram-se a um soldado que falava com o povo. Ele explicava que alguns agentes da Pide estavam escondidos num daqueles prédios e que talvez estivesse a passar um camião carregado deles.

— Vão levá-los presos?

— Acho que sim — respondeu o soldado, um rapaz alto, entroncado, de olhar tão transparente que parecia um olhar de menino.

— Presos... — desabafou um homem do povo, de meia idade. E sem conhecer Ricardo segredou-lhe: — Há que interceptar a camioneta, esvaiziá-la dos pides e liquidá-los.

Ricardo afastou-se dele e transmitiu a ideia aos dois amigos.

— Como é que isso é possível? — disse um deles.

De repente soaram tiros de pistola e os soldados movimentaram-se a meio da rua só ocupada por eles. Ricardo refugiou-se contra a montra de um estabelecimento, com um dos amigos ao lado. O outro descera a rua a correr e só parara lá ao fundo. Depois explicara que ainda tinha dois filhos para criar e não estava para apanhar uma bala dirigida a toda a gente. Ricardo riu, o outro amigo também riu, e nem por isso ficaram menos amigos do companheiro em pânico. Entretanto, lá ao cimo da rua um camião fechado por todos os lados atravessou-a no meio do clamor, dos gritos do povo.

— Lá vão eles! Morte! Morte!...

Ricardo e os dois amigos voltaram ao ponto de partida.

O povo movimentava-se. Nas empresas, os trabalhadores reuniam-se em assembleias e formavam as suas comissões provisórias. Nas ruas, praças públicas, o povo aglomerado escutava palavras de ordem, de orientação, a notícia de que o fascismo fora derrubado pelo movimento dos capitães. Quem eram estes homens extraordinários? Ricardo agarrava-se aos jornais e ia sabendo um e outro nome. Já andava em contínuo sobressalto por querer abarcar tudo e por a alegria não o deixar calmo de modo a acompanhar, como queria, os movimentos de saneamento e de vigilância. Fora integrado na comissão provisória dos trabalhadores da sua empresa; também na terra, ele e os seus companheiros de longos anos de luta tinham

os gestos livres para apoiar, organizar, receber em festa os presos políticos. E no dia 1 de Maio os cravos andavam nas mãos erguidas, nas lapelas dos casacos, na ponta dos canos das espingardas.

Nesse dia, Ricardo Santos levantou-se outra vez cedo, automatizado por uma alegria que parecia não ter fim. Nele, no entanto, alguma coisa estava por preencher. Não identificava a origem da sensação às vezes desagradável, outras vezes prestes a revelar-se. Mas a explosão dele e de todos os trabalhadores tinha-os apanhado de surpresa, e a todos tocara na raiz do coração. Pela vida que vivia nestes dias tão cheios, brotava o sentimento, mas agora desfeito porque logo pensado, de que a sua existência era imortal. Ora essa plenitude de sentimento tivera-a ele por volta dos sete, oito anos de idade. E por isso nessa altura amava tanto a vida. Agora também a amava, embora com outra consciência.

Ricardo e a família atiraram-se para as ruas encharcadas de sol, de azul, de flores. O povo começava a viver nas ruas, certo do seu destino. E a marcha do povo enchia as estradas, unia-se às marchas do mesmo, infundável povo que rompia de outras vilas, de outras aldeias, de outras cidades. Em tempo normal de regime fascista, pensava Ricardo, palmilhar estes quilómetros todos deixar-me-iam arrasado para um mês. Mas agora... «Pulo, venho atrás abraçar este jovem amigo há anos exilado em França, corro à frente da caravana para não perder a mão dada, e nunca me sinto cansado.»

«E durmo bem ...» — ainda pensava Ricardo já deitado. Eram duas da manhã. É como se tivesse a Primavera sempre presente no coração.

Acordou por volta das oito horas, para mais um dia de trabalho, agora diferente, agora sem medos de ameaças ou repressões, agora sem medo que o dinheiro lhe faltasse antes do fim do mês. Em cima da mesa de cabeceira ficara o cravo que usara na lapela do casaco no dia anterior. Recomendou à mulher que continuasse deitada. Devagar, pela primeira vez calmo, demasiado calmo, lavou-se, vestiu-se, comeu uma bolacha, bebeu a chávena de chá e saiu. Mas ainda olhou à sua volta antes de sair, à procura de cravos. Restara aquele que levava na mão.

Meteu-se no carro e seguiu para o morro onde ficava a igreja e o cemitério. Parou-o à porta do cemitério, saiu e entrou no cemitério mirando melhor o cravo. De um vermelho vivo, só uma ou outra pétala mudara para um vermelho lilás. «O vazio que às vezes me toca cá no fundo está próximo do fim — pensou —, está próximo de ser preenchido.»

O coveiro, que acabara de abrir o cemitério, estranhou aquela presença tão cedo; mas como o conhecia, encolheu os ombros e afastou-se. Ricardo contornou os jazigos e abeirou-se da pequena caixa que continha o ossário do seu velho e querido amigo há seis anos falecido. Um carpinteiro, que já velho e doente lhe segredara bastas vezes: — Ricardo... não gostava de morrer sem ver isto mudado.

Lentamente, pôs o cravo em cima do ossário.

«Desculpa de só agora me ter lembrado de ti. Desculpa de só te trazer um cravo. Mas o povo, os teus companheiros são muitos, e os cravos não chegaram com certeza para todos. Quero dar-te a notícia, companheiro, que isto mudou. Nós sabemos que trabalhaste muito e que passaste muitos sacrifícios, e que ficaste doente mais depressa porque tinhas medo de envelhecer. Mas agora isso já não interessa, querido companheiro. Eu sei que estou a viver melhor porque tu ajudaste.»

As lágrimas teimosas encharcavam-lhe os olhos. À saída enxugou-as à pressa. Lá ao fundo, misturado com as sepulturas, o coveiro mirava-o. Ricardo sorriu, acenou-lhe com o braço erguido e saiu do cemitério.

Maria Alzira Seixo

REFLEXÃO SOBRE A ESCRITA

Escritor é aquele que escreve. Mas que será escrever? Cobrir papel com tinta? Isso será outra coisa; desenhar, por exemplo; ou fazer contas; ou escurecer a folha branca, de tal modo que fique negra. Então, para definir o que é escrever, e procurando a fórmula mais apropriada, eu direi: é aquilo que o escritor faz. Mas tudo o que o escritor faz é escrita? O escritor come, o escritor bebe, o escritor dorme; ama e odeia; trabalha e repousa, olha e cheira; toca; faz. Mas nem sempre cumpre tudo isso: por vezes, só come, dorme, repousa, cheira, toca; noutros casos, fundamentalmente trabalha, olha e faz. Isto talvez queira dizer alguma coisa. Mas não quer ainda dizer aquilo que procuro, que é uma definição de escrita, ou de escritor. E descobro que só entendo uma coisa pela outra e que a palavra é o coração da acção. Esta descoberta me satisfaz, por agora, e dela sei o nome: *autonímia*. Descobri então uma palavra, uma acção — e descobria(s) escrevendo. (Então, serei escritora?)

Descoberta a palavra como acção, eu quase fico receando a escrita: pois se eu julgava que tudo o que está escrito se tranquiliza na dormência do calado, este súbito rumor de um sentido na palavra me inquieta. Mas como? Que acontece? Onde surge um rumor? Quando alguma coisa se faz. E este rumor da escrita? Quando chega uma revelação. Por isso há pouco eu me senti escrevendo, porque descobri (na *autonímia*) a nomeação (faculdade de criar na palavra).

Mas vejo agora que, se escrever não é tudo o que se faz sobre o papel, sendo embora alguma coisa que sobre papel se faz, também posso alargar o meu conceito de escrita a tudo o que, sendo acção, se inscreve

no meu papel social, no meu estar no mundo, no texto da vida (minha, dos outros) que formo. Então descubro, mais uma vez, que a acção sai do texto, que a palavra sai do desenho, que a autonomia é tudo aquilo que, a si mesmo se dizendo, se prolonga. A prova de que sou escritora, é que o sei, escrevendo; a prova de que sou pessoa, é que o faço, transcendendo-o do texto para a vida.

Dêem-me uma palavra: Abril (a primeira que desde então me ocorre). Que é Abril? É antes de mais um momento (fixação do tempo no calendário, duração de um dia longo e breve, horas de surpresa e encontro). Esse momento transformou-se em acto: Abril ficou a acção por excelência, a transmutação das coisas mais importantes. Algo que se fez. E quando eu pronuncio a palavra Abril, essa nomeação fala-me da acção desencadeada, faz-se palavra-motor, condensa toda uma narrativa.

Mas, se falo duma narrativa, é que algo conto, relato: uma história. Que é a história senão a interpretação duma sucessão?

Deixem-me pensar, que é sempre bom pensar em Abril. Abril foi, efectivamente, uma sucessão. Um antes e um depois. Pressupõe uma contagem, portanto. De um, dois, três, etc.... até vinte e cinco. Este número me detém, nele se operou a revelação. Então a revelação não está só na palavra, está também no número. Ora eu sei que este número (25, em Abril) corresponde a uma nomeação, a uma palavra mágica, como se eu dissesse «abre-te, sésamo» numa história que contasse às crianças e a que as crianças sorririam, não acreditando (todo o seu prazer consiste em sorrir sem acreditar). Porque as crianças sabem que sou eu que digo «abre-te, sésamo», como sou eu que digo «e então veio o 25 de Abril», mas que qualquer destas nomeações mágicas corresponde a um impulso narrativo, a um ritmo (quebra cadenciada, queda súbita) do discurso. Essa cadência, esse ritmo, abandonam assim o seu cariz mágico, a sua reverberação nominal, para se converterem em elemento de uma estrutura mais vasta e envolvente — o antes e o depois da história, onde qualquer dos nomes («abre-te, sésamo», «25 de Abril») funcionam.

Então, da palavra-nomeação eu passei ao ritmo (que é sempre intervalo entre dois tempos), à sucessão e à história. Por isso, Abril deixou de ser Abril para se tornar ponto de passagem, ou melhor, ponto da passagem.

Que Abril é ponto, já o sei: nomeação do acto; mas que Abril é passagem, todo o Abril de antes e todo o Abril de depois mo demonstram e a história mo diz. Iniciei a contagem ascendente, neste segundo Abril. 2 palavras em 5 letras me dão conta da metáfora. E assim, depois da

nomeação (autonímica) e do ritmo (histórico), chego ao terceiro ponto da minha reflexão, síntese da minha apreensão escrita e determinada das coisas feitas. Que é uma metáfora? É antes de mais uma substituição: em vez de dizer uma coisa, eu digo outra, pretendendo contudo significá-la na mesma.

Assim, ao dizer 25 de Abril, eu digo igualmente: revolução. Mas o que é belo na metáfora é que as duas expressões, mutuamente significantes, contêm o que eu quero dizer. E o que é terrível na metáfora é que eu tenho sempre de escolher uma delas e deixar na adivinhação de todos a outra que preteri. Quer dizer: é terrível a escolha. Mas, e ainda, o que é importante na metáfora é que ela me força a uma opção e, optando, eu escrevo, eu faço (faço à minha maneira, escrevendo, e escrevo o meu texto, vivendo). A opção corresponde, pois, ao momento, ao acto. Onde a síntese entrevista, portanto? Que a metáfora é paragem, poesia. Se digo 25 de Abril e me encanto, paro, contemplativa. Para avançar, terei de dizer: 25 de Abril (o próximo, o outro). Então eu estabeleci um prolongamento, formei uma relação de contiguidade — de Abril a Abril, e já não é só a revolução que foi, é a revolução que é, e que será. Já reflecti muito sobre estes passos do pensamento e das palavras, esta é a minha profissão, por isso reconheço que saí da metáfora e entrei na metonímia. No discurso-discorrer. No salto. No percurso. Então Abril deixa de ser a magia do momento para ser, Abril-Abril, um ritmo histórico, uma quebra liminar; e se a história é a interpretação duma sucessão, a narrativa do texto da vida, ao entendê-la, ao fazê-la, eu implico nela os outros, todos os que comigo se movem no sentido do percurso. Socialmente o fiz na opção, socialmente me dou na reflexão em curso. E assim, partindo da palavra dada (Abril) e do número certo (25), entrei no discurso-percurso da contagem que, do encantamento (revolução) me leva à programação conjunta (socialismo). Esse o sentido do ritmo e da história. Essa a conjugação da substituição e da contiguidade, a articulação sensível entre as palavras várias. E o encanto regressa: pois não era em socialismo que eu pensara logo? pois não era socialismo que revolução me dizia? pois não era caminho que a paragem (a quebra no Abril 25) me significava? Então eu entendo agora tudo o que inicialmente pressentia. E reconheço que o sorriso de Abril se mantém, que o encantamento inicial se integra na síntese. E descobri, sobretudo, que a palavra-acto é definitiva na sua vitalidade de coração (sentimento, órgão). E que, ao criá-la, participei do texto total que nos forma.

Escrever é descobrir, então. Revelar, também. Criar, na dupla relação palavra-acto, um processo que implique o meu trabalho na produção geral que é a de todos.

Abril Abril, que para muito nos serves, já que muito nos és. Mas quem Abril? Nós, os que nomeámos, os que ritmámos. Sintetizar, socializar. A palavra é indicativa e significa. Não vale só por si mas integra-se no conjunto com uma função específica. Escritor é aquele que escreve? Não: escritor é aquele que faz com palavras. E a palavra é de ordem, é uma ordem, é um dos caminhos da construção.

Maria da Graça Varella Cid

SEIS POEMAS DISPENSÁVEIS
PARA UMA PALAVRA EXACTA

I

O sal fertilizante da cidade
percorreu-lhe as artérias desde sempre:

— toneladas de sal foram tragadas
nas pias das igrejas transcendentas.

Não o salitre incauto das paredes
nem o sal recto das salinas ermas
mas o sal de al-casar o sal fatal
precursor de varões de castas crentes:

o sal de ser parido em sal mental
o sal de ser letrado em sal missal
o sal a salva o salmo a toda a hora.

Assim,

salados salvos salitrosos
vívemos saltimbancos perigosos
séculos oito de ódio e de salmoura.

II

Porque em salmoura o fauno conspirou
a sua vocação de sol e fado;
porque em sal refinado o mesmo impôs
esta gesta indigesta de sol-dados;
porque em salitre o fauno modelou
esta cidade em que cuspimos glória,
sua voz marinosa salmodiou
os dias em sal grave conservados:

— safamos, domingo, ensoalhados
— induzíamos sal na morta história
amando-nos depois sornas salgados

(e a fétida salmoura era tão tensa
que poucos se adaptavam à violência
de sermos saltimbancos isolados).

III

Isolados, é certo cegos secos
mas implacavelmente. Assim mandava
o fauno salgador que comandava
a salvação diária em bênção branda.
(Era falso que o sal fosse clemência
ou mesmo só doença ou condição:

odiámos a salmoura conscientes
da nossa castração com sal e sol;

respirámos correntes diferentes
em silêncio além da salgadeira
ousando não morrer envenenados.)

Nós sabíamos bem e desejámos
recuperar o sol ter outro sal
e arrasar os temperos consagrados.

Da emulsão do sal do sol do ócio;
daquele salitre — isótopo de classe;
dos sol-dados que masturbavam o ódio
de uma guerra cruenta de disfarces;
daquele tempero arcaico envenenado
(inquinada poção do fauno cauto)
e mais da força circulando em saltos
das mãos que iam arando um novo pacto;
dos olhos que se abriam contra o sol;
daqueles pés que andavam sobre o sal
desmontando em silêncio a salgadeira,

era forçoso que nascesse a cal
que estilhaçasse o pórtico e o vitral
e germinasse vida em cada veia.

V

E sem discurso se fechou o ciclo
do sal do sol do fado de permeio:

foi a sentença seca como um tiro
do combate esperado e que não veio.
Não por inexistente antes porque
de visível só trouxe a flor em riste
mas porque do combate se prevê
aquilo que se pensa e não se assiste.

Assistimos porém ao seu contrário:
— à indução da criação de um todo
antes cortado em núcleos arbitrários.

Assistimos artífices também
da clara situação talvez ambígua
para quem nela própria se detém.

VI

Porque é de andar fluir correr discreto
que se carece agora nesta aresta
em que o tiro é o acto o acto a palavra
e a palavra se exige exacta e certa.
Não a pródiga fala inconsequente
que comute as pessoas do real
mas a palavra gesta a inclemente
que impeça um novo tráfico de sal.
A que devolve os nomes às pessoas
as pessoas aos factos necessários
e os factos à fúria dos contrários.
A palavra que é lume e gume e bala

a que existe no amor, quando se fala
ou aquela por que morre quem se cala.

Lisboa, Abril de 1975

Maria Lamas

25 DE ABRIL

Uma data luminosa de liberdade e esperança! Um dia que amanheceu cantando:

«O povo é quem mais ordena...»

E do negrume, asfixiante e tormentoso, que havia durado 48 anos, surgiu o alvorecer de um novo mundo, a voz da vida renovada e prometedora de todas as alegrias.

Primeiro foram apenas vultos. Moviam-se cautelosamente no lusco-fusco ainda denso da madrugada: eram soldados, jovens, silenciosos, mas decididos no cumprimento da sua missão. E a rádio insistia no canto, lento, mas nítido:

«O povo é quem mais ordena...»

Depois apareceu gente de todos os lados, correram notícias, abriram-se janelas, o sol rompeu a neblina matinal, as vozes altearam-se, ressoaram risos e, sem se saber como, a cidade apareceu florida — toda a gente trazia cravos vermelhos, que distribuía pelos soldados e por quem ia encontrando.

Era a revolução. Era a liberdade!

O fascismo fora derrubado. E de então para cá, já lá vai um ano, a revolução continua, a revolução continuará até à vitória total do povo português.

Portugal renasce de si próprio.

À grandeza de outras eras, com descobertas e conquistas a espantar o mundo; à decadência da monarquia; ao período republicano sempre agitado e por vezes heróico; à infiltração lenta mas persistente, implacável e

desumana do fascismo; no prosseguimento de uma política que nos levou ao colonialismo e à catástrofe da guerra colonial; depois de tanto sofrimento, tortura, miséria e morte — chegou finalmente o tempo da redenção!

25 de Abril! Aqui estamos todos, os portugueses de boa fé, dispostos a dar a vida pelo teu ressurgimento, Portugal querido!

Que haja pão, trabalho e instrução para todos; que as crianças ignorem o abandono; que desapareça da terra portuguesa toda a forma de exploração; que a juventude possa desenvolver-se e formar o seu carácter num ambiente sadio, de confiança em si própria e nos outros; que a mulher e o homem sejam verdadeiramente companheiros em todos os planos da vida, sem diferença de direitos, integrados nos mesmos problemas, num ambiente de autêntico respeito mútuo.

Tarefa gigantesca, mas que o nosso esforço cumprirá, através de todos os perigos, dificuldades e sacrifícios, dando ao mundo um exemplo e apontando-lhe o caminho, emancipados das forças opressoras do capitalismo.

A luta vai ser dura em todos os campos e em nós próprios — mas a luta é o grande estímulo da vida — uma luta construtiva, uma luta-amor de todas as horas — e só ela levará Portugal e o mundo inteiro à conquista definitiva da liberdade, em plena prosperidade e paz.

No pórtico desse Portugal novo que queremos construir refulgirá para sempre a data de 25 de Abril.

25-4-1975

Maria Velho da Costa

VINTE FALAS PORTUGUESAS PARA UMA REVOLUÇÃO

1. Há quinhentos anos que vivo na vergonha e estou à espera. Há quinhentos anos que me assentei de uma grande arrancada a que não vi o tino.
2. Há quinhentos anos que mudei a cara do mundo para conhecida e amável e fui votado assim a uma vocação prematura e amarga.
3. Porque eram soldados e crentes os meus mestres?
4. Empobreci da riqueza dos meus reis e os meus reis empobreceram da riqueza dos povos metódicos.
5. Morreu-me um rei doente de tão soldado e crente, tão-somente, embuçado nos podres de armazém, embrumado de todos nós.
6. Há quinhentos anos que gemo. Não sei acumular senão rompantes, partidas e desleixos, dizem.
7. Há quinhentos anos que mestiço o mundo de gente terna, sapientes sorrisos, espera.
8. Sempre me alevantei quando foi dito «É hora». E se gabaram de soldados e crentes os meus mestres. Capões de fidalguia engalanada, marchantes dos meus braços, capados frades velhos. Sóbrias mortes.
9. Há quinhentos anos que sou vendido por dócil, eu e os do meu sangue espalhado. Por toda a terra. Há quinhentos anos que me levam para soldado e por crente em nome desta terra, arrastado, tremente.
10. Foram falsos rebates. Aprendia.
11. Não sei acumular mais que esperança e paciência e brusca valentia. Não sei acumular senão memória e fino trato no receber, no debandar.

12. Porque foram soldados e crentes os meus mestres?
13. Há quinhentos anos que me apostei de vez para o outro lado — o aberto totalmente, a espécie, a história, paixão e maresia, contos largos, morar nas alegrias.
14. Nunca amei as leis e os edifícios mais que as carnes e os rostos. Não sei administrar. Porém, gerei furtivamente a abolição das distâncias. Isso pude.
15. Ora que me soergo dizem que vou servir a outros anos. Há quinhentos anos que me trazem ao engano lacaíes estrangeirados, gente do tem-de-ser, tenha-paciência. Agora dizem — cimenta a tua liberdade no bem-querer dos visitantes, vamos ser ricos das migalhas dos ricos. Partirão como ratas obesas quando na barca só ficarem os filhos aleijados dos meus filhos. Partiriam como as larvas dos ossos quando este meu punho se não erguesse a saudá-los mas a pedir uso, a enxada negada, a máquina guardada pelos cães.
16. Saiu-me das entranhas o novo mundo dos humildes, a proximidade das pátrias dos pobres. Possuirei a terra acompanhado. Esperar, baixa a cerviz, não é servir. Isso sabemos.
17. Meu ânimo permaneceu canhestro no granjear de bens e sua contagem. Não temo irmãos, hesitantes, traídos, desavindos, buscando novas rotas. Irmãos. De meias de fioco, gravata envergonhada, gosto mau. De elegantes e a preço, gente de muitas coisas e de pouca fé, esses, meus reles inimigos.
18. Há quinhentos anos que me sentei a sossegar para esta aurora, esta velada de armas impossíveis. Eu que sou de arrancadas e desdêns. Há quinhentos anos que empato os exórdios da Europa a que me civilize, mais um museu cuidado. Nunca me mexo que não seja de vez. Porque só sei andar destinos mores, difíceis horas, barcas de noz, quadrados diminutos contra impérios. Seguir inverosímeis capitães.

Porque foram soldados e crentes os meus mestres?

Sei. Retomo e restauro, agora certamente. Não mais me estranharão as nações os descabros e a paciência. Porque ora são dos últimos soldados e novíssimos crentes os meus mestres, gerados de meus erros, chagas, espera, centenar movimento, força a armar-se. Agora vou.

19. Porque são soldados e crentes os meus mestres. E dizem

«Tua pátria não é do estar aqui cerrado — é parir outras. Teu destino não é a tua geografia cevada por gatunos sorridentes. Tua história é louca e assestada para o mais — sextante e setestrela. Tens de novo um encargo terrível e ameaçado no coral do mundo. És o espinho de ouro cravado no lombo coriáceo do Ocidente.»

20. Agora vou, de novo cândido sem perda e certo de alma.
Porque são soldados e crentes os meus mestres.

Março de 1975

Mário Castrim

A OFICINA

Nunca ouviste falar de tal povoação. Dirás, quando te disserem o nome: *Como?* Um nome estranho, embora de pronúncia portuguesa. Mas reagirás como se a terra — um sítio, um lugar, um povo, um pueblo, um vilajo — ficasse perdida no coice do mundo.

O amigo virá buscar-te num *dois cavalos* balanceiro. Hás-de perguntar-lhe notícias, para reconstituir uma face desconhecida. Saberás que tem cerca de mil e duzentos fogos, nada mau! Que funciona em grande parte como dormitório da Cidade, embora alguma gente ainda lá tenha raízes: umas courelas, umas coisitas, do tempo, estás a perceber? em que havia hortas. Alguma gente com tradições de clandestinidade. Ouvirás o que se conta. Que numa casa havia amigos do Partido e a população sabia e a população não dizia nada. Contam. O teu amigo recordará ter ouvido a um irmão muito mais velho, que por sua vez o ouviu de um vizinho, que por sua vez o ouviu do pai. O teu amigo dir-te-á pertencer à UJC. Ele falará durante o caminho todo, para te situar bem. Dirá: *«É muito importante saberes como é a nossa gente. Não interessa falares da Reforma Agrária, porque não temos esse problema, nem interessa falares muito da cooperativa dos pequenos produtores, nem do leite, já estamos fartos de falar nisso e ainda por cima qualquer dia vai lá o Júlio e o caso fica arrumado.»*

O serão terá duas partes. A segunda será na colectividade, para esclarecimento. Não haverá problemas. A menos que apareçam os esquerdistas, com a carestia da vida, com o poder da burguesia, com isso da Reforma Agrária e a nacionalização, isso tudo são tretas, o que os traba-

lhadores precisam é ganhar mais, vocês falam, falam, mas o povo cada vez tem menos dinheiro para se governar, etc., o costume. Questões que exigem resposta política e como raio fazer apelo à consciência política, ou já nem isso, como fazer acordar o instinto das massas, com tamanha avalanche de despolitização e hábitos de desconfiança? Enfim: dirás, mais uma vez, que antes apertar o cinto na barriga do que apertá-lo no pescoço. Os comunistas da assembleia baterão intensamente palmas, os outros mais frouxamente, não deverão ter percebido bem. Virão a percebê-lo. Terás confiança.

Não será essa parte do serão que te preocupará, mas a outra: a inauguração de um Centro de Trabalho do Partido. Os amigos quiseram que fosses tu a inaugurar-lo. É uma responsabilidade, uma alegria, é — Lénine me perdoe! — uma vaidade... Enquanto o amigo te vai falando da situação concreta da região, irás compondo mentalmente o discurso da inauguração. *Queridos camaradas...* Bom. Será necessário abandonar todo o ar paternalista, até mesmo esse ar vagamente acima da maralha que têm certos comunistas intelectuais. Procurarás estar em guarda contra ti próprio, contra esse resíduo de falsa superioridade que a burguesia depositou em ti: saberás ouvir atentamente, como os comunistas verdadeiramente proletas, de origem ou opção. Saberás ouvir... religiosamente. Recordarás aquele amigo do Comité Central: o camarada do sector intelectual expõe as suas teorias, dúvidas, experiências, tu ficarás a enervar-te, nada daquilo tem interesse, repete-se, mastiga, rumina, volta atrás, dá vontade de o mandar a um sítio que eu cá sei, pouco intelectualmente falando, mas o amigo do CC nem pestaneja, o cigarro esquecido arde-lhe nos dedos, calmamente (tu pensarás: *davas um belo caçador de rolas!*), aguarda que as razões venham ao de cima.

Sairás das ruas mais frequentadas da cidade, andarás por becos maltratados. De onde em onde um velho solar, oxalá, oxalá não deitem isto abaixo, dirás para ti apenas, e lá muiiiiito no fundo, mas não tanto que não tenhas consciência disso, pensarás que os comunistas desejam *naturalmente* preservar a beleza criada pelos homens. Hás-de meter-te por azinhas estranhas, daquelas onde às vezes acontecem estupro, facadas, brigas. Depois será o campo, em toda a sua realidade de verde, muros, árvores, silvas, rochas. A cidade ficará a dois passos, mas não existirá, cadáver na câmara ardente, ali à beira.

Nada ouvirás do amigo, porque estarás a construir a tua peça oratória. *Camaradas, cada centro de trabalho do nosso Partido é uma oficina do*

Comunismo, é uma base do futuro... Ficarás envergonhado. Dirás que estás a armar, a fazer demagogia. Discutirás que não. Que demagogia seria falares a linguagem do povo a que te diriges. Dirás que deves falar como for a tua maneira. Se estiver certo, o povo a entenderá. Que há outra maneira de paternalismo: querer descer ao povo, a imitar-lhe os tiques, a graça, o pitoresco. Correcto. Dirás: «Cada centro de trabalho do nosso Partido é uma oficina do Comunismo...»

Entrarás no Centro de Trabalho. Estarão aí vinte camaradas à tua espera. Dar-te-ão as boas-vindas com abraços que rechinam e apertos de mão que têm o jeito do cabo das enxadas. Paredes cobertas de cartazes e *posters*. A banca: livros, insignias, autocolantes, um deles alusivo à inauguração. Meia dúzia de emblemas feitos numa fábrica ali perto: minúscula foice e martelo, estrela quase invisível. Correrão a oferecer-te uma. Mas a camarada encarregada dos fundos dirá que não, que não há ofertas, que são cinquenta escudos, que o Partido só vive do dinheiro que o povo dá.

Saberás que é a mulher do camarada que ofereceu a casa para o Centro de Trabalho. Aquele que virá da sala do lado e dirá: *o bolo e a água-pé, isso ninguém paga.*

Uma caneca de água-pé, uma fatia de bolo. Depois, será o discurso. Agora, será mais bolo, mais água-pé. Conversarás com o «dono» da casa. Velho militante. Andará, o quê? Por não muito longe dos setenta. Viu, conheceu, sofreu. A pele curtida. Ou golpeada? Uns lábios finos, decididos quando se apertam a brincar uma expressão. Os olhos luminosos, dias de festa. Ovi-lo-ás dizer:

— Temos aqui uma rica célula de jovens comunistas. São quinze. Quinze comunistas, rapazes e raparigas. Andam nas colagens, organizam os comícios, juntam-se aí para estudar. Uma rica célula, camarada. Não há dúvida. O trabalho do Partido vai continuar.

Hás-de reparar melhor. Serão mais de setenta anos. Sofridos, perseguidos, combatidos. Talvez não viverá muito mais tempo, e ele sabe-o. Aquele coração, tantos trabalhos... Não viverá muito mais tempo. Que importa? Nem se lembrará disso. Nisso estarás tu a pensar, com a mania de traduzir tudo em literatura. Pensarás tu que ele poderia pensar nisso, ele não. Ele, de sabedoria certa, não literária, sabe que não morrerá, porque.

Ouvirás novamente:

— O trabalho do Partido vai continuar. Uma rica célula de jovens, que te digo eu!

Far-se-á então uma roda de silêncio. Irá falar o camarada que veio inaugurar o Centro de Trabalho. Calar-se-ão os tostões na caixinha de cartão. Chegará um retardatário, que ficará à porta.

— *Camaradas, cada centro de trabalho é uma oficina do Comunismo.*
Dirás isso com uma convicção subitamente descoberta.

Miguel Urbano Rodrigues

DO PRESENTE PARA O FUTURO

A história nunca se repete. Mas há emoções, nas breves existências humanas, que quase se repetem. Ontem, contemplando monumentos de Lisboa, numa viagem de volta à juventude e à história do nosso povo, esforçava-me por ordenar ideias e sensações que se misturavam no tempo. Olhava as pedras brancas dos Jerónimos e elas devolviam-me, sempre e cada vez com maior nitidez, dois momentos de vida.

Revia-me, primeiro, num oásis do deserto peruano, em Cerro Blanco-Unanue. Foi em Dezembro do ano passado. Um general, Leónidas Rodríguez, atacava o imperialismo, denunciava as manobras da CIA, advertia a grande burguesia, proclamava a sua confiança nos destinos de uma revolução democrática e nacional. Falava aos participantes de um Encontro de Trabalho Voluntário. A Revolução chegava até mim nas palavras e no cenário. Estávamos sentados no relvado da sumptuosa mansão da antiga *hacienda* transformada em cooperativa. Estudantes de Lima, camponeses da região, mineiros vindos das lonjuras da cordilheira escutavam e aplaudiam, apresentavam queixas e formulavam sugestões. Sentiam, como eu, que aquele general era também povo, que ligara a sua sorte ao povo e ao avanço da revolução, que falava a linguagem do povo. Lembro-me de que, no final, abracei Leónidas Rodríguez comovido. Pensava no meu Portugal distante, no fascismo, na guerra colonial, nos companheiros, nos generais do meu País. O contraste doía-me por dentro.

Sob o reinado de Salazar, quando pela primeira vez vesti uma farda, ensinaram-me que as Forças Armadas eram uma escola de virtudes. Não era verdade. Em Portugal elas tinham sido convertidas numa escola de

deformações e frustrações. Mas o impossível tornou-se real no dia 25 de Abril. E, num luminoso dia de Outono, eu podia, sem a amarga melancolia do exílio, recordar o Peru revolucionário e as palavras de um general que vinha do povo, chegava ao povo e vivia para o povo. No meu próprio país podia ouvir militares falando uma linguagem semelhante. As palavras de Leónidas Rodriguez fundiam-se no meu espírito com as de Vasco Gonçalves. Em Belém, eu fazia a ponte entre Cerro Blanco e a Lisboa de 29 de Setembro, e recordava trechos da mensagem do Primeiro-Ministro de Portugal. O que sempre fora falso sob o fascismo, ganhava a força de uma verdade histórica. As Forças Armadas, retomando a sua vocação, voltando às origens, colocam-se ao serviço do povo português.

Na longa noite que precedeu a derrota da intentona fascista de Setembro, a certeza da vitória sobre os conspiradores da «maioria silenciosa» nunca abandonou o peito daqueles que se mobilizaram para lhes barrar o caminho. Mas nem por isso é menor o significado dos actos e palavras que nesses instantes decisivos marcaram a tomada de posição dos homens do MFA. Vasco Gonçalves falou, mais tarde, por todos. Disse com meridiana clareza que o passado de ignomínia não voltará.

O fascismo falava-nos de uma história sem hoje nem amanhã: apenas tinha um ontem, reinventado e destorcido. Em nome dos mitos, justificava a fusão do Estado e das Forças Armadas num complexo monolítico que encobria o monopólio da economia e do próprio Estado por grupos nos quais os interesses financeiros são indissociáveis dos políticos e dos militares. Prisioneiras, elas também, de uma engrenagem trituradora, as Forças Armadas desempenhavam, humilhadas, o papel que lhes fora atribuído numa peça de actores mascarados. Comportavam-se como aquelas figuras enigmáticas a que alude Octávio Paz. Sabiam o que os seus actos significavam, mas escapou-lhes durante muito tempo a significação da peça em que intervinham como protagonistas.

O despertar do pesadelo foi tão amassado em angústia que levou a uma tomada de consciência geradora da lucidez que aponta hoje o rumo do autêntico patriotismo. A retórica grotesca da direita perdeu todo o poder mistificador. Nunca iludiu o povo; agora não consegue mais confundir as Forças Armadas. Por muito que envernize a forma, a reacção não descobriu o processo mágico para esconder a face e os fins. Quer manter tudo aquilo que o povo deseja ver destruído, reconstruir o que o povo e o MFA desmantelaram em seis meses. Sonha com a recolonização do «Império», com uma nova PIDE e autos-de-fé para os comunistas. Luta e lutará

até ao fim para impedir a instauração de um regime democrático; a liquidação do poder dos monopólios e um desenvolvimento que não assente na exploração do homem; uma reforma agrária que entregue a terra a quem a trabalha; a democratização da cultura; a libertação de Portugal do imperialismo; a plena independência dos povos das colónias; e uma política de paz e amizade com todos os povos do Mundo. Interpreta a história como se ela fosse uma abstracção manipulada por uma minoria, e opõe-se a que o povo a modele com suas próprias mãos.

É por isso mesmo que o eco do NÃO de Vasco Gonçalves, no 29 de Setembro, ganhou tamanha ressonância. Nesse dia e no 5 de Outubro, o Primeiro-Ministro restituiu às palavras aquele significado que, sendo seu, não lhes costuma ser emprestado em política pelos que, no exercício do poder político, as manejam.

Não teve medo de uma linguagem que, por precisa e dura, costuma assustar. Recorrendo a ela, tornou-se povo, chegou ao povo, incutiu confiança ao povo. Usou a linguagem que, ao nível do Estado, era o complemento necessário de um momento de história. Fez o difícil: dizer o que todos sentíamos, denunciar a gravidade de uma conspiração cujas raízes mergulhavam no próprio aparelho do Estado.

Desfraldar as bandeiras de uma revolução e reduzir conquistas imaginárias a um verbalismo pseudo-revolucionário é muito fácil; mas agir de modo a que as palavras e as atitudes traduzam a *praxis* de um processo orientado para transformações revolucionárias não o é. E muito menos quando aqueles que enfeixam nas mãos alavancas mestras do Poder político são militares que acumulam a tarefa complexa de realizar a política, na prática diária, e estudá-la, simultaneamente, como ciência.

Como comunista, é para mim duplamente gratificante redescobrir Portugal. Por verificar que a estrada da democracia está sendo aberta mercê do esforço unitário; e por comprovar que a indispensável colaboração dos comunistas na batalha pela edificação do futuro é aceite e reconhecida por oficiais que, não sendo comunistas, respeitam o PCP e sabem avaliar as qualidades, a sinceridade de propósitos e o patriotismo dos dirigentes e militantes comunistas.

A irracionalidade das campanhas anticomunistas e o ódio e o fanatismo que nelas punha o fascismo produziram um resultado inverso ao que Salazar & C.^a pretendiam. O povo nunca se deixou envenenar pela montanha de calúnias. Mas quando os comunistas saíram da clandestinidade, do exílio e das prisões para a luz do dia, foi todo o País que descobriu

a evidência. Os «traidores», os «renegados», os «monstros sanguinários» eram patriotas que durante meio século se tinham batido contra o fascismo. Eram combatentes da liberdade que haviam lutado com coragem exemplar contra o terror salazarista, contra a opressão colonialista, contra a exploração do homem e por uma democracia autêntica, por um Portugal que fosse realmente dos portugueses. Os comunistas não pediram privilégios, não disputaram empregos, não se pavonearam como heróis, não pretendiam impor à Nação, às Forças Armadas, as suas ideias, o seu projecto de sociedade. Trabalharam pela unidade, bateram-se pelo cumprimento fiel do Programa do MFA — plataforma das transformações correspondentes a uma fase de mudança, e confluência de todas as correntes de opinião democráticas.

A campanha anticomunista desencadeada pelas forças da reacção, reorganizadas, chocou-se com a natural repulsa das massas. Pelo seu comportamento, o PCP demonstrou que não tem duas caras. A sua imagem, límpida, confunde-se com a luta do povo pela democracia. Em 48 anos de fascismo ninguém sofreu mais do que os comunistas, ninguém foi mais atacado, ninguém se bateu com tanto desinteresse por recompensas materiais.

*
* *

Portugal está adquirindo consciência de uma singularidade que o fascismo afirmava com palavras e negava pelos actos. A aliança entre as forças populares e o MFA é um dos aspectos mais assinaláveis dessa singularidade portuguesa. A Europa Ocidental nunca presenciou fenómeno semelhante. Não há fosso entre o povo e os soldados dele saídos: existe uma comunhão profunda, uma coincidência de objectivos. Essa realidade muda a imagem do País, muda os homens por dentro, abre uma perspectiva insondável mas radiosa para o futuro. Destruídos os mitos, rompidas as barreiras que tolhiam a criatividade, a Nação, confiante de que «o seu destino não será decidido nas costas do povo», compreende o que nela há de específico e medita sobre fórmulas que concretizem essa especificidade. O major Melo Antunes falava-me há dias, ambiciosamente, durante uma recepção diplomática, do papel de Portugal como elo entre uma Europa Ocidental, egoísta e desumanizada pelo círculo vicioso do consumo-lucro, e as sociedades subdesenvolvidas da África e da América Latina. Não aludia apenas à procura de novas formas de convívio. Ia mais

longe. Pensava em termos de soluções pioneiras, de um diálogo diferente, eliminador de abismos de justa desconfiança existente entre os ex-oprimidos e os antigos opressores (artífices do neocolonialismo). Era quase a antevisão de uma humanidade futura, mestiça e integrada, um prólogo ao amanhã longínquo.

Esse tipo de ambição não me choca. Não sinto o menor acanhamento em confessar admiração e respeito por homens como Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Vítor Crespo — e cito tais exemplos pela sua própria diversidade na unidade — ou tantos outros oficiais do MFA, muito embora, na longa duração da história, a minha visão do mundo e de Portugal não coincida, no tocante a muitos problemas, com a desses soldados patriotas. Eu os vejo como filhos do povo em uniforme, como trabalhadores intelectuais fardados, que encaram as Forças Armadas como instrumento de soberania, sim, mas também como alavanca ao serviço da criação de uma sociedade democrática.

As proposições últimas de todas as revoluções encetram sempre uma margem de utopia. Não seria, portanto, correcto criticar aquilo de que discordamos, quando a soma das concordâncias é decisiva para a colimação de fins comuns e essenciais.

A sociedade não é uma unidade indivísel. Há nela um dualismo que todas as sociedades opressivas aspiram a resolver, transformando-se em comunidades com uma ordem final harmoniosa. Estamos, porém, longe dessa meta. O sentido que a história tinha para Marx — a reconquista do homem como indivíduo sobre todas as forças desumanas geradas no meio da escassez — é um objectivo distante em Portugal. Esse é mais um motivo para que todos, civis e militares patriotas, nos unamos para destruir o que resta da herança fascista e aprofundar as conquistas de uma revolução democrática e nacional poderosamente criadora.

(*O Século*, 19-10-974)

Orlando da Costa

CANTO CIVIL

Este é o meu canto civil
canto cívico graduado
desde um tempo antigo que vivi
entre poemas de aço camuflados e algemas de silêncio

Esse era o tempo do assalto às casernas
mas já então eu escrevia o que devia:
a cartilha da guerrilha do amor e da paz
para ser ensinada à luz das lanternas
nas escolas nas igrejas na parada dos quartéis

Este é o meu canto civil
canto cívico desfardado
escrito a vinte e oito de abril
do ano passado à noite
de punho cerrado com alegria e sem espanto
canto para ser cantado de dia
por todos por muitos por mim ou por ninguém:

*Soldado raso
ao cimo da calçada
em guarda
de flor e farda
a flor que te damos
é pão de madrugada*

*É pão amassado
sem liberdade
é gesto de guerra
em nome da paz
É flor de caução
em terra mar e ar
rubra flor popular
num só cano de espingarda*

*Soldado raso
em sentido na memória
lembra-te de novo e sempre
a flor que te damos
é da terra é do povo
é pão de madrugada.*

Abril de 1975/Abril de 1974

Orlando Neves

POEMA DE UM ANO

Já nada invento. Provo na língua
alguns sabores em que acreditei. Na
metade da garganta esta palavra
saudei. Vieram búzios e cravos da

distante solidão em que viajava
a dor que hoje espanta. Se dormia,
a quem alugava o sono? Vermelha,
a pausa canta. E, nesta simetria,

esqueço a abelha mestra (que a
escrava sofre seu dono para
viva lutar). De resistir ela foi feita
e a festa é neste lado que está.

Não posso esquecer o ódio, a fúria.
Aqui não morre a angústia
por dizer. Ergo subtil a nossa calma.
Vamos roer em abril a primavera.

Camponês, a força é a tua lua,
perto. Operário, a alma é a arma
que não espera. No deserto e na raiva
a tua mão é a pedra da vitória.

Grave, o silêncio morreu se agora
a memória for o charco — e o dia
o junco. Divide com a paz e a lâmina
a geometria inerte da terra.

Breve, a pátria é o teu idioma,
flor sem guerra, ar sem gás — e a chama
a rosa. Domina com o braço e a régua
a área da nave, o âmbito da máquina.

Já nada invento. Em abril quem ama
canta quem no vento caíba.
E saiba o rio, a pedra, o fogo, a palavra,
que nesta louvação louvo meu povo.

Abril de 1974

Serafim Ferreira

FRAGMENTOS DE UM «DIÁRIO DA REVOLUÇÃO»

1. O POVO É QUEM MAIS ORDENA

25 de Abril de 1974 — Manhã cedo, as pessoas dormiam, as estruturas ainda não se sentiam abaladas, mas estava em marcha o movimento das tropas que entrariam na capital e derrubariam, em menos de 48 horas, o regime fascista estabelecido em Portugal desde o tristemente célebre 28 de Maio de 1926. Pela rádio ouviam-se os primeiros comunicados, depressa toda a gente corria para a rua, todos queriam ver de perto o rebentar das costuras do velho fato salazarista-caetanista e a dar de si por todos os lados. Manhã cedo, dia fresco de Abril, manhã radiante que anunciava aléluias de satisfação em todos os rostos, manhã vitoriosa logo desde os primeiros passos na madrugada. Mas, pouco ou nada habituados a estas situações de pânico, todos nos interrogávamos em face dos comunicados demasiado frívolos para a ansiedade que a todos dominava, desejando saber-se de que lado estavam as forças, «se o golpe era de direita ou de esquerda». Após o fracasso das Caldas em 16 de Março, todos pensávamos que seria, afinal, mais uma tentativa militar abortada, sem êxito, em breve reprimida pela famigerada e sinistra PIDE e pelos seus (agora) desesperados esbirros. Furava-se por onde era possível: Rua do Ouro, Rua Augusta, Rua da Prata — todos os passos iam dar ao Terreiro do Paço, cenário principal dos acontecimentos, onde um exército em pé de paz e não de guerra esperava que os ventos do Tejo lhe fossem favoráveis, pudessem

as tropas levantar o cerco e fazer o cerco noutro ponto também estratégico e importante: o Largo do Carmo, o quartel da sempre «fiel» GNR ao regime fascista.

Aos ecos das primeiras notícias confirmadas, as pessoas juntavam-se pelos cantos, em grupos, comentavam o que ia acontecendo, diziam que «Spínola estava por detrás de tudo aquilo»... O dia escoava-se lento, era grande a pressa que as pessoas tinham de que tudo aquilo se resolvesse: «Mas onde estão Tomás e Marcelo?» — murmurava-se entre o mar de gente que se apinhava em frente do quartel do Carmo. Nada se sabia ao certo, apenas se sabia que era preciso que tudo se arrumasse, que o ajuste de contas fosse feito, sem sangue, com cravos rubros do sangue que não corria e sem tiros — a não ser ainda os tiros assassinos dos carrascos pidescos que, vendo-se humilhados diante do seu terrível edifício da António Maria Cardoso, reagiram como sempre reagem os cães acossados: aos uivos, num último estrebuchar, raivoso, sim, mas sem outro remédio. Os tiros dos «pides» encolerizados não abafaram as vozes de vitória do povo que «ordenava» a nova ordem: «Abaixo a PIDE! Assassinos! Assassinos!» E, caído o derradeiro bastião do aparelho fascista, o povo português via abrir-se na sua frente o caminho da sua verdadeira cidadania, o caminho de uma vitória que é difícil, sim, mas é nossa, é de todos nós, de todos aqueles que, ao longo dos anos, não esmoreceram nunca em conquistá-la.

2. O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO

1 de Maio de 1974 — Dia memorável para todos que o viveram, o sentiram, o gritaram com viva alegria, jornada triunfante de confraternização, festa colectiva que apaixonou e arrebatou toda a gente, velhos e novos, soldados e operários, camponeses e trabalhadores do mar, todos de mãos calejadas, arrastando consigo o suor da alegria. Foi a ratificação popular da vitória alcançada na rua, com os blindados apontados e sem disparar, com as G-3 enfeitadas com cravos e rosas vermelhas. E o eco do «saludo» chileno a ser ouvido pelas ruas, vilas e aldeias deste País que, quase à beira do abismo, ganhou forças e coragem para transformar em revolução o que não passava de obscurantismo político: «O povo unido jamais será vencido!» E o *slogan* chileno adaptou-se bem à realidade portuguesa logo desde a primeira hora vivida plenamente em liberdade.

Ganhava forma e força a unidade entre o povo e as forças armadas, ganhavam forma e força as lutas reivindicativas das classes trabalhadoras que, sempre conscientes do seu papel histórico, depressa se empenharam em apoiar e consolidar as fracas estruturas sindicais então existentes. Mas todos queríamos embarcar no comboio da nossa liberdade, debruçarmo-nos às janelas das carruagens engalanadas de cravos e de uma esfuziante alegria de viver ou de ainda ser possível viver em Portugal em 1974.

3. A VITÓRIA É DIFÍCIL, MAS É NOSSA!

E, naturalmente, a conquista das liberdades fundamentais no caminho da democracia só faria sentido se as colónias portuguesas da Guiné, Angola e Moçambique se libertassem também do jugo repressivo que sobre elas sempre caiu, se libertassem da guerra que se lhes impunha, das dificuldades de toda a ordem e dos mortos, dos muitos mortos, que ficavam no caminho da sua justa e infatigável luta pela emancipação e independência nacional. Os partidos políticos surgem na cena política, cria-se o primeiro Governo Provisório da II República, alastram entre nós os movimentos reivindicativos e as diversas formas de luta contra um patronato mal habituado a ouvir e a atender reivindicações dos trabalhadores. A crise económica agrava-se, o desemprego aumenta, o salário mínimo de 3300\$00 não chega de modo nenhum para calar todas as bocas. Por outro lado, a reacção não desarma, não se dá por vencida. A crise agudiza-se no seio do próprio Governo, Palma Carlos prepara o seu «golpe direitista», tentativa de refrear o ímpeto revolucionário das massas trabalhadoras, que não descansam na sua luta. O mês de Junho de 1974 é, na verdade, a primeira tentativa contra-revolucionária. A primeira, sim, mas não a última. A vitória é difícil, sim, mas é nossa!

4. SÓ SE PODE QUERER TUDO, QUANDO NÃO SE TEVE NADA

As lutas não param, os partidos reforçam as suas posições, as estratégias eleitoralistas começam a desenhar-se no horizonte político nacional. E aumenta a tensão entre as forças políticas de esquerda que, vendo a direita criar a sua muralha, em vez de se entenderem no que é essencial, desencadeiam uma «guerra surda» que culminou depois com os aconteci-

mentos (ainda de todo por esclarecer) do 28 de Setembro. Sabe-se que a reacção não desarma com facilidade, há um Chile de Pinochet no horizonte a ensombrar toda a luta revolucionária da América Latina; todos se alarmam com a subida das forças de direita organizadas em partidos, cujos nomes designam com evidência os propósitos que não se escondem: Partido Nacionalista, Liberal, do Progresso, da Democracia Cristã, Democrático Social, etc. Legionários e fascistas saudosos dos seus privilégios pedem a ajuda do capital para as suas manobras contra-revolucionárias, Spínola (que começava a ser realmente o «Spinochet» ibérico) alinha na onda de uma «maioria silenciosa» que só queria fazer barulho... O 28 de Setembro não apanha as massas desprevenidas. Pelo contrário, há toda uma vontade firme de mobilização geral, uma forte consciência de que «só se pode querer tudo, quando não se teve nada» durante perto de cinquenta anos. E é isso que não entendem os «spínolas» da tão falada «maioria silenciosa». Em 28 de Setembro a reacção não passou! A mobilização foi colectiva, geral, de norte a sul de todo o País! E os fascistas envergonhados fugiram, deixaram o arsenal de «cocktails molotov», espingardas, metralhadoras, punhais, matracas, a falar por eles do seu tão proclamado silêncio. A reacção não passou em 28 de Setembro, mas tentará novos golpes — cada vez mais duros, cada vez mais ousados, cada vez mais refinados. É preciso que a vigilância das massas trabalhadoras não abrande, que a unidade se não desfaça, que o POVO/MFA seja realmente ainda mais firme e mais verdadeiro nas suas perspectivas revolucionárias.

5. O QUE FAZ FALTA É AVISAR A MALTA!

Spínola renuncia à Presidência da República depois de sair «comprometido» dos acontecimentos do 28 de Setembro. Não é homem para nos acompanhar nesta jornada difícil para a verdadeira democracia. O antigo oficial de confiança de Salazar e de Caetano não pode seguir o ritmo acelerado da revolução portuguesa: tem medo, espalha esse medo aos seus fiéis partidários, mas manterá consigo a ambição de voltar a ocupar o Poder. Também não é homem para se dar por vencido: renuncia, mas não desiste, isso não! Irá convalescer do duro golpe que sofreu no seu modo de ser autocrático, talvez tenha tempo de escrever um novo livro, talvez em breve desperte para novo assalto ao Poder...

11 de Março de 1975 — Foi realmente o que se veio a dar com Spínola e alguns dos seus «comandos» spinolistas. O que aconteceu hoje no RAL 1, em Lisboa, foi a tentativa desesperada, com laivos de autêntico suicídio político, por parte de Spínola. Mas o seu acto não pode entender-se como atitude isolada, houve qualquer coisa que falhou no meio de tudo isso... O ataque aéreo feito de surpresa, traiçoeiramente, ao RAL 1 (que Sartre agora visitou com vivo entusiasmo) não denota apenas desespero político, mas dá a entender que a reacção joga tudo por tudo para fazer retroceder o processo revolucionário em Portugal. Será isso possível? Mais uma vez as massas populares foram mobilizadas e souberam colocar-se ao lado das Forças Armadas. Mas continua a ser indispensável avisar a malta de que os perigos nos espreitam de todos os lados, o «inimigo» não esmorece na sua luta, tem muitos compadrios e forças e dinheiro... A reacção não passou uma e outra vez, mas vai com certeza refazer-se das suas derrotas e desferir novos e talvez mais violentos ataques contra o caminho revolucionário que todos queremos abrir neste Portugal que tem os olhos do mundo postos em si. É preciso continuar, pois, a avisar a malta de tudo isso e de tudo o mais que, estando ainda por acontecer, nos poderá e deverá não deixar adormecer na nossa sempre viva e quotidiana vigi-lância.

A liberdade de um Povo conquista-se sempre na rua, no calor e entusiasmo da luta, ao saber conquistar o terreno que as forças reaccionárias ainda não desistiram de recuperar. É preciso avisar disso a malta! Em frente pela vitória final da nossa revolução — a revolução portuguesa iniciada em 25 de Abril, melhor dizendo, iniciada de facto após o 11 de Março, com a nacionalização da banca e dos seguros, com a criação há tanto esperada do Conselho Superior da Revolução. Agora, sim, estamos a caminhar no melhor sentido, sem falsas ingenuidades, sem excessivos optimismos, sem grandes demagogias. A vitória final será nossa!

Abril de 1975

Urbano Tavares Rodrigues

DE ABRIL A ABRIL

Foi em Abril que as Forças Armadas Portuguesas, longamente postas à prova na absurda e inumana guerra colonial e conscientes de que o seu lugar era ao lado do povo e não ao serviço dos monopólios, puseram termo ao regime fascista. Foi a festa dos cravos, muito bela, e a eclosão da liberdade em girândolas de palavras. A palavra há muito sufocada...

E tivemos — e temos — uma Imprensa libérrima, tão livre que até os inimigos da liberdade nela encontram espaço para se exprimirem.

Mas a festa tem o seu tempo de cântico e euforia e logo após o luminoso 1.º de Maio de 1974 começaram a adensar-se as nuvens dramáticas que haviam de ameaçar deflagrar na noite do 28 de Setembro. A reacção, que se recusara a aceitar a via portuguesa para a descolonização (passo fundamental da nossa revolução), menos ainda admitia a hipótese de perder uma parcela considerável do poder económico.

Venceu e cimentou-se na madrugada do 28 de Setembro a aliança Povo - Forças Armadas. Os criptofascistas e a sua tropa de choque sofreram um rude golpe. Mas, com paciência artilhos, foram minando os alicerces da sociedade ainda incerta e convulsa que não pudera, não tivera ainda a oportunidade de realizar certas reformas de fundo indispensáveis, de há muito reclamadas pelos comunistas e seus aliados, como a nacionalização da banca privada e o controlo dos monopólios. Essa hesitação tornou possível, por mais tempo do que seria desejável, a sabotagem económica, que teve por efeito a alta dos preços, a fuga de capitais, a ruína das pequenas e médias empresas, o desemprego, a depredação dos agros que, nas zonas do Sul, o sistema do latifúndio, agravado pelo absentismo e pela incapacidade de gestão, já tornara mais do que injusta e aflitiva.

A reacção parecia apostar no caciquismo eleitoralista e na cumplicidade da hierarquia eclesiástica, especialmente nas regiões do Norte, para obter, na Assembleia Constituinte, uma composição que desse ao País, ainda despolitizado, apesar das campanhas de dinamização cultural, uma falsa imagem da sua realidade e da sua opção política. Mas o fascismo, não há dúvida, sofre de impaciência nos momentos mais críticos. E assim se aparelhou a criminoso intentona do 11 de Março, que, segundo toda a evidência, visava a restabelecer solidamente o regime plutocrático ameaçado.

Ora, o erro dos cabecilhas consistiu na sua errada crítica das armas. Um exército politizado é, efectivamente, o povo em armas. Oficiais, sargentos e soldados negaram-se a lutar contra a democracia. O que poderia ter sido uma horrível chacina reduziu-se a um golpe falhado, manchado de sangue, é certo, mas de efeitos irrisórios em relação aos seus propósitos.

O crime exige justiça. Justiça ponderada, serena na severidade, averiguação de responsabilidades, reforço da vigilância, medidas que evitem nova tentativa (por improvável que, de momento, nos apareça) dos sustentáculos do fascismo que não morreu.

Deram-se grandes passos — estamos tentados a dizer passos decisivos — depois do 11 de Março: a nacionalização da banca privada e logo a seguir a das companhias de seguros puseram em xeque os monopólios e tornaram finalmente viável a planificação económica de que o País tanto necessita, a fim de iniciar a sua caminhada para a justiça e para a liberdade na via socialista.

Simplemente, resta agora uma barreira fortíssima a derrubar e, sem esse acto de energia austera, nada feito. Todos decerto compreendem ao que me refiro. Tem de se buscar, a todo o custo, um equilíbrio entre a produção e o consumo. Tem de se desenvolver paralelamente a indústria e a agricultura, tem de se melhorar o nível de vida das classes trabalhadoras. Desenvolver a agricultura é impossível sem a reforma agrária. E não há em Portugal reforma agrária autêntica sem expropriação dos latifúndios. Como não há reforma agrária correcta e eficaz sem apoio aos pequenos e médios agricultores.

Esperemos, a bem do futuro da maioria dos portugueses, que essa medida não tarde. Já verificámos, à custa dos ataques da reacção, que de nada serve contemporizar.

A revolução democrática exige que se faça, com critério de justiça, o que é premente e fundamental fazer-se.

Vasco Costa Marques

Arrastamos, camaradas,
na corrida para a frente,
muita mão cheia de nada,
muita cauda de serpente,

muita palavra cansada,
muita cinza ainda quente,
muita bala endereçada
a que falta remetente,

muita esquina de traição
e de unhas roídas rente,
muito cofre de algodão,
muito processo pendente,

muita espera na estação,
muito embarcar de repente...

Deste lixo se faz pão
quando o dente o não desmente.

Abril de 1975

Virgílio Martinho

CATARINA

CANTOR — Chamava-se Catarina / O Alentejo a viu nascer / Seranas viram-na em vida / Baleizão a viu morrer.

CAMPONESA — (Enquanto esta narra, a acção da morte de Catarina vai-se desenrolando.) A gente estava parada porque a gente ganhávamos pouco. Ganhávamos um salário pouquinho. Andávamos mortas com fome, era uma miséria. Não tínhamos roupa. Eu tinha dezoito anos quando isto aconteceu. E nós estávamos paradas porque a gente queria ganhar aí uma média de vinte e dois vinte e três escudos. Ninguém ia trabalhar, porque os agrários, quer dizer, os donos das propriedades, não queriam dar nada à gente.

CANTOR — Ceifeiras na manhã fria / Flores na campã lhe vão pôr / Ficou vermelha a campina / Do sangue que então brotou.

CAMPONESA — Chegámos e avistámos umas senhoras ceifando as terras do olival. E a gente lá se reuniu e dissemos: A gente vamos daqui e vamos falar com aquelas senhoras. Eram de Penedo Gordo, porque o dono do Olival as tinha ido lá buscar. E a gente íamos falar com elas para ver se compreendiam e se juntavam a nós. E juntámo-nos. E fomos. Mas quando chegámos à estrada já lá estava mais gente. Já lá estava a Guarda Republicana. Pedimos-lhe para nos deixarem ir falar com as senhoras e eles disseram-nos: Vão lá, mas não vão todas nem façam barulho.

CANTOR — Acalma o furor campina / Que o teu pranto não findou / Quem viu morrer Catarina / Não perdoa a quem matou.

CAMPONESA — E a gente fomos. Mas quando fomos a subir a valeta, ouvimos tiros. Pareciam estalinhos. Eu era a mais nova de todas. E digo assim: ah! que é aquilo? E diz Catarina: aquilo é o feitor que está a dar tiros para o ar ou a dar estalinhos para nos meter medo. Mas nós não vamos fazer mal a ninguém, vamos simplesmente falar com as mulheres para se juntarem à gente.

CANTOR — Aquela pomba tão branca / Todos a quērem para si / Ó Alentejo queimado / Ninguém se lembra de ti.

CAMPONESA — Chegámos lá, andámos um bocadinho dentro da terra, saiu aquele senhor por detrás de um relevo de favas. E disse assim:

TENENTE DA GUARDA — Que é que querem, burras?

CAMPONESA — A Catarina deu dois passos para a frente e nós também demos, depois ela disse:

CATARINA — Quero pão para os meus filhos. E quero trabalho e quero paz.

CAMPONESA — E ele deu-lhe um estalo na cara e ela deixou cair o lenço. E ela apanhou o lenço.

TENENTE DA GUARDA — Que é que querem suas burras?

CAMPONESA — Depois ele afastou o menino e matou-a. E a gente nem sabemos ao certo se ouvimos os tiros ou não. Sabemos que ela caiu no chão morta. Então a gente jogámos os joelhos ao chão pedindo paz, enquanto ele gritava:

TENENTE DA GUARDA — Mato estas burras! Mato estas burras!

CAMPONESA — E atirava. E continuava a atirar, gritando, gritando sempre que matava estas burras, que matava estas burras!

CANTOR — Acalma o furor campina / Que o teu pranto não findou / Quem viu morrer Catarina / Não perdoa a quem matou.

Versos de José Afonso

Texto duma companheira de trabalho de Catarina Eufémia

Montagem teatral de Virgílio Martinho

Título: Abril, Abril

Editor: Edições «Avante!»

Oficinas: Antunes & Amílcar, Lda.

Tiragem: 6000 ex.

Acabou de se imprimir: Junho de 1975

TEXTOS DE:

ALEXANDRE BABO // ALEXANDRE CABRAL
ALTINO TOJAL // ANTÓNIO BORGES COELHO
ARMANDO SILVA CARVALHO // ARMINDO RODRIGUES
BAPTISTA BASTOS // CARLOS PORTO
CASIMIRO DE BRITO // E. M. DE MELO E CASTRO
EDUARDO PRADO COELHO // FAURE DA ROSA
FERNANDO LUSO SOARES // FRANCO DE SOUSA
JOSE SARAMAGO // JÚLIO GRAÇA
MARIA ALZIRA SEIXO // MARIA DA GRAÇA VARELLA CID
MARIA LAMAS // MARIA VELHO DA COSTA
MÁRIO CASTRIM // MIGUEL URBANO RODRIGUES
ORLANDO DA COSTA // ORLANDO NEVES
SERAFIM FERREIRA // URBANO TAVARES RODRIGUES
VASCO COSTA MARQUES // VIRGILIO MARTINHO